



Thiago Mazucato (Org.)

Aline Vanessa Zambello
Alessandra Guimarães Soares
Carlos Eduardo Tauil
Cleivaldo Aparecido Donzelli
Felipe Fontana
Wesley Piante Chotolli

METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO

Thiago Mazucato (Org.)

Aline Vanessa Zambello
Alessandra Guimarães Soares

Carlos Eduardo Tauil

Cleivaldo Aparecido Donzelli

Felipe Fontana

Wesley Piante Chotolli

METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO

Copyright © 2018 by Editora FUNEPE

FUNEPE – Fundação Educacional de Penápolis

Presidente: *Cleivaldo Aparecido Donzelli*

Vice-Presidente: *Wesley Piante Chotolli*

Gerente Administrativo-Financeiro: *Márcio Vieira Borges*

FAFIPE – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis

Diretor Pedagógico: *Wanderli Aparecido Bastos*

Vice-Diretora: *Fabiana Ortiz Tanoue de Mello*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *Gledson Zifssak – Kalima Editores*

www.kalimaeditores.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Suely Maria Pereira – CRB 5704

M593

Metodologia da pesquisa e do trabalho científico / Aline Vanessa Zambello {et al.}; organizador: Thiago Mazucato. Penápolis: FUNEPE, 2018.

ISBN 97885-93683-03-9

Autores: Alessandra Guimarães Soares; Carlos Eduardo Tauil; Cleivaldo Aparecido Donzelli; Felipe Fontana; Thiago Pereira da Silva Mazucato; Wesley Piante Chotolli.

1. Metodologia científica. 2. Pesquisa científica. 3. Trabalho científico. I. Zambello, Aline Vanessa. II. Mazucato, Thiago (Org.).

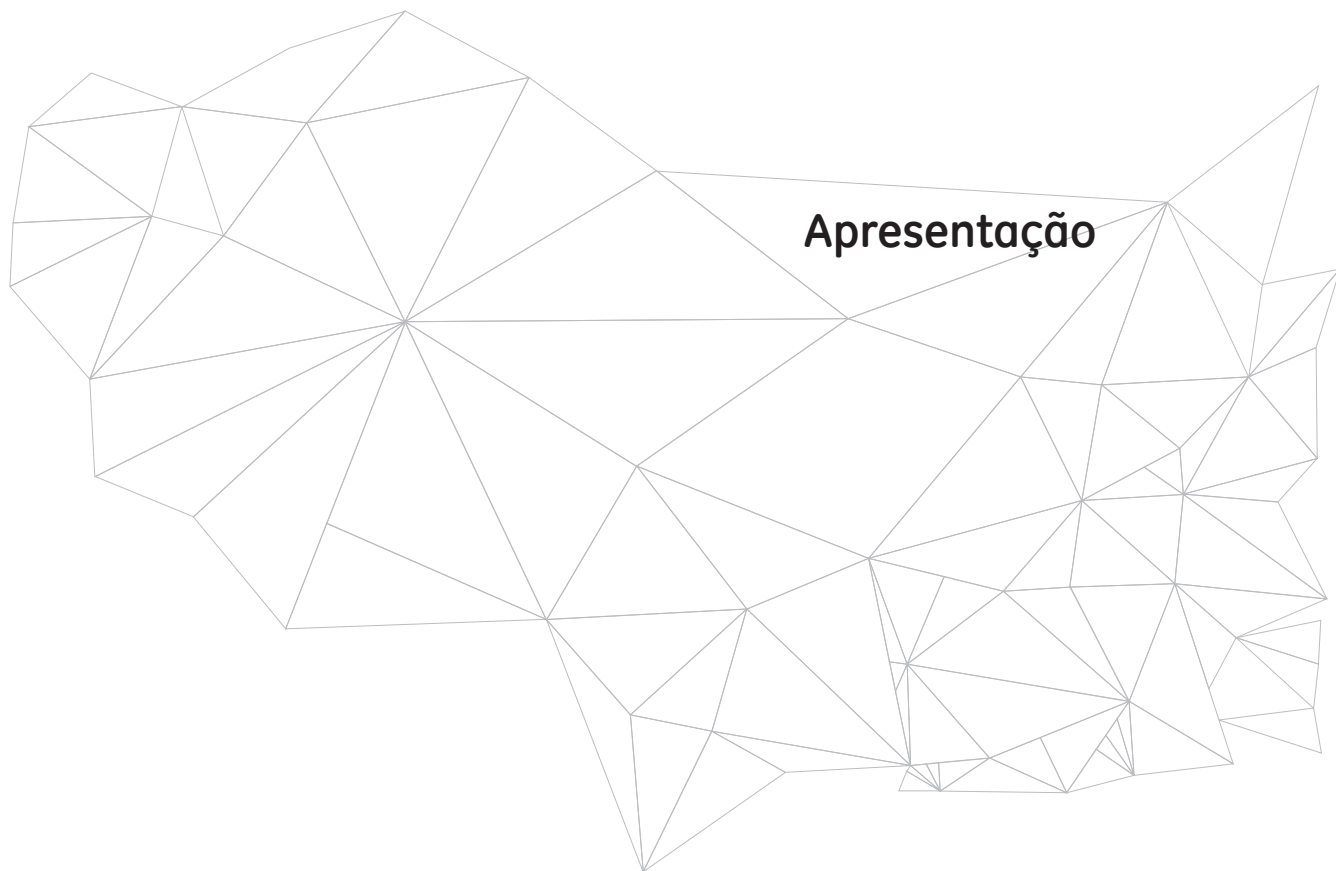
CDD: 001.42

1ª edição 2018



Editora FUNEPE

Avenida São José, 400
Vila Martins • Penápolis-SP
16300-000 • (18) 3654-7690
www.funepe.edu.br



O livro que aqui se apresenta aos leitores, muito provavelmente estudantes de graduação, surgiu de uma necessidade, sentida na prática docente, de um material que abordasse aspectos usuais e, principalmente, pouco usualmente abordados, sobre a dinâmica da metodologia, tanto da pesquisa quanto do trabalho acadêmico.

A maioria dos cursos de graduação possui uma disciplina voltada para a “metodologia do trabalho científico” ou para a “metodologia da pesquisa científica” que, apesar da diferenciação de suas nomenclaturas, em geral são ensinadas, essencialmente, quais são as principais modalidades de trabalhos acadêmicos e, o que costuma ser o “terror” dos estudantes, as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O contato com os estudantes de graduação trouxe à tona uma realidade em que se tornava evidente certa lacuna na formação destes sobre a “prática” da pesquisa.

Assim, questões de fundamental importância, como “o que é uma pesquisa científica”, “o desenho de uma pesquisa científica”, “as etapas de uma pesquisa científica”, não se constituíam em tópicos de domínio por parte dos estudantes. Soma-se a esta constatação a rigidez dos “manuais” existentes para a orientação objetiva sobre a organização de um “seminário”, algo que, de tão corriqueiro no universo acadêmico, muitas vezes os docentes tomam por pressuposto que os estudantes já o dominam. Estes últimos, por sua vez, sentem-se surpreendidos pelas demandas dos docentes para que organizem e apresentem seminários.

Outro tópico praticamente inexplorado nos “manuais” consiste na orientação aos estudantes para a realização de trabalhos de disciplinas de graduação. Pensando nisto, esta questão foi intencionalmente incluída, ainda que de forma inaugural, nesta publicação.

O conjunto de capítulos que compõem esta obra foi elaborado por pesquisadores que acumulam a função de docentes, e que tentaram se orientar por um fio condutor – apresentar aos estudantes um repertório de conteúdos duros, com uma linguagem acessível.

Este fio condutor orientou a fluência dos textos, deliberadamente escritos com o objetivo de se tornarem compreendidos pelo maior número possível de estudantes de graduação, em particular, por aqueles que se encontram nas etapas mais iniciais de seus cursos, momento em que necessitam de um amparo ainda maior.

A nossa torcida, assim como o nosso desejo, é de que os nossos leitores ganhem, com este livro, uma ferramenta útil e essencial para as suas atividades acadêmicas, desde trabalhos de disciplinas e seminários, passando pela elaboração de projetos de pesquisa e relatórios, artigos científicos e monografias. Em suma, que sirva como uma obra para constantes consultas.

Thiago Mazucato
Organizador



Autores

ALINE VANESSA ZAMBELLO

Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UNICAMP), possui Mestrado em Ciência Política pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Bacharela em Ciências Sociais pela UFSCar. Possui pesquisas na linha de Educação e Desenvolvimento, com trabalhos publicados no campo de políticas públicas para Educação Superior. Membro do Grupo de Pesquisa “Ideias, Intelectuais e Instituições” (CNPq/UFSCar).

ALESSANDRA GUIMARÃES SOARES

Graduada em Direito pela Faculdades Integradas de São Carlos, Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Católica Dom Bosco, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-doutora em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Agenda Governamental e do CAP – *Comparative Agendas Project*. Participa da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Subseção de São Carlos – São Carlos/SP). Trabalha na interface entre Ciência Política, Direito e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos humanos; Políticas Públicas; Instituições e Processo Decisório; Regimes Internacionais e Política Externa Comparada.

CARLOS EDUARDO TAUIL

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), possui Graduação em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Ao longo de vários anos vem desenvolvendo trabalhos voltados às Ciências Humanas. Adquiriu experiência em formação política, metodologia freiriana e projetos de metodologia participativa. Tem experiência em estudos na área da Ciência Política, Direito Constitucional, Direito Internacional Público e História Econômica, com ênfase em América Latina e Pensamento Político e Social Brasileiro. Integra atualmente o Laboratório de Política e Governo da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP e o grupo de pesquisa “Classes Sociais e Valor na Teoria Social Contemporânea” (UNIFESP). Possui publicações sobre desenvolvimento do Pensamento Político e Social no Brasil e o debate envolvendo a Escola Cepalina e a Dependência Econômica brasileira na década de 1950.

CLEIVALDO APARECIDO DONZELLI

Possui graduação em História pela Fundação Educacional de Penápolis (FUNEPE), Especialização em História do Brasil (PUC-MG) e Mestrado em História (UNESP). Exerceu o cargo de Secretário Municipal de Educação no município de Penápolis entre os anos de 2005 e 2012 e o cargo de coordenador do curso de Pedagogia da Fundação Educacional de Penápolis (FUNEPE) entre os anos de 2013 e 2014. Atualmente é professor nos cursos de História, Jornalismo, Pedagogia e Arquitetura do Centro Universitário Toledo, professor dos cursos de Pedagogia, Direito e Psicologia na Fundação Educacional de Penápolis e exerce a função de Presidente da Fundação Educacional de Penápolis (FUNEPE) desde 2013.

FELIPE FONTANA

Cientista Social formado pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (DCS-UEM), Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desta mesma instituição (PGC-UEM) e Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar). É pesquisador no grupo de pesquisa “Ideias, Intelectuais e Instituições”(CNPq/UFSCar). Atualmente é professor colaborador no Departamento de Ciências da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Goioerê (DCI/UEM-CRG) no qual ministra as disciplinas de Sociologia, Sociologia Industrial e do Mundo do Trabalho, CTS1 I, CTS 2, Políticas Públicas e Gestão Educacional, História e Filosofia da Ciência e Antropologia.

THIAGO MAZUCATO

Possui graduação em Sociologia, fez o Mestrado em Ciência Política (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) e está concluindo o Doutorado em Ciências Sociais (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP). Participa do Grupo de Pesquisa “Ideias e Instituições para o Desenvolvimento e a Democracia” (CNPq/UFSCar), é líder do Grupo de Pesquisa “Sociologia, Política e Cidadania” (FAFIPE/FUNEPE), coordena o “Laboratório de Cidadania” (FAFIPE/FUNEPE) e desenvolve pesquisas nas linhas de Teoria Política e Pensamento Político e Social Brasileiro (com ênfase para a abordagem da obra e do pensamento de Florestan Fernandes) e na linha de Teoria Social e Sociologia do Conhecimento (com ênfase para a obra e o pensamento de Karl Mannheim). É autor de “Ideologia e Utopia de Karl Mannheim – o autor e a obra” (Ed. Ideias & Letras) e organizador de “Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória” (Ed. Ideias, Intelectuais e Instituições - UFSCar), “Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim” (Ed. Ideias, Intelectuais e Instituições – UFSCar), “Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim – teoria, método e aplicação” (Editora FUNEPE e Editora Ideias, Intelectuais e Instituições – UFSCar) e também de outros livros e capítulos. Atualmente atua como Professor e Pesquisador na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE), onde também exerce o cargo de Assessor de Gestão Pedagógica.

WESLEY PIANTE CHOTOLLI

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Especialização em Ensino de Sociologia (UEL) e atualmente é Mestrando pelo Programa Multidisciplinar Interunidades de Pós Graduação Strictu Sensu: Ensino e Processos Formativos (UNESP São José do Rio Preto/Ilha Solteira e Jaboticabal), na linha de pesquisa Tecnologias, Diversidades e Culturas. Atualmente exerce o cargo de professor da disciplina de Sociologia Geral na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE), exercendo também a função de Assessor de Gestão Pedagógica na mesma instituição.



Sumário

Apresentação

1- Leituras, Fichamentos, Resumos e Resenhas – Aline Vanessa Zambello

Leituras.....	9
Fichamentos.....	11
Resumos	12
Resenhas.....	14
Algumas considerações.....	15
Referências bibliográficas	16

2- Seminários – Cledivaldo Aparecido Donzelli

Conversa.....	18
Execução.....	18
Debate	18

3- O princípio do estudo científico: metodologia para trabalhos em graduação – Carlos Eduardo Tauil

Introdução.....	21
O que é “ciência”?.....	22
A pesquisa científica.....	23
O primeiro trabalho científico.....	24
Algumas considerações sobre este capítulo.....	28
Referências bibliográficas	29

4- A concepção geral da pesquisa – Wesley Piante Chotolli

Referências bibliográficas	37
----------------------------------	----

5- A elaboração do pré-projeto – Thiago Mazucato

A Questão de Pesquisa.....	40
Hipótese.....	42
Objeto.....	43
Delimitação do Objeto	44

6- O projeto de pesquisa – *Thiago Mazucato*

Apresentação.....	47
Justificativa.....	48
Objetivos.....	48
Metodologia.....	49
Cronograma e Recursos.....	50
Referências bibliográficas	51
Referências bibliográficas	51

7- Métodos – *Thiago Mazucato*

Método Indutivo	54
Método Dedutivo	55
Método Hipotético-Dedutivo e Método Dialético.....	56
Método Etnográfico.....	57
Método Comparativo	57
Método Histórico.....	58
Método Experimental.....	58
Referências bibliográficas	58

8- Técnicas de pesquisa – *Felipe Fontana*

Introdução	59
Documentação e documentos.....	60
Observação.....	63
Pesquisa de laboratório.....	65
Pesquisa de campo	65
Pesquisa bibliográfica.....	66
Pesquisa documental.....	69
Etnografia	69
Conclusões.....	77
Referências bibliográficas	77

9- Relatórios – *Alessandra Guimarães Soares*

Elementos Pré-Textuais do Relatório – itens obrigatórios.....	81
Elementos Textuais do Relatório.....	83
Desenvolvimento	84
Conclusão/considerações finais.....	84
Referências bibliográficas	85

10- Referências – *Thiago Mazucato*

Referências de Livros.....	88
Referências de Periódicos.....	90
Referências de Monografias, Dissertações e Teses	91
Referências de Trabalhos Publicados em Anais de Eventos.....	92
Referência de Legislação	92
Referência de Sites	93
Referência a materiais de órgãos de governo.....	93
Referência de materiais de Associações, Instituições, Empresas e Similares.....	94



Leituras, Fichamentos, Resumos e Resenhas

Aline Vanessa Zambello

1

Leituras

A leitura é um dos pilares da formação acadêmica, seja na graduação ou na pós-graduação. Todo estudante, professor, pesquisador e profissional das mais diversas áreas se depara com o desafio de constantemente atualizar suas leituras, sendo que em algumas carreiras esta atualização é condição para o bom exercício profissional – um bom exemplo é a área da saúde, em que os resultados das pesquisas mais recentes precisam ser acessados e lidos pelos profissionais para a atualização de diagnósticos e prescrição de terapias.

Na área jurídica, por exemplo, os profissionais precisam ficar atentos às atualizações de legislação e à jurisprudência das cortes (principalmente Supremo Tribunal Federal, mas também das demais Cortes). De um modo geral, em todas as carreiras o exercício da leitura se torna essencial para o contato com os conhecimentos mais atualizados que foram produzidos por meio das pesquisas mais recentes.

Um primeiro passo para a boa formação acadêmica consiste em aprender a realizar as leituras indicadas pelos professores (esta é considerada a quantidade mínima de leitura necessária para uma boa formação em qualquer curso de graduação ou pós-graduação). Ao preparar os planos de ensino de suas disciplinas, os professores selecionam leituras que serão indicadas para os estudantes. Certamente, seja qual for a disciplina, seria impossível ao professor indicar toda a leitura disponível sobre um determinado assunto, portanto, no plano de ensino já existe uma seleção prévia de leituras consideradas essenciais para que o estudante se aproxime do conteúdo da disciplina.

Além desta leitura mínima, já indicada pelo professor em seu plano de ensino, o estudante também pode procurar por leituras para complementar a sua compreensão sobre o tema geral ou sobre assuntos específicos da disciplina, tanto em livros quanto em artigos publicados em periódicos. A leitura permitirá ao estudante a **anotação de palavras** que ainda não conhece o significado, buscando por ajuda nos dicionários, permitirá também

ao estudante **anotar ideias** ou ainda **anotar trechos** do texto que considere significativos. Muitas vezes não é suficientemente salientado para os estudantes a importância destes procedimentos para uma boa decodificação das principais ideias presentes nos textos durante o processo de leitura. Aqueles que conseguiram desenvolver, desde o início, um hábito mais organizado de leitura, terão menos trabalho posteriormente, quando necessitarem desenvolver suas pesquisas e sistematizar informações em relatórios, artigos científicos e monografias.

As leituras feitas para realização de trabalhos acadêmicos, tais como artigos para apresentação em congressos científicos e revistas, trabalhos de conclusão de disciplinas ou trabalhos para conclusão de cursos muitas vezes somam uma grande quantidade de páginas. Para realizar uma leitura mais eficaz, sugerimos aqui algumas dicas que podem ser utilizadas ou adaptadas para o uso individual.



DICAS

- Dica 1:** Ao pesquisar materiais interessantes para leitura, organize-os por tipo de material, tais como livros, artigos científicos, publicações estatísticas, boletins, materiais jornalísticos etc.
- Dica 2:** Os textos escritos sempre têm um público alvo, portanto, ler um material científico não é a mesma coisa que ler um artigo jornalístico. Para o primeiro caso, recomendamos que durante a leitura identifique a ideia central, hipótese de pesquisa, metodologia utilizada e resultados alcançados. Já no segundo caso, busque identificar a ideia central do texto e a relação do tema do texto jornalístico com a temática estudada.
- Dica 3:** A autoria é de grande importância para a compreensão de textos. Saber quem escreveu um artigo científico, quem organizou um livro ou quem assina um artigo de periódico pode trazer informações importantes sobre o tema, a linha de pesquisa e os argumentos utilizados pelo autor.
- Dica 4:** Durante a leitura dos textos, caso haja dúvida sobre o significado de um termo ou de um conceito utilizado, procure o significado assim que possível, caso seja necessário, volte no texto e leia novamente agora já sabendo o significado. Aproveite a leitura para grifar trechos interessantes e importantes.
- Dica 5:** Procure estabelecer uma rotina de leitura. Se possível, tenha local apropriado para leitura – mesa, cadeira, materiais para anotação etc. Estabeleça horários mais calmos em que é possível dedicar toda a atenção. É melhor ler, com toda a atenção, um pouco de tempo por dia do que ler muitas páginas sem entender direito o que está escrito.
- Dica 6:** Na era digital, muitos dos textos que lemos estão em formatos compatíveis com computadores, smartphones e tablets. Uma sugestão para organizar esse acer-



DICAS

vo digital é utilizar o Software Calibre¹, no qual é possível manter o acervo identificado por tags, palavras-chave e resumo.

Fichamentos

Para evitar que se tenha que fazer a leitura de um mesmo texto sempre que for necessário recorrer a ele (ao elaborar um relatório, artigo ou monografia) é recomendável que se faça fichamentos das leituras realizadas.

Existem fichas específicas para fichamento, que podem ser adquiridas em papelarias, mas também é possível produzir as próprias fichas cortando-se papel na medida desejada.

Atualmente, existe a possibilidade de realizar o fichamento em arquivos virtuais.

Algumas informações são essenciais e devem estar presentes no fichamento:

- Tema sobre o qual se refere o fichamento
- Transcrição do trecho (exatamente como aparece no original) ou ainda uma análise crítica ou resumo sobre o texto (quando for o caso)
- Referência do texto

Em caso de transcrição do texto na ficha, não se deve esquecer de, ao final da transcrição, mencionar o número da página (ou o intervalo da página) do qual o trecho foi extraído.

Os fichamentos são material essencial para condução da escrita. Qualquer que seja o seu objetivo, a pesquisa em bibliografias da

área de estudo sempre é parte fundamental e os fichamentos, quando feitos de maneira organizada, contribuem para organização do material levantado e lido.

Portanto, é muito importante que você crie mecanismos de organização e identificação de fichamentos, pois, assim, torna-se um recurso de fácil utilização nos momentos que forem necessários. Para isso deixamos algumas dicas que você pode utilizar na sua rotina de estudos para realizar os fichamentos.

	Tema do fichamento:	
	Transcrição do trecho	
	Referência do texto	

¹ Ver site: <https://calibre-ebook.com>



DICAS

- Dica 1:** Ao transcrever trechos do texto original, procure fazê-lo em pequenas partes, copiar capítulos de livros ou seções inteiras de artigos poderá dificultar no momento em você retomar o texto.
- Dica 2:** Sempre faça a anotação da referência na qual você se baseou para produzir o fichamento (*veja no capítulo 12 como elaborar as referências*). Dessa forma, toda vez que for necessária a utilização do texto fichado como referência bibliográfica, a informação estará sempre à mão.
- Dica 3:** Caso utilize editores de texto para produzir fichamentos, verifique se o software já possui gerenciador de fontes bibliográficas. Isso facilita bastante a organização de textos mais longos.
- Dica 4:** No fichamento, utilize marcadores diferentes para destacar informações diferentes. Por exemplo, ao transcrever trechos do texto original, você pode utilizar aspas duplas (“ ”), para destacar o trecho em que expressou uma opinião ou *insight* sobre o tema, pode utilizar o sinal de barra (/), para resumos, asterisco (*) e para ideias importantes pode-se utilizar exclamação (!).
- Dica 5:** Há uma infinidade de formas para armazenamento e organização de fichamentos. No caso da utilização de softwares, você pode utilizar editores de texto ou o Mendeley², software que entre as suas funcionalidades, permite que você organize e gerencie fichamentos e resumos.

Resumos

Os resumos são relevantes para a atividade do estudante e do pesquisador, tanto quanto os fichamentos, por permitirem um registro das impressões que se obteve ao fazer a leitura de livros, capítulos, artigos. Também é um recurso estratégico, por dois motivos: primeiro, porque evita a duplicação de trabalho, não havendo necessidade, na maioria dos casos, de refazer a leitura de textos muito básicos quando, posteriormente, se tornar necessário obter informações elementares e, segundo, porque nem todos os livros, capítulos e artigos estarão disponíveis o tempo todo, sendo que muitas vezes foram tomados de empréstimos em alguma biblioteca. Neste sentido, os resumos facilitam o trabalho do estudante e do pesquisador ao permitir que se tenha em mãos um conjunto de informações mesmo quando não se dispuser dos livros, capítulos e artigos. De acordo com Lourdes Meireles Leão:

Com muita frequência, o resumo é feito erradamente, limitando-se a reproduzir partes ou frases do texto original, que vão sendo escritas à medida que vão sendo lidas. Para elaborar um bom resumo é necessário compreender antes de tudo o conteúdo do texto (...). Resumir é apresentar, pelas próprias

² Ver site: <https://www.mendeley.com>.

palavras, os pontos relevantes de um texto, procurando dar conta de ideias principais, e do encadeamento lógico que sustentam o argumento do autor (LEÃO, 2016, 51).

Um resumo deve ser redigido com as palavras do próprio estudante ou pesquisador e deve conter as principais ideias presentes no texto lido, em forma de síntese. Existem três tipos básicos de resumo, de acordo com Marconi & Lakatos (2016):

- **resumo descritivo** – é o mais curto dos três, escrito com frases breves que sintetizam os principais conteúdos do texto, não deve conter citações;
- **resumo analítico** – é o mais extenso dos três, contendo uma síntese pormenorizada do texto, e deve ser redigido de forma impessoal (sem comentários ou avaliações críticas), não deve conter citações;
- **resumo crítico** – nesse tipo é formulado uma crítica ou juízo sobre o texto que foi lido, e deve ser escrito com as próprias palavras do estudante ou pesquisador, não devendo conter citações.

Um bom resumo é aquele que consegue rerepresentar todas as ideias fundamentais de um texto sem, contudo, reproduzi-lo em sua íntegra. É como o quadro “Anteriormente em” que vemos em séries televisivas. O intuito é sempre poder recuperar o conteúdo já lido sem se utilizar do mesmo tempo já dispendido para tal.

A seguir, seguem algumas dicas para a elaboração de resumos.



DICAS

- Dica 1:** Não é possível fazer um bom resumo sem ter realizado uma boa leitura. Para isso, leia e releia o texto até que todas as ideias sejam compreendidas. Recomendamos a leitura da primeira sessão desse texto (“leituras”), caso necessite de ajuda.
- Dica 2:** Identifique no texto conceitos importantes e ideias fundamentais. Você pode se utilizar de grifos ou palavras-chave.
- Dica 3:** Organize as ideias do texto de uma forma lógica e coerente. Tente recontar para si próprio as ideias que o autor transmitiu por meio do texto. Vale organizar as ideias utilizando-se de elementos gráficos e esquemas, caso seja de mais fácil entendimento.
- Dica 4:** Elabore um resumo com suas próprias palavras que seja capaz de transmitir uma síntese do texto estudado. Depois de escrever leia o resumo para verificar se há coerência e se é possível identificar as ideias do autor.
- Dica 5:** Da mesma forma que o fichamento, os resumos podem ser arquivados manualmente ou digitalmente. Caso tenha interesse em uma ferramenta digital, o software Mendeley, já recomendado para fichamentos, também oferece funcionalidade para armazenamento de resumos.

Resenhas

As resenhas são mais elaboradas do que os resumos críticos, contendo juízos sobre o texto lido, podendo trazer citações para exemplificar e também é recomendável que se agreguem todas as informações adicionais que se julgar necessárias para a compreensão do texto.

Escrever uma resenha requer uma bagagem um pouco maior de conhecimento, uma vez que é importante estabelecer relações com outros autores, teorias, livros, artigos que tratam do mesmo assunto.

Alguns elementos são fundamentais numa resenha, de acordo com Gonsalves (2011, 45-6):

- Referência bibliográfica;
- Credenciais do autor;
- Conteúdo da obra;
- Conclusões do autor;
- Apreciação.

O conteúdo da obra (terceiro item acima) é o equivalente aproximado de um resumo analítico. Por isso nota-se que a resenha é mais extensa do que um resumo, possuindo mais elementos que devem estar presentes.

Elaborar uma resenha é um ótimo momento para concatenar os múltiplos conhecimentos acumulados durante a formação da graduação e/ou da pós-graduação.

Para elaborar uma resenha, além dos elementos fundamentais já citados, deixamos como complemento algumas dicas que podem colaborar nesse processo.



DICAS

Dica 1: Para elaborar uma resenha é imprescindível uma boa leitura e entendimento sobre a obra. Muitas vezes é necessário realizar também leituras complementares, como forma de entender o contexto com o qual o autor dialoga. Por exemplo, ao criticar uma teoria já consolidada em um campo de pesquisa, você, que irá produzir uma resenha, também precisará conhecer, ainda que superficialmente, a teoria que está sendo criticada.

Dica 2: Ao elaborar uma resenha, é importante apresentar, ainda que pontualmente, um resumo da ideia do autor – lembrando que, para ser uma resenha, não basta apenas apresentar as ideias resumidas, é preciso conter todos os elementos mínimos descritos anteriormente.

Dica 3: Uma resenha pode conter o aprofundamento ou a crítica de uma das ideias do texto original. Lembrando que, para isso, é necessário conhecer o campo que está sendo discutido, outros autores, teorias e explicações que circulam entre pesquisadores.



DICAS

Dica 4: Ao incluir críticas sobre a(s) ideia(s) do texto original, lembre-se de que é essencial a fundamentação teórica das críticas, estabelecendo um diálogo entre a sua leitura e acumulação de conhecimento e as ideias publicadas do autor.

Dica 5: A organização da resenha é feita por quem a escreve, portanto, pode conter além de título e da identificação da obra, a identificação biográfica do autor (do texto original), uma síntese das ideias do texto e a apreciação, que podem ser em formato de aprofundamento das ideias do autor ou em formato de uma crítica, fundamentada teoricamente.

Algumas considerações

Grande parte da atividade acadêmica está fundamentada na leitura e produção textual (lembrando que dela também fazem parte a participação em eventos acadêmicos e científico, as pesquisas de diversos tipos, como as laboratoriais, por exemplo, e tantas outras atividades). Ainda que o estudante não siga pelo caminho da pesquisa e ingresse na pós-graduação, desenvolver o hábito e aprimorar as ferramentas de uma boa leitura é indispensável para qualquer profissão.

Desenvolver o hábito da leitura requer experimentação e autoconhecimento. O que oferecemos aqui é a organização de alguns *insights*, reflexões e dicas que utilizamos em nossas carreiras, esperando que contribuam com o próprio roteiro de cada um dos leitores deste texto.

Cada pessoa estabelece as formas próprias com as quais se familiariza com estes instrumentos ao longo do tempo. As ferramentas vão desde cadernos e anotações manuais até softwares que executam múltiplas funções.

Se você quiser conhecer um pouco mais sobre softwares que auxiliam nessa tarefa, deixamos abaixo uma listagem:

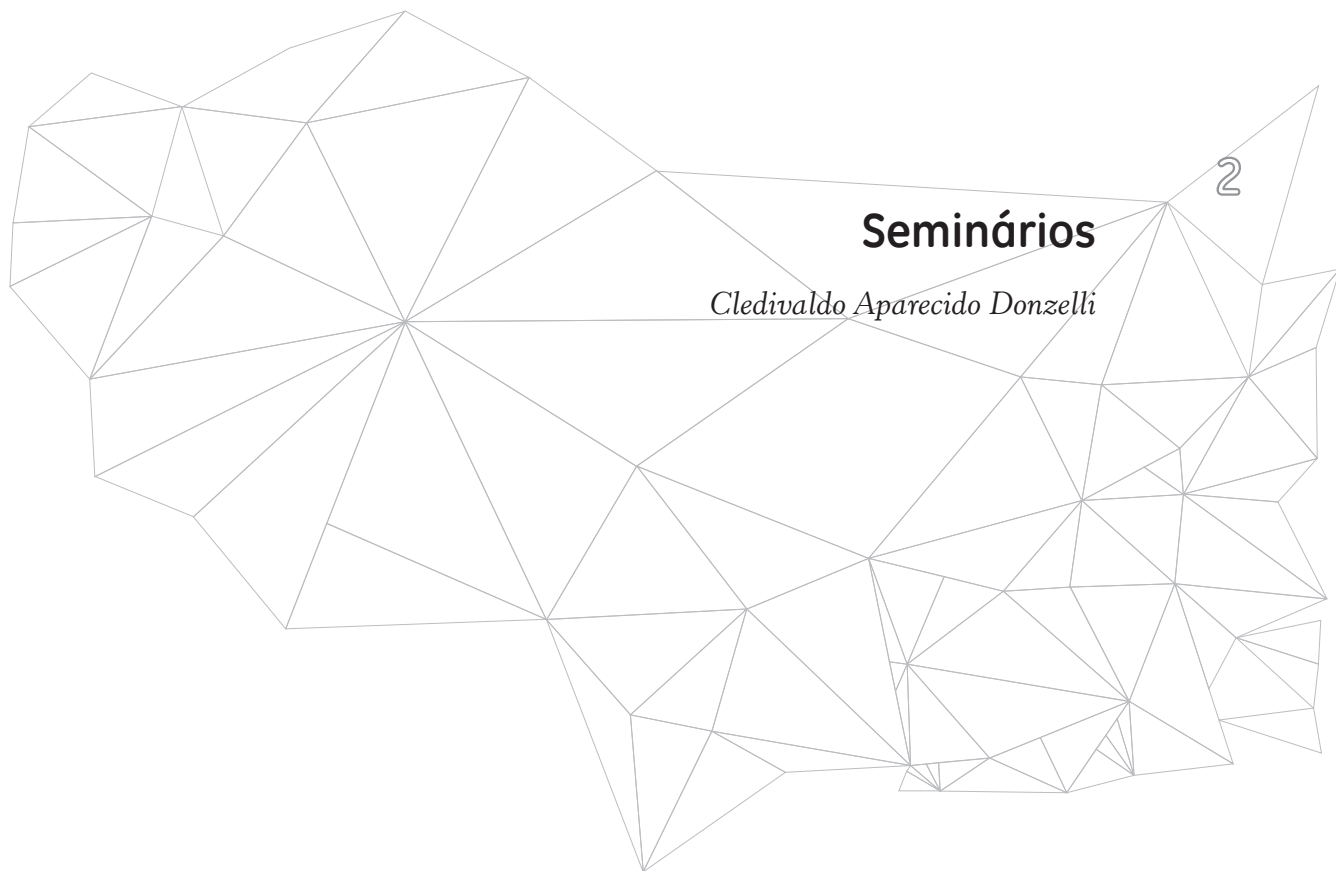
- *Calibre*: organização de acervos de textos digitais. <https://calibre-ebook.com>
- *EndNote*: organização de referências bibliográficas, organização de ideias e notas para escrita científica, possui integração com app de smartphone. <http://endnote.com>
- *Google Docs*: Editor de textos *online*, oferece função de edição colaborativa. <https://docs.google.com>
- *Google Keep*: Organizador de notas e insights, possui integração com *app* de smartphone. <https://keep.google.com>
- *Mendeley*: organização de referências bibliográficas, busca de textos científicos e organização de anotações – fichamentos, resumos e resenhas. <https://www.mendeley.com>
- *Zotero*: organização de referências bibliográficas, possui integração com alguns editores de texto que facilita a criação de referências bibliográficas. <https://www.zotero.org>

Referências bibliográficas

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre Iniciação à Pesquisa*. Campinas: Alínea, 2011.

LEÃO, Lourdes Meireles. *Metodologia do Estudo e Pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2016.



A etimologia da palavra é de origem latina, *Seminarium*, o que significa viveiro de plantas, ou seja, espaço de semear, de cultivar. Portanto, por extensão, significa espaço de crescimento, criação e construção.

Nessa acepção, seu significado e sua formatação teórica se insere no bojo dos debates em torno da concepção de educação e, portanto, de metodologias e didáticas, que marcaram a transição da denominada educação tradicional, focada no professor e concebendo o aluno como ser passivo, dentro do paradigma da escolástica e destarte no paradigma do Iluminismo e do Positivismo, proporcionadoras da Escola Régia e da Escola Monitorial-Mútua, para uma escola ensejada no início do século XX, caracterizada pelo desvio do foco do professor para o aluno, entendendo-o como ser passível de protagonismo e portanto capaz de manter e propor soluções para as sociedades democráticas e liberais no bojo do crescimento e internacionalização da economia, cultura e valores da sociedade ocidental, reunidos na denominada Escola Nova.

O seminário também se inscreve no momento das divergências em torno da escrita e da oralidade dentro dos gêneros textuais. O período entre os anos de 1960 e 1980 foi marcado pelos antagonismos entre escrita e oralidade, dando início ao entendimento de que a oralidade também é fundamental para o desenvolvimento das habilidades da linguagem e do conhecimento, passando a ser valorizada nas escolas de educação básica e de ensino superior.

Hoje, é consensual a concepção de seminário como um momento de desenvolvimento da competência cumulativa do sujeito e da capacidade de conhecer e usar a língua a partir de experiências sociais. É um gênero textual onde se garante o completo envolvimento dos sujeitos, pois se desenvolve interação e atividades de leitura, exposição, escrita e debate.

É uma prática de oralidade em nível formal, uma modalidade da língua que não constrói com a escrita uma relação de substituição ou exclusão, mas une-se a ela na formação

de um todo complementar e universal, tornando-se, assim, um instrumento importante de interação e desenvolvimento de atividades de leitura, exposição, escrita e debate.

Não há um modelo universal de seminário. O que apresentamos aqui consiste num modelo que consideramos minimamente satisfatório para as finalidades de um seminário de estudantes de graduação. A duração média do seminário (incluindo apresentação e debate) é de 30 minutos, podendo variar para menos ou para mais. Em geral, o tempo limite para a duração do seminário é estabelecido pelo docente da disciplina. O seminário é composto por itens metodológicos que garantem sua finalidade educativa:

Conversa

Primeira fase, em que os estudantes se reúnem em grupos para a definição das estratégias e das leituras em torno do tema proposto para a apresentação e debate. É a fase do planejamento da elaboração do roteiro da apresentação.

Execução

Segunda fase, em que os estudantes procedem à exposição oral dentro do planejado, com estrutura relativamente padronizada, incluindo diversos gêneros desde o roteiro, até vídeos, entrevistas, gráficos, mapas e fotos. Para tal finalidade cabe propor o que se segue:

- a) **Introdução** – Apresentação resumida do tema e do(s) autor(es) que foram trabalhados. É recomendável não ultrapassar 4 a 5 minutos de duração;
- b) **Desenvolvimento** – Apresentação e análise de cada tópico e o encadeamento lógico e coerente entre os mesmos. Nesta parte são apresentadas mais detidamente as ideias mais relevantes do texto. Recomenda-se não ultrapassar de 8 a 12 minutos;
- c) **Conclusão** – Reflexão, síntese e ênfase nos pontos chave sobre o tema abordado no seminário. Recomenda-se uma duração de 6 a 7 minutos.

Debate

Momento disponibilizado para a interação com os demais estudantes da sala, em que os mesmos podem levantar questionamentos sobre os temas apresentados no seminário. Recomenda-se não ultrapassar 10 minutos.

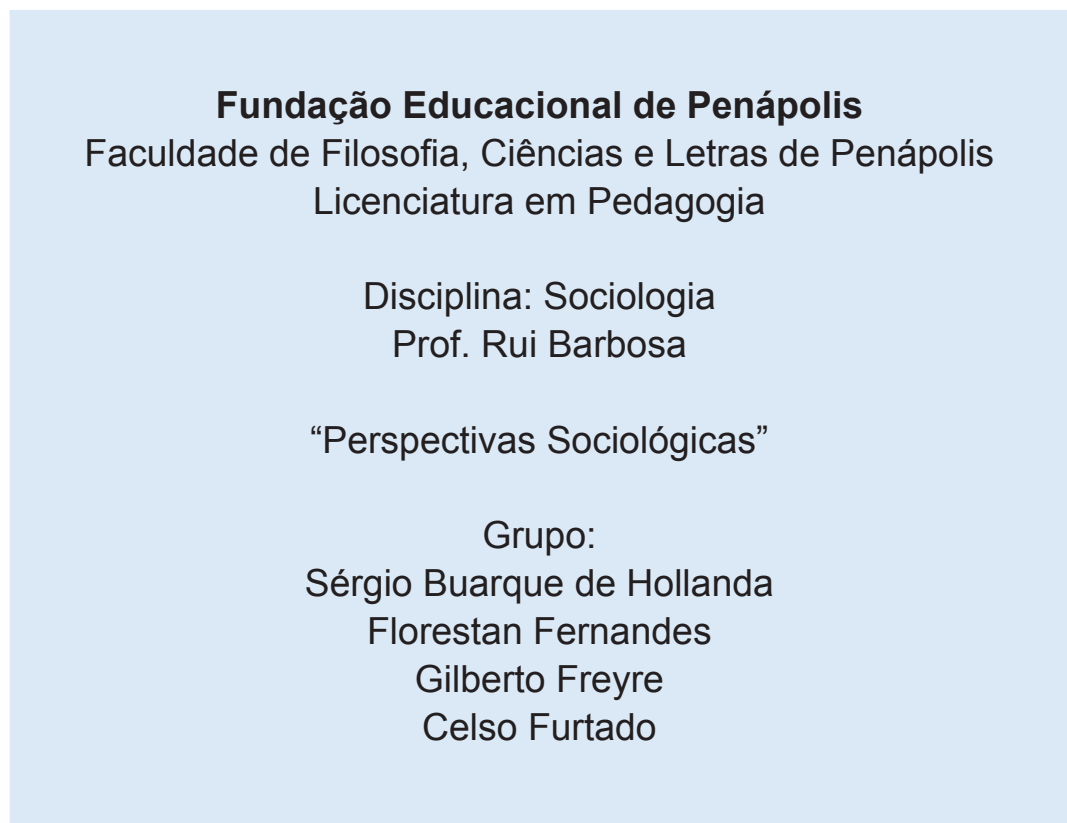
As características centrais do seminário são “protagonismo dos estudantes” e “apresentação oral”. Não há um consenso sobre a necessidade de uso de projeção visual (datashow), embora, ultimamente, tem se constituído em prática usual. É recomendável que o grupo que apresenta o seminário distribua um roteiro impresso para todos os par-

ticipantes, com os principais tópicos que serão abordados durante a apresentação, que servirá de “roteiro” para os demais estudantes que “assistirão” ao seminário e também para o docente, para que possam acompanhar o fluxo dos conceitos, das ideias e dos dados apresentados.

Caso o grupo opte pela apresentação de slides, recomenda-se:

- a) no primeiro slide – identificar a instituição, o curso, a disciplina, o nome do docente, a indicação do texto ou tema abordado e os nomes dos integrantes do grupo;
- b) manter uma padronização visual dos demais slides (por exemplo, mantendo-se somente a logomarca da instituição de ensino, ou então, somente um “cabeçalho” em fonte pequena), para evitar a poluição visual, recomenda-se a utilização de fundo branco.

Figura 01 – Exemplo de Primeiro Slide de Seminário



Fonte: elaborado pelo autor.

No roteiro do seminário, que o grupo imprimirá para entregar aos demais estudantes e para o docente, recomenda-se inserir:

- a) nome da instituição, nome do curso, nome da disciplina, nome do docente, indicação do texto ou tema abordado, nomes dos integrantes do grupo;
- b) sequência de tópicos que serão apresentados oralmente pelo grupo.

Figura 02 – Exemplo de Roteiro para Apresentação de Seminário

Fundação Educacional de Penápolis
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis
Licenciatura em Pedagogia

Disciplina: Sociologia
Prof. Rui Barbosa

“Perspectivas Sociológicas”

Grupo:
Sérgio Buarque de Hollanda
Florestan Fernandes
Gilberto Freyre
Celso Furtado

Tópicos do Seminário:

- I) A Sociologia como passatempo individual
- II) A Sociologia como forma de consciência
- III) O homem na sociedade
- IV) A sociedade no homem
- V) A Sociologia como disciplina humanística



O princípio do estudo científico: metodologia para trabalhos em graduação

Carlos Eduardo Tauil¹

*“Este é um pequeno passo para um homem,
mas um grande passo para a Humanidade”*

(Neil Armstrong – ao desembarcar do módulo lunar da Apollo 11 em 1969)

Introdução

A frase em epígrafe nos mostrará, no decorrer deste capítulo, a essência do que é um primeiro trabalho de graduação no contexto de quase todas as profissões que são estudadas em uma Universidade/Faculdade.

O primeiro trabalho acadêmico de um estudante de graduação não tem por obrigação, já de pronto, mostrar uma grande pesquisa científica. No entanto, se bem feito e seguindo alguns métodos, ele pode vir a abrir novos horizontes para o futuro do estudante. Desta forma, este capítulo não tem a pretensão de “lapidar” um estudante de graduação a ponto de deixá-lo apto para efetuar pesquisas científicas aprofundadas, com um vasto repertório teórico, com hipóteses testadas, empírica e metodologicamente perfeitas, e com resultados quantitativos e qualitativos satisfatórios. Mas, sim, e somente isto, apresentar aos estudantes um primeiro contato com o que é “fazer ciência” efetivamente. Ou seja, um primeiro passo metodológico, para que depois se desenvolvam leques e horizontes para os(as) futuros(as) cientistas/profissionais.

Assim sendo, nós entendemos que a finalidade de se fazer ciência seja a de abordar/explicar alguns fenômenos da vida humana, teórica e/ou empiricamente (praticamente), e os caminhos para se abordar tais fenômenos, nós chamamos de metodologia. De tal forma que, neste breve capítulo, se tudo correr bem, ficarão demonstrados alguns passos que devem ser dados para quaisquer estudantes se iniciem na vastidão que é o mundo científico.

Para isso, começaremos com o básico. Inicialmente, a a ideia é ambientar o estudante sobre o que é “ciência”. Após esta breve contextualização, partiremos para a forma/mé-

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP – FCLAR. Mestre em Ciências Sociais pela UNIFESP. Membro pesquisador do Laboratório de Política e Governo da UNESP – FCLAR.

todo de se preparar uma pesquisa (os primeiros passos para se fazer “ciência”) sob uma ótica bem formal, ou seja, veremos quais são as fases da elaboração de um trabalho de graduação – sempre tratando a metodologia como uma preocupação instrumental, isto é, como um caminho formal para a realização de uma pesquisa.

O que é “ciência”?

A ciência está completamente associada ao desenvolvimento da sociedade humana, mas não nos interessa aqui empreender uma discussão filosófica a este respeito. Para a finalidade deste capítulo, é suficiente evidenciar o significado de “ciência” que consta no Dicionário Aurélio: “Conjunto organizado de conhecimento relativo a certas categorias de fatos ou fenômenos”. Pronto! Resumidamente é isto: “Conjunto ORGANIZADO de conhecimento”.

No entanto, é conveniente perguntar: de qual conhecimento estamos falando? Por isso, devemos estar atentos que estamos falando de um tipo de ciência chamada de “ciência moderna”, uma vez que a “ciência antiga” estava amplamente ligada a dogmas religiosos e explicações nem sempre lógicas, óbvias ou organizadas dos fatos ou fenômenos da vida humana.

Esta transição da “ciência antiga” para a “ciência moderna” ocorreu no período do Iluminismo e da Revolução Francesa (1789), momento em que a consciência social se voltou para a racionalidade do homem na tentativa de explicar e direcionar a vida mundana. De tal forma que o conhecimento científico/lógico não era mais derivado de alguma suposta autoridade (religiosa ou da “coroa” absolutista), mas, sim, passou a ser associado a um método científico de comprovação das teorias.

A ciência tem como objetivo proporcionar a verdade acerca dos fatos da natureza e da sociedade, ou seja, do homem. O trabalho científico é o instrumento que transforma em realidade o objetivo da ciência e utiliza, obrigatoriamente, como padrão, três elementos básicos, que são: 1 – o método (o caminho para se chegar a um fim); 2- a técnica (maneira de estruturar o trabalho) e 3 – a forma (o que transparece e aglutina métodos e técnica). (ALEXANDRE, 2003, p. 16)

Percebam que o método é colocado como pressuposto para se fazer ciência. Isto é, se na antiguidade a ciência podia ser explicada por fenômenos que não possuíam base real e metodológica para ser comprovada, após o Iluminismo isso caiu por terra. Qualquer explicação sobre fatos ou fenômenos que não fossem expostas e comprovadas metodologicamente não era considerada científica. Tais explicações, sem comprovações metodológicas, poderiam ser crenças, dogmas e fé, mas não eram ciência.

A pesquisa científica

Para darmos início ao que de fato importa, qual seja, como fazer o primeiro trabalho de graduação, vamos apresentar, também de forma sumária, o elemento que julgamos ser aquele que forma o alicerce da atividade científica – que é a “pesquisa”:

Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante do que aqueles (...). A partir daí, imaginamos que sempre existe o que descobrir na realidade, equivalendo isto a aceitar que a pesquisa é um processo interminável. (DEMO, 1983, p. 23)

De acordo com o trecho acima, quem vai fazer algum tipo de trabalho científico, parte do pressuposto de que a realidade – ou seja, os fatos ou fenômenos a serem desvendados – não estão diante de nossos olhos e, portanto, precisamos descobri-los. Precisamos investigá-los.

De pronto, gostaríamos de salientar de forma contundente a importância da leitura no processo da pesquisa científica.

A leitura vai se constituir em algo absolutamente determinante em qualquer tipo de pesquisa – desde trabalhos de disciplinas até a pesquisas científicas mais robustas. O estudante precisa conhecer, de forma prévia e sumária, aquilo que outros pesquisadores/autores já trataram sobre o assunto que está pesquisando. Esta revisão e debate bibliográfico vai demonstrar o nível de profundidade que o estudante possui sobre o tema abordado. Este é o pressuposto de todo e qualquer trabalho científico e só pode ser desenvolvido na prática.

A leitura, em um processo de pesquisa científica, é mais do que a simples codificação de letras. Ela requer uma interação com o autor e com o que o autor pretende dizer em determinado contexto histórico.

Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele (...) De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe ao dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escreve-lo” ou de “reescreve-lo”, quer dizer, de transforma-lo através da nossa prática consciente (FREIRE, 1984, p. 22).

O que Paulo Freire está nos dizendo é que a leitura deve ser uma síntese de reflexões acerca do assunto abordado e, mais do que isto, acerca do mundo que está ao redor do assunto abordado. Este é um exercício de reflexão extremamente difícil, mas absolutamente necessário, desde o primeiro trabalho de graduação a ser feito.

O primeiro trabalho científico

Após essa breve contextualização sobre “ciência” e “pesquisa científica”, vamos agora entrar no passo-a-passo para se realizar um bom primeiro trabalho de graduação. De forma preliminar, precisamos saber que um trabalho acadêmico, mesmo que seja o primeiro, possui alguns requisitos formais para ser bem avaliado. Desta forma, todo trabalho deve ter:

- a) **Folha de rosto** (com o nome da faculdade, nome da disciplina, título do trabalho, nome do professor(a), nome do estudante e data do trabalho);
- b) **Sumário/Índice** (com os itens relacionados abaixo – este é um item opcional);
- c) **Introdução** (aqui o estudante vai apresentar o objeto de seu trabalho e a forma (metodologia) como se realizou o trabalho);
- d) **Desenvolvimento** (aqui o estudante vai desenvolver todo o seu argumento sobre o objeto que foi pesquisado para a realização do trabalho);
- e) **Conclusão** (aqui o estudante faz um resumo de todo o trabalho e apresenta os resultados que foram observados);
- f) **Referências Bibliográficas** (aqui o estudante vai apresentar de forma alfabética todas as referências bibliográficas que foram utilizadas para no trabalho).

Passada essa parte de estruturação de um trabalho de disciplina, vejamos as principais características que se referem ao conteúdo destes trabalhos.

a) Tema

A escolha do tema é de tal importância que dele pode se definir toda a sequência da pesquisa para o trabalho. Neste item, cabe, sem a menor dúvida, a afirmação de que o processo de leitura e investigação para a escolha do tema será determinante para se diferenciar um bom trabalho de um mau trabalho.

Em muitos dos casos de primeiros trabalhos de graduação, os(as) professores(as) já oferecem o tema geral que deverá ser abordado pelos estudantes. No entanto, os estudantes podem (e devem!) surpreender, realizando uma pesquisa que atinja elementos de um subtema que darão consistência para a argumentação e enriquecerão todo o repertório teórico empregado durante o processo de investigação, como nos ensina o Prof. Franz Victor Rudio: “a experiência vai lhe ensinar que o início de uma pesquisa, sem um tema bem delimitado, é lançar-se à improvisação” (RUDIO, 2000, p. 55).

De tal modo que a escolha de um bom tema pode abrir espaços para que os estudantes ampliem seus leques de pesquisa e fortaleçam suas argumentações. Isso porque a escolha do tema prevê uma pesquisa prévia – que pode ser rápida – mas que deve ser empreendida antes da realização de todo o resto do trabalho.

Uma pesquisa exploratória a enciclopédias, dicionários especializados etc. pode oferecer diversas sugestões de como compor o trabalho da disciplina e a pesquisa acadêmica, e, também, tão importante quanto, é nesta fase que se verifica a admissibilidade (ou possibilidade) de se realizar e elaborar uma boa investigação sobre o tema escolhido.

Portanto, mesmo que um tema já seja oferecido pelos(as) professores(as), os estudantes, ainda assim, devem realizar uma pequena pesquisa de aproximação. É certo que, com isso, se apresentará uma gama maior de autores, conceitos e estudos para que se possa aprofundar o debate.

b) Delimitação do Tema

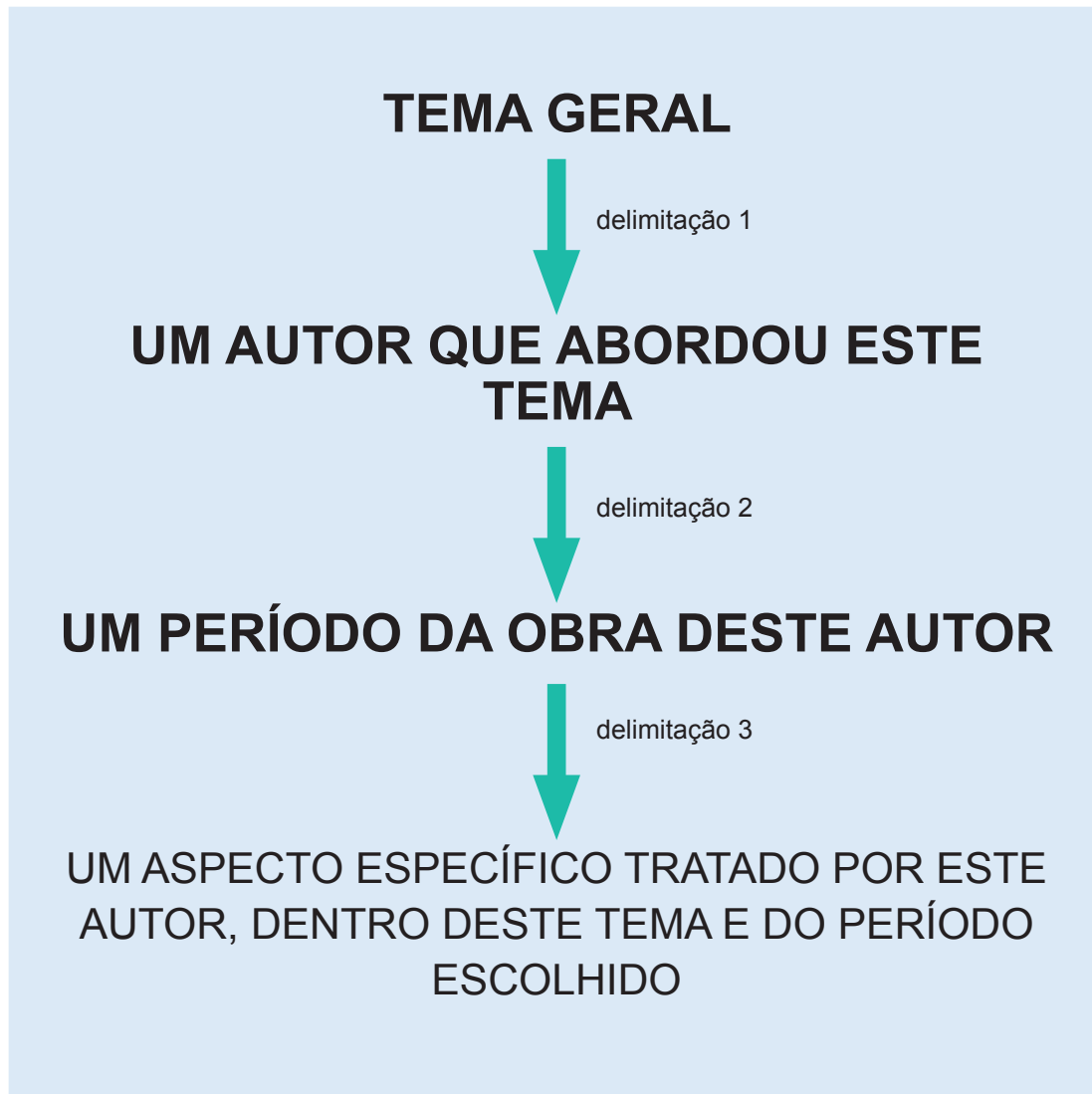
Após a escolha do tema, cabe aos estudantes uma atividade que nem sempre é simples (uma das grandes dificuldades encontradas, inclusive, para estudantes de pós-graduação), que é a delimitação do tema. Ou seja, uma vez encontrado o que abordar no trabalho, os estudantes precisarão delimitar com precisão o que será abordado – sob risco de não darem conta de realizar o trabalho durante a fase da pesquisa.

Vamos a um exemplo no campo da História Econômica. Digamos que um estudante pretenda fazer um trabalho sobre o tema “Teoria da Dependência na América Latina”.

Há diversos autores que já escreveram obras sobre este tema, durante praticamente quatro décadas, abordando uma vasta gama de aspectos sociais, políticos e econômicos sobre este tema geral.

Pois bem, a delimitação do tema consiste na etapa em que o estudante escolherá sobre qual aspecto deste tema pretende abordar em seu trabalho. Ou seja, o estudante pode escolher um autor que tenha tratado deste tema e, para ficar mais específico, pode também especificar um período em que este autor tratou deste tema e, para fechar com chave de ouro, pode escolher um aspecto que este autor trabalhou sobre este tema durante este período específico.

Figura 01 – Exemplo de delimitação do tema do trabalho



Apenas à título de exemplo, a delimitação do tema (“Dependência na América Latina”) poderia ser o seguinte:

- **Tema:** Teoria da Dependência na América Latina
- **Delimitação (1) do Tema:** autor Fernando Henrique Cardoso
- **Delimitação (2) do Tema:** período da década de 1970 no Brasil
- **Delimitação (3) do Tema:** aspecto específico (debate estrutural sobre a Teoria da Dependência)
- **Versão final, delimitada, do Tema:** “Fernando Henrique Cardoso e o debate estrutural sobre a Teoria da Dependência no fim da década de 1970”

Neste ponto já é possível perceber como a delimitação do tema funciona como uma espécie de “recorte” – ou especificação – do que o estudante deverá pesquisar? Dentro de um tema tão abrangente, o estudante escolheu UM autor, UM debate que este autor fez e em UM período. Ou seja, o tema foi enxugado e agora há uma delimitação muito

precisa do que vai ser apresentado durante o trabalho. Qualquer questão que não esteja nesta demarcação, pode ser ignorada pelo estudante durante a realização do trabalho, pois não foi o que se propôs a realizar.

Apesar de a delimitação do tema não ser uma tarefa simples, isto facilita muito todo o processo de pesquisa, pois tudo o que não estiver dentro do tema delimitado não precisa ser aprofundado nas pesquisas.

c) Leituras e Resumos

Conforme já falamos, o processo de leitura deve começar com obras que tratem o assunto de forma bem geral (enciclopédias, dicionários especializados, sites da internet etc.). Este processo vai ajudar os estudantes a encontrarem fontes de consulta mais restritas (*vejam mais detalhes sobre leitura e resumos no capítulo 1*).

A partir daí os estudantes empreenderão o trabalho de selecionar as obras que passarão por uma leitura mais aprofundada, de tal forma que assim se sucederá o encontro de obras, capítulos e artigos que tratam do seu tema de forma mais específica.

A leitura crítica ou reflexiva permite a apreensão das ideias fundamentais de cada texto. Esta é a fase mais demorada da pesquisa bibliográfica, pois as anotações devem ser feitas somente após a compreensão e apreensão das ideias contidas no texto. São necessárias muitas leituras para se destacar o indispensável, o complementar e o desnecessário no texto lido (ANDRADE, 2009, p. 73).

O que a autora do trecho acima está nos dizendo é que, após selecionar muito bem quais os textos que serão estudados durante a pesquisa (ou mesmo o texto já sugerido pelo professor, juntamente com outros que forem incorporados) os estudantes farão a parte que é considerada fundamental em qualquer tipo de pesquisa científica, e que chamamos a atenção em vários momentos neste breve capítulo, qual seja, o processo de leitura com apreensão e compreensão do que o autor do texto pretende informar.

Para isto, vale fazer a pena elaborar resumos, grifar, fazer anotações no texto, marcar referências bibliográficas, construir esquemas, transcrições de trechos etc. Mergulhar nos estudos é isto! Colocar um livro aberto e concentrar toda a atenção de seu raciocínio na leitura.

d) Planejamento do trabalho e início da redação

Após a coleta de informações necessárias para compor o trabalho, os estudantes vão se deparar novamente com uma fase de planejamento. Isso porque muitas vezes o que foi encontrado durante a pesquisa e nos processos de leitura pode requerer alterações na concepção inicial do trabalho.

Portanto, é absolutamente necessário que após a apreensão de diversas informações o estudante pare por um momento para efetuar um planejamento de como irá apresentar todo o conteúdo obtido durante a pesquisa.

Em alguns casos o estudante já está com o trabalho quase pronto só pelas anotações e resumos que fez – faltando apenas refletir sobre as informações e ordená-las formalmente numa estrutura de trabalho acadêmico, conforme mostramos anteriormente.

De outra forma, vale lembrar que é sempre bom ao estudante ter em mente que a primeira versão escrita nem sempre será a versão final do trabalho. Ou seja, é desejável uma redação prévia das partes específicas do trabalho e uma outra com uma visão global de toda a pesquisa. Para refinar ainda mais o trabalho, é mais desejável ainda que esta redação prévia seja posta à crítica de colegas até que se possa chegar a uma versão definitiva (este procedimento é mais comum na pós-graduação do que na graduação, em que os prazos para entrega dos trabalhos de disciplinas são mais curtos).

Uma vez feito esse novo planejamento, e elaborada a escrita prévia do trabalho, vale a pena fazer uma revisão do conteúdo e da redação do trabalho. Isto implica em fazer um “pente fino” em todo o trabalho, analisando vocabulário, ortografia, concordância, extensão e clareza das frases, verificar se os conceitos estão corretos, claros, se as partes que compõem o texto possuem lógica de argumentação e articulação etc.

Quando esta etapa estiver finalizada, o estudante estará apto a escrever a parte mais importante de todo o trabalho científico: a conclusão.

e) Conclusão

A conclusão, por incrível que pareça, é a parte mais simples do trabalho, pois trata-se de resumir a pesquisa já realizada e expor os resultados por ela alcançados.

Aqui não cabe nenhuma nova ideia, nenhum outro fato, conceito ou argumento. Aqui cabe apenas a síntese de tudo o que foi pesquisado e escrito. Neste ponto, o estudante já concluiu todas as etapas anteriores da pesquisa e este é o momento de registro, de forma objetiva, de tudo o que foi feito.

Para trabalhos, como este, em que o estudante sabe que o assunto por ele pesquisado não se esgotou, vale dizer que não há uma conclusão definitiva sobre tal assunto e, portanto, o fim do trabalho será tratado como “Considerações Finais”.

Algumas considerações sobre este capítulo

O objetivo deste capítulo foi, de forma sumária, apresentar os passos iniciais para que estudantes de graduação realizem um primeiro trabalho acadêmico, geralmente “trabalhos de disciplinas”.

Durante todo o texto que apresentamos, nossa tentativa foi a de demonstrar, com uma linguagem simples/coloquial e conceitos bem básicos, que seguindo minimamente alguns passos, o “fazer ciência” está ao alcance de qualquer estudante de graduação. Ou seja, tendo a noção básica do que é ciência, o que é uma pesquisa científica, sobre como apresentar os resultados de uma pesquisa de um modo formal e como realizar uma pes-

quisa incipiente, o estudante pode realizar um primeiro trabalho de graduação de forma bastante satisfatória.

Voltando à epígrafe deste capítulo, o primeiro trabalho de graduação é um primeiro passo para caminhadas mais longas e ousadas no futuro.

Obviamente, os conceitos aqui tratados estão todos muito “mastigados” e esmiuçados, pois este é o objetivo deste capítulo: trazer a ciência ao alcance do estudante. Para quem desejar se aprofundar nos conceitos e formas de metodologia de pesquisa científica, recomendo a consulta às referências bibliográficas utilizadas neste capítulo, pois possuem um repertório que certamente aprofundará o debate.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, M. J. O. *A Construção do Trabalho Científico*. São Paulo: Editora Forense, 2003.

ANDRADE, M. M. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

DEMO, P. *Introdução à Metodologia da Ciência*. São Paulo: Ed. Atlas, 1983.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

RUDIO, F. V. *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

A concepção geral da pesquisa

Wesley Piante Chotolli

É bem possível que você já tenha realizado algum tipo de pesquisa na trajetória de sua vida. Um exemplo básico é a procura por preços melhores quando se decide comprar algum objeto desejado e necessário. Geralmente, reviram-se os anúncios sobre este produto, calculam-se os valores das parcelas, observam-se se o desconto para pagamento imediato é vantajoso, entre tantas outras situações possíveis relacionadas ao seu custo. Analisam-se as vantagens e desvantagens daquele modelo, as consequências disso no orçamento de quem está comprando, e se, de alguma forma, é o ideal para a vida cotidiana. Ao final de todo esse processo, quando o ato se torna consolidado, a sensação é de ter feito o possível para solucionar o seu problema.

Dessa forma, a pesquisa foi utilizada para uma finalidade. No caso do exemplo citado: resolver uma questão do dia-a-dia. Mas como entender o conceito de pesquisa? Toda pesquisa é igual? E a pesquisa científica, como pode ser caracterizada? Existe uma única forma de pesquisar? E os seus resultados, serão sempre os mesmos?

Calma, não é necessário se assustar com as questões propostas acima. Mas é uma forma de orientarmos a discussão sobre esse assunto. Em muitos casos, é justamente na graduação que os estudantes se deparam com o desafio de produzir algum tipo de conhecimento científico. E essa produção não pode ser encaminhada apenas por aquilo que observamos de forma imediata e superficial. Ao contrário, é necessário um certo rigor e uma sistematização de procedimentos para que se tenha algum resultado. Sendo assim, pesquisar torna-se fundamental.

De maneira geral, a pesquisa pode ser definida como a procura por soluções e resoluções para algo que traz algum tipo de desconforto ou explicações mais elaboradas para aquilo que provoca bem-estar. Significa dizer que a pesquisa não é realizada apenas para sanar ou corrigir problemas sociais, mas também para entender tudo aquilo que nos cerca. Pesquisar, portanto, é se debruçar sobre as causas e os efeitos de um determinado fenômeno.

No entanto, é necessário diferenciar os tipos de conhecimento existentes para as respostas oferecidas aos dilemas pesquisados. Isso porque não se pode confundir a essência desses saberes com as suas aplicabilidades nos diversos contextos aos quais serão utilizados. Pode-se apontar, como ilustrações dessas diferenças, os conhecimentos do senso comum, os do campo religioso, os de natureza filosófica e os de caráter científico. Nota-se uma multiplicidade de caminhos que levam a respostas variadas. Entender e definir esses saberes é fundamental para conceituar a pesquisa científica.

O senso comum corresponde ao conhecimento pautado em conclusões imediatas e superficiais sobre o problema observado. É um tipo de saber que não aponta as causas reais do fenômeno, mas se ancora em explicações aparentes sobre o processo. Um exemplo de conhecimento do senso comum é dizer que todos os políticos são corruptos. Em primeira análise, isso pode parecer uma verdade clara e direta. No entanto, se procurarmos analisar todo o contexto político, possivelmente nos depararemos com uma realidade um pouco diferente da afirmação anterior, dita com “propriedade”. Isso não quer dizer que o conhecimento do senso comum deva ser ignorado, desqualificado e descartado. Ao contrário, ele pode ser o ponto de partida de pesquisas para a comprovação ou a negação das respostas por ele produzidas.

O conhecimento religioso pode ser entendido por meio de explicações que não precisam ser comprovadas de forma científica e teórica. É a construção de crenças e valores que orientam a vida cotidiana, com a utilização de elementos sobrenaturais. Dessa forma, não se questiona a sua veracidade, mas o mesmo serve como guia para a produção de um modo de vida cotidiano pautado em suas lições e ilustrações.

O conhecimento filosófico procura explicar os princípios que norteiam a existência humana. Porém, utiliza-se de uma construção racional para definir suas explicações, mesmo que elas estejam relacionadas às questões complexas, como a moral, a liberdade, a natureza humana, dentre outras. Contudo, por ser um esforço teórico, nem sempre pode ser comprovado. E isso não significa um problema do ponto de vista de sua concepção.

Por conhecimento científico, em contrapartida, entenderemos aqueles saberes que são construídos e podem ser explicados e comprovados por meio de experimentações teóricas, laboratoriais, técnicas, dentre outras, e que ofereça respostas mais precisas aos elementos estudados. Para nos ajudar nessa tarefa de definir o conceito, Anthony Giddens assinala que:

a ciência é o emprego de métodos sistemáticos de investigação empírica, de análise de dados, do pensamento teórico e da avaliação lógica dos argumentos a fim de desenvolver um corpo de conhecimentos a respeito de um tema específico (GIDDENS, 2005, p. 509-10).

De acordo com Giddens, o conhecimento científico só pode ser entendido por meio da utilização de um método, isto é, de um caminho que leve à comprovação, mesmo que

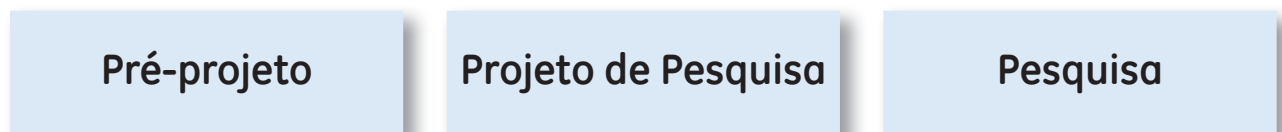
de forma parcial, de alguma problemática. É bastante importante frisar que o conhecimento científico não é uma verdade absoluta. Ele é o resultado de um momento histórico e social onde determinadas técnicas e tecnologias são aplicadas. Portanto, é um entendimento que pode ser superado e transformado a partir de novas pesquisas derivadas de algum conhecimento prévio.

Muitos estudantes chegam à graduação com uma ideia genérica sobre a atividade da pesquisa científica, em geral associada a pesquisadores que usam jalecos brancos em laboratórios. Esta pode até ser uma das possibilidades de realização de uma pesquisa científica (embora a cor da roupa não tenha relação com a pesquisa propriamente dita) mas não é a única e, nem de longe, a mais comum na graduação. É necessário desmistificar essa noção, tão difundida pelos filmes de Hollywood, de que o cientista é a figura do homem, maluco, e sem amigos. Nada disso. A ciência é para todas e todos!

A primeira experiência com a pesquisa, na graduação, surge durante os trabalhos de disciplinas (*ver Capítulo 3*), em que os professores sugerem temas específicos ou questões a serem estudadas e apresentadas (por escrito, oralmente, ou ainda, de ambas as formas). Esta é uma experiência ainda não muito sistematizada de pesquisa. Contudo, é aqui que nos deparamos com as regras iniciais de produção científica. Por mais que os assuntos sejam definidos pelo próprio docente responsável pela disciplina, existem caminhos determinados que o estudante deverá percorrer.

Basicamente existem três etapas que vão da concepção da pesquisa à realização dela propriamente dita, e que devem ser rigorosamente seguidas para que a mesma possua elementos delimitadores e norteadores, os quais servirão de referência para a orientação do estudante sempre que o conjunto de informações acumuladas se avolumar.

Figura 01 – Etapas da Pesquisa Científica



Fazer um trabalho de disciplina pressupõe debruçar-se sobre o que já foi produzido acerca do tema (em outras palavras, significa realizar uma pesquisa bibliográfica). Também é necessário delimitar o objeto de estudo (ou seja, fazer o recorte do objeto). Depois, definir a forma como a pesquisa será conduzida (isto é, definir a metodologia – métodos e técnicas a serem utilizadas) e as hipóteses gerais sobre o problema.

O primeiro passo para o desenvolvimento de qualquer pesquisa na graduação consiste na escolha de um tema. Este pode ser entendido como o assunto que se deseja pesquisar, e neste momento ainda se apresenta de forma muito genérica para o estudante. É comum a escolha de temas que façam sentido na vida dos estudantes, os quais se relacionam com questões consideradas importantes por eles. Cabe salientar que, em pesquisas mais

amplas, não relacionadas apenas à disciplina, é obrigatório que o tema escolhido tenha relação direta com o curso de graduação vinculado ao estudante. Outro ponto significativo é a orientação de um professor que tenha conhecimento sobre este tema para poder auxiliar e indicar caminhos possíveis para a pesquisa. É a figura do *professor orientador*. É necessário que o orientador aceite essa condição. Em hipótese alguma indique como responsável ou orientador da pesquisa um professor sem o consentimento dele.

Essa orientação pode garantir a construção de uma pesquisa sólida e o auxílio em dúvidas que aparecerão durante o processo de construção do conhecimento. É importante que o estudante exponha para o professor a ideia geral do que pretenda pesquisar. Esta conversa com o professor (que pode vir a ser o orientador, visto que o docente não tem a obrigação de aceitá-lo como orientando) também servirá para verificar se o tema escolhido possui aderência com a linha de pesquisa do professor. Se o docente avaliar que o tema escolhido é muito fraco para uma pesquisa científica (o que, em geral, significa que tal tema não justifica que se empreenda uma pesquisa) caberá ao estudante voltar ao início e refletir sobre outros assuntos, até encontrar um novo tema. Caso o professor avalie que o tema escolhido justifica que se faça uma pesquisa científica, poderá já indicar algumas leituras, agora tendo em vista a elaboração de um pré-projeto de pesquisa.

É recomendável que o estudante procure algumas informações sobre este tema (principalmente em livros e artigos científicos), para conhecer um pouco mais sobre o assunto e fazer uma primeira aproximação com o que se pretende estudar. Isso certamente lhe permitirá antever algumas prováveis questões sobre as quais gostaria de pesquisar dentro dessa temática.

Após a definição do tema, a consulta bibliográfica é entendida como uma etapa básica para a pesquisa científica. Entende-se o momento da pesquisa bibliográfica como aquele em que o estudante vai procurar o que já foi escrito e debatido sobre o assunto escolhido. Novamente, o professor orientador pode auxiliar nessa questão.

Esse é um aspecto importante para a formulação de hipóteses. Quando definimos uma pesquisa e a sua temática geral, sempre se pensa em algum tipo de esclarecimento sobre as causas do problema a ser estudando. Segundo Gil (2008):

O papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos. Essas sugestões podem ser a solução para o problema. Podem ser verdadeiras ou falsas, mas, sempre que bem elaboradas, conduzem à verificação empírica, que é o propósito da pesquisa científica (GIL, 2008, p. 41).

Conforme salienta o autor, a hipótese pode ou não ser comprovada durante a realização da pesquisa. Ela será entendida como uma resposta aparente para o problema. Não é incomum, durante a realização do estudo, chegar a respostas diferentes daquelas pensadas como hipóteses iniciais. Isso não caracteriza um problema na realização da pesquisa.

Atualmente há diversas maneiras para se ter acesso à produção científica que existe para ser consultada. Além dos livros disponíveis em bibliotecas e acervos on-line, cada vez mais observa-se o aumento de artigos publicados em periódicos científicos. No entanto, é necessário ter muito cuidado com a escolha das fontes para a utilização em trabalhos acadêmicos (sejam trabalhos de disciplinas, ou, mais ainda, caso sejam artigos ou monografias).

Com a popularização da internet, uma simples pesquisa em sites de procura pode levar o estudante a fontes equivocadas ou falsas. Cuidado com páginas desconhecidas e dados exagerados. Pesquise sobre o autor ou autora do artigo, texto, reportagem ou demais produções on-line. Mais: nem toda página da internet é confiável, procure saber a sua procedência (pergunte ao orientador, se tiver dúvidas). Outro detalhe importante: livros publicados também não podem ser vistos como dados absolutos! Em caso de dúvida, recorra ao orientador da pesquisa.

Uma característica admirável na pesquisa científica é a delimitação do objeto de estudo. Atente-se sempre ao fato de que pesquisas amplas podem levar a problemas gigantescos. Seja sempre realista em relação à condição da pesquisa e analise o tempo disponível para a entrega do resultado. Para ilustração desse processo, imagine um estudante de graduação se debruçando sobre o seguinte estudo: *as causas da desigualdade no mundo atual*. Possivelmente ele passará a sua vida toda estudando a temática e não conseguirá responder ao seu problema de pesquisa. Um estudante atento a essa dificuldade poderia fazer um recorte sugerindo um estudo sobre *a relação entre educação e renda no bairro “X” de uma cidade do interior paulista durante um intervalo determinado de anos*. Novamente, isso é apenas um exemplo de recorte possível. Ainda assim, isso levaria a um esforço considerável de cruzamento de dados e variáveis, dentre outras situações, bastante complexas.

Escolhido o tema, feito o recorte do objeto e realizada a pesquisa bibliográfica inicial, caberá agora a escolha da metodologia adotada para o estudo. Mas o que vem a ser metodologia? Segundo Minayo (1994):

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intricavelmente inseparáveis. Enquanto o conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO, 1994, p. 16).

Dessa forma, a metodologia deve ser entendida como o caminho que vai levar à construção da pesquisa. São as regras elaboradas para compreender o problema e ofertar uma resposta que possa ser justificável para ele. A escolha da metodologia adequada para o problema de pesquisa é um momento fundamental para concretização do estudo. O estudante deve ter a clareza das possibilidades e das limitações da metodologia adotada.

Como orientação geral, é necessário um cuidado especial nessa fase da pesquisa. Procure conversar com outros pesquisadores e professores (e, principalmente, com o orientador) sobre qual metodologia adotar.

Ocorre com bastante frequência a necessidade de alteração do tema de pesquisa após as primeiras tentativas pela busca de mais informações, seja porque ao conhecer melhor a temática o próprio estudante não se sentiu estimulado a prosseguir com a pesquisa sobre este assunto, ou ainda porque pode ocorrer a alteração parcial do tema, mudando-se aspectos pontuais do que será pesquisado.

Na graduação há duas possibilidades de desenvolvimento de pesquisas: as iniciações científicas e os trabalhos de conclusão de curso, sempre com a supervisão de um pesquisador que assume o papel de orientador da pesquisa.

A iniciação científica é possivelmente o primeiro trabalho com características formais da pesquisa científica. A sua construção está relacionada com a necessidade de um projeto de pesquisa que visa justamente colocar o estudante em contato com as exigências acadêmicas. É neste momento que o discente tem contato com as linhas de pesquisa dos professores e começa a aplicar técnicas de pesquisa, possibilitando um momento de construção de conhecimento. Muitas instituições possibilitam Programas de Bolsas para estudantes que desenvolvem essa modalidade de pesquisa. É importante deixar claro que a iniciação científica não obriga necessariamente a realização de uma pesquisa original e com resultados inéditos.

Os Trabalhos de Conclusão do Curso (TCC's) podem estar relacionados às iniciações científicas, mas isso não é algo obrigatório. Basicamente o TCC se caracteriza como um exercício de maturidade do estudante de graduação, quando o mesmo desenvolve sua pesquisa por meio das técnicas que foram apreendidas durante esse momento de formação. É um trabalho mais rebuscado, com traços de originalidade, supervisionado sempre por um professor orientador. É onde se coloca tudo o que foi previsto no projeto de pesquisa, com as alterações necessárias decorrentes do processo de estudo.

Portanto, considere o projeto de pesquisa como um mapa de orientações para a realização da pesquisa científica. Além disso, como qualquer mapa, muitas vezes suas fronteiras são modificadas. Caso isso ocorra com a sua pesquisa, não se desespere. Possivelmente você não será o único a alterar o estudo com o desenrolar dos fatos.

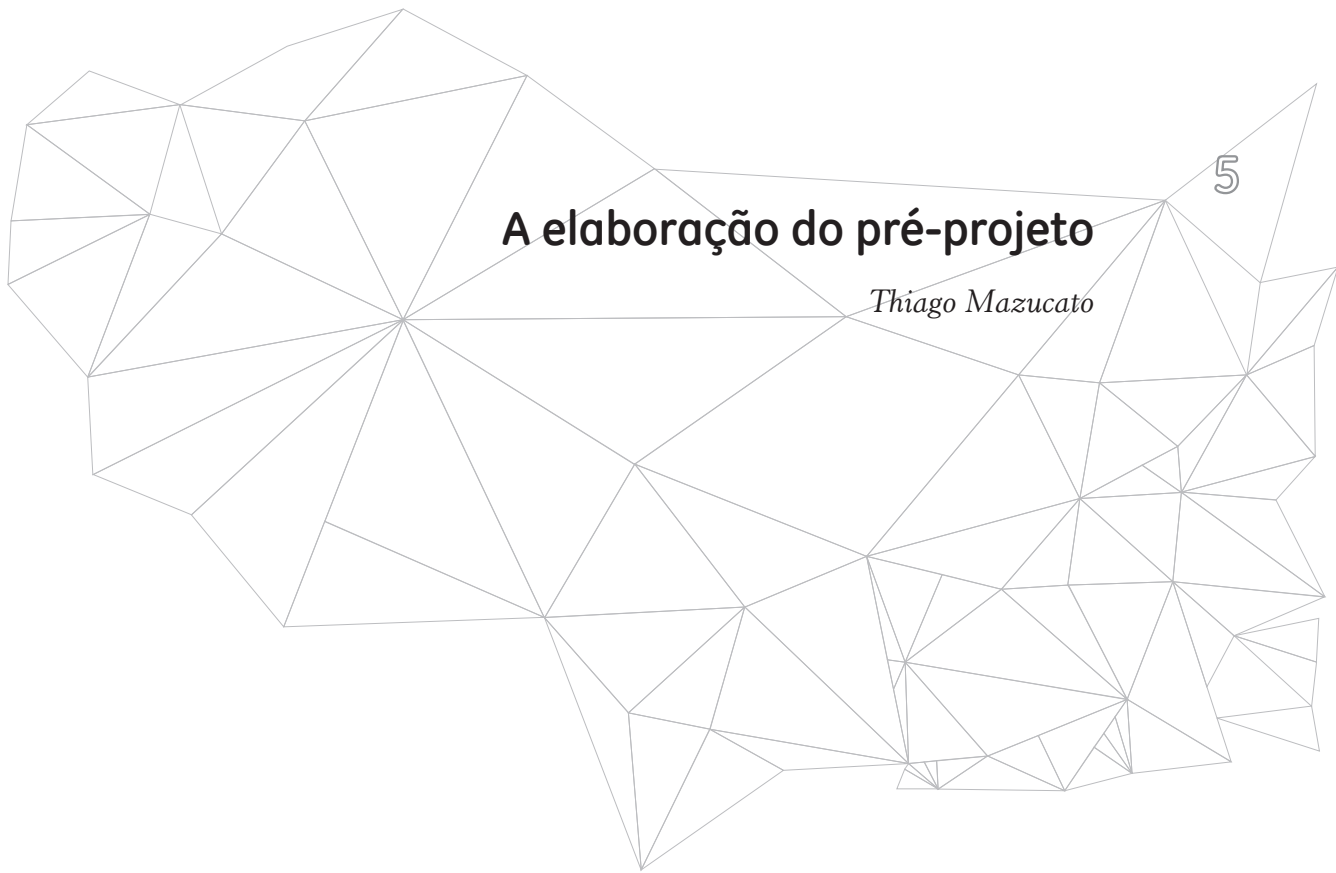
Para concluir, o estudante envolvido com a pesquisa na graduação possivelmente conseguirá enormes ganhos para o desenvolvimento de sua vida acadêmica. Além de todo conhecimento adquirido, seja relacionado ao conteúdo da temática ou propriamente às exigências do mundo universitário, a pesquisa é uma realização pessoal. Refletir sobre o objeto de estudo, oferecer respostas às problemáticas encontradas e contribuir para o avanço da ciência é uma condição única para qualquer estudante.

Referências bibliográficas

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.



A elaboração do pré-projeto

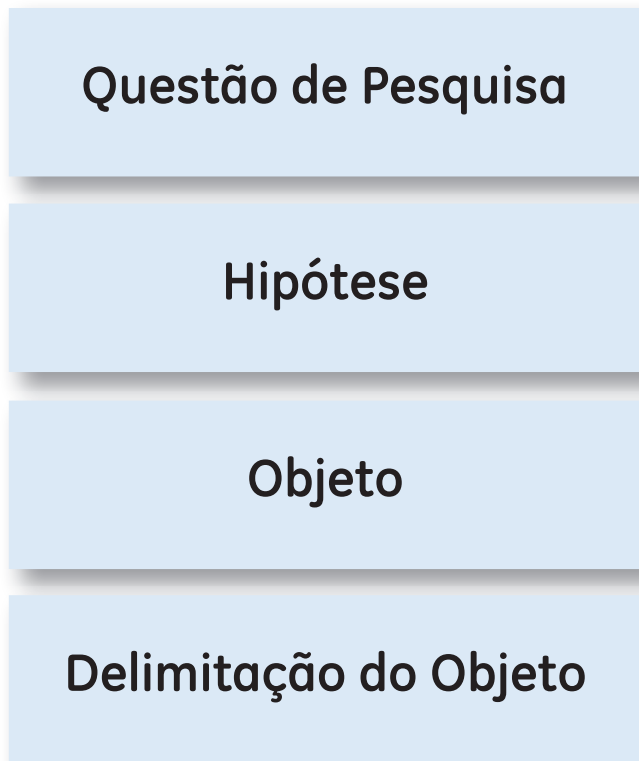
Thiago Mazucato

Após a escolha do tema para a pesquisa, o que, como visto, neste momento ainda é bastante genérico, é necessário que o estudante se debruce sobre algumas leituras (faça uma pesquisa bibliográfica prévia) para que consiga definir melhor os principais elementos que compõem um pré-projeto. O pré-projeto consiste num documento prévio à pesquisa (escolha do tema → pré-projeto → projeto → pesquisa), que vai, desde então, delinear alguns elementos que precisam estar mais definidos para a etapa seguinte (a construção do projeto de pesquisa).

Não há uma regra geral sobre como deve ser um pré-projeto, utilizada em todas as instituições de ensino e pesquisa. Porém, alguns elementos mais básicos devem constar no pré-projeto, compreendendo a elaboração de uma questão ou problemática para a pesquisa sobre o tema escolhido, a escolha de um objeto específico sobre o qual será feita a pesquisa, bem como a delimitação deste objeto (também chamada de “recorte” do objeto) e a elaboração de uma possível resposta/solução para a questão ou problemática.

Vejam os mais detidamente em que consistem estes quatro elementos mais fundamentais de um pré-projeto de pesquisa: a questão de pesquisa, o objeto, a delimitação do objeto e a hipótese.

Figura 1 – Elementos de um Pré-Projeto de Pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

um exemplo de uma pergunta que não constitui uma questão de pesquisa (tipo de raciocínio muito comum aos estudantes que se iniciam na pesquisa científica): “qual a renda média do morador de uma determinada cidade?”. Para solucionar esta pergunta bastaria acessar o banco de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e verificar os dados, ou seja, tal pergunta não justifica o empreendimento de toda uma pesquisa para que a mesma seja solucionada, pois exige apenas uma simples quantificação (é um dado/informação que pode ser relevante para a pesquisa, mas não é *a questão de pesquisa*).

A questão de pesquisa deve colocar um *problema* que, para ser solucionado (para ser conhecido, em termos de conhecimento científico) necessite que uma pesquisa seja empreendida. Ao elaborar a questão de pesquisa, deve-se ter em mente que:

- a questão de pesquisa deve ter relação direta com o tema da pesquisa;
- não deve se resumir a uma simples quantificação;
- não deve ser solucionada facilmente com informações novas ou já existentes (neste caso, pode até se constituir num importante dado para a pesquisa, mas ao não colocar uma questão/problema para ser resolvida, ela não se torna uma questão de pesquisa).

A Questão de Pesquisa

A questão de pesquisa constitui-se num aprofundamento do tema, agora com um questionamento mais específico sobre um determinado aspecto, colocando um problema para ser solucionado pela pesquisa. Não deve ser confundida com uma simples “pergunta” (há a possibilidade de se formular uma questão de pesquisa sem que seja no formato de uma pergunta, embora, para quem está se iniciando na prática da pesquisa, seja mais fácil elaborá-la como pergunta). Apenas para exemplificar: caso uma pergunta possa ser respondida com muita simplicidade, a mesma não justifica que se empreenda uma pesquisa para solucioná-la e, portanto, não constitui uma questão de pesquisa (ou seja, nem toda pergunta é uma questão de pesquisa, apenas o são as perguntas que justificam que se empreenda uma pesquisa para que se possa alcançar a “resposta”).

Para ilustrar este fato, é possível mencionar

As perguntas a seguir seriam exemplos de falsas questões de pesquisa (por se resumirem a simples quantificações ou por serem de fácil resolução, as perguntas a seguir são exemplos de simples *perguntas*, que não são *perguntas de pesquisa* ou *questões de pesquisa*):

- quantos estudantes estão matriculados nesta faculdade durante o ano letivo atual?
- qual é o número de vagas no estacionamento do shopping?
- quantas vezes as pessoas de uma determinada cidade fazem exames médicos de rotina durante o ano?

Nos exemplos acima, a simples verificação da informação junto à faculdade, ao shopping ou ao serviço municipal de saúde já responderia às perguntas e, portanto, as mesmas são falsas questões de pesquisa, pois não colocam nenhum problema que desafie os estudantes a resolvê-lo e que justifique que os mesmos realizem pesquisas científicas.

Algumas falsas questões de pesquisa podem ser apenas dados relevantes para a pesquisa científica (dados já existentes ou que possam ser coletados/levantados pelo estudante durante a pesquisa), pois já informam algo específico sobre um determinado assunto, mas não colocam um problema a ser solucionado. Vejamos outro exemplo: na pergunta “quantos estudantes faltaram à faculdade em dias de provas durante o ano letivo anterior?” é possível identificar que esta informação pode se constituir em um dado importante para uma pesquisa que procure compreender “a motivação das faltas dos estudantes em dias de provas numa determinada faculdade” (esta última seria, ainda que de forma muito simples, uma questão de pesquisa).

Mas, analisando mais detidamente, na pergunta “quantos estudantes faltaram à faculdade em dias de provas durante o ano letivo anterior?” qual problematização pode ser identificada? A resposta seria, obviamente, nenhuma. É possível que a própria faculdade já tenha os dados prontos e possa fornecê-los ao estudante que empreende a pesquisa, ou então, que, não possuindo os dados prontos, possa fornecer listas de presença em dias de provas para que o estudante colete a informação desejada (neste caso, a pergunta leva a um dado/informação, que pode até ser útil para a pesquisa, mas que não se constitui, como exaustivamente demonstrado, numa questão de pesquisa).

A questão de pesquisa deve, obrigatoriamente, suscitar algum problema que requer informações, sistematização das informações, análise das informações, deve também admitir uma hipótese (como veremos mais adiante, uma hipótese consiste numa solução preliminar, antes da verificação final das informações levantadas), uma questão de pesquisa deve também apontar para um objeto específico sobre o qual a pesquisa será realizada.

A questão de pesquisa deve ser mais específica quanto for possível (lembrando que um pré-projeto é apenas um esboço, para a elaboração, posterior, de um projeto de pesquisa e, ambos, pré-projeto e projeto, se bem estruturados, servirão como roteiros para a realização da pesquisa propriamente dita). E também, deve ser lembrado aqui, que a questão de pesquisa deve possuir algum significado para o estudante (se não fizer o me-

nor sentido para o estudante pesquisar sobre este assunto, a prática da pesquisa não será prazerosa, muito pelo contrário, será um fardo).

Jamais deve-se perder de vista a **exequibilidade** da questão de pesquisa. Este é um critério muito importante, pois consiste em verificar se a pesquisa é exequível (realizável) pelo estudante, dentro do prazo disponível e no nível de ensino que se encontra. Muitas vezes a questão de pesquisa remete a uma complexidade que exigiria tempo muito maior do que o estudante dispõe, por exemplo, para uma iniciação científica, uma monografia ou um trabalho de conclusão de curso de graduação, ou, ainda, exigiria formação prévia (seria, neste caso, uma pesquisa para o nível de mestrado ou doutorado, o que a tornaria inexecuível para um trabalho de conclusão de curso de graduação, por exemplo). Isto é um ponto muito importante a ser observado na conversa com o orientador (ou, neste momento, ainda, um “provável orientador”).

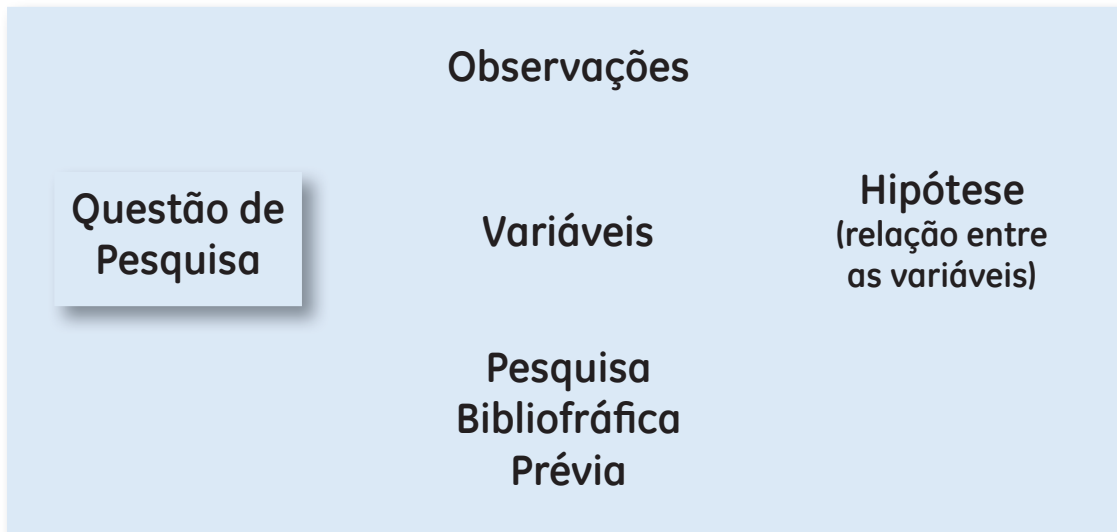
Hipótese

A hipótese consiste numa resposta provisória, preliminar, que deve ser elaborada depois de estabelecida a questão de pesquisa. Ela deve tentar resolver a questão de pesquisa, oferecendo uma solução prévia, sem o compromisso de estar correta (pois, como dito, é provisória), mas, ainda assim, precisa ser plausível (ter a possibilidade de estar correta, o que significa que não é permitida a elaboração de hipóteses que, de antemão, já se saiba serem inviáveis). Vale ressaltar que a hipótese é, no pré-projeto, o complemento da questão de pesquisa. Enquanto a questão de pesquisa levanta uma indagação sobre algo, levanta um problema a ser resolvido, a hipótese se coloca como uma possível solução para a indagação levantada no problema de pesquisa.

Durante a realização da pesquisa a hipótese pode se confirmar ou ser refutada (não se confirmar) – a ciência, e, portanto, o conhecimento científico, é feita à base destas soluções provisórias que se confirmam ou que são refutadas. Seria um erro, muito comum, aliás, principalmente em pesquisadores iniciantes, desenvolver um “apego” à hipótese e tentar comprová-la “custe o que custar”. A hipótese precisa ter um caráter provisório e preliminar – que pode ser confirmada ou não – ela precisa, necessariamente, estar aberta à possibilidade de refutação, caso contrário não seria necessário realizar a pesquisa, bastaria formular a hipótese e pronto!

A refutação de uma hipótese, caso ocorra, não significa ou indica fragilidade da pesquisa, muito pelo contrário, significa que a pesquisa avançou, limpou o campo ao eliminar uma hipótese. O compromisso de todo pesquisador deve ser com a verdade (e, se a verdade não coincidir com a hipótese, tanto melhor para a pesquisa que a hipótese seja refutada).

Esquemáticamente, poderíamos ilustrar a construção das hipóteses da seguinte maneira:

Figura 02 – Esquema ilustrativo da construção de hipóteses

Fonte: elaborado pelo autor.

A elaboração da hipótese consiste em empreender uma relação entre as variáveis (que, de modo simplificado, podem ser fruto das observações prévias ou da pesquisa bibliográfica prévia). Variáveis são dados que podem ser observados (fatos, fenômenos, processos etc.) e que podem ser mensurados (quantitativa ou qualitativamente). Alguns exemplos de variáveis: a classe social, o grau de escolaridade, o nível de satisfação de consumidores, dentre tantos outros. Vamos imaginar que uma questão de pesquisa (neste exemplo, bastante simples) seja “A escola como reprodutora de desigualdade social”. Poderíamos elaborar a hipótese de que “o grau de escolaridade alcançado pelos estudantes está relacionado com a classe social a que pertencem” (a hipótese, vale frisar, bastante simples, está relacionando duas variáveis: “grau de escolaridade” e “classe social” que estão diretamente vinculadas à questão de pesquisa “a escola como reprodutora de desigualdade social”).

Objeto

A escolha da questão de pesquisa implica numa seleção de temáticas que podem ser pesquisadas. Para ilustrar esta questão, vamos permanecer no exemplo anterior, em que foi escolhida a questão de pesquisa “A escola como reprodutora de desigualdade social”.

A partir desta questão de pesquisa, um conjunto de temáticas se tornam possíveis (da mesma forma que muitas temáticas são eliminadas). Dentre as possíveis temáticas, no exemplo anterior foram escolhidas, como variáveis, o grau de escolaridade e a classe social – contidas na hipótese. A próxima etapa seria pensar “onde, efetivamente, serão buscados/coletados os dados para verificar a validade ou invalidade da hipótese?”. Este “onde” (que não significa, necessariamente, um local físico, embora, em muitos casos, possa ser um lugar) consiste no objeto da pesquisa. No exemplo acima o objeto poderia

ser uma escola específica (caso o estudante opte por uma pesquisa de observação) ou ainda poderia ser em textos de autores que já pesquisaram sobre o assunto (caso o estudante opte por uma pesquisa bibliográfica).

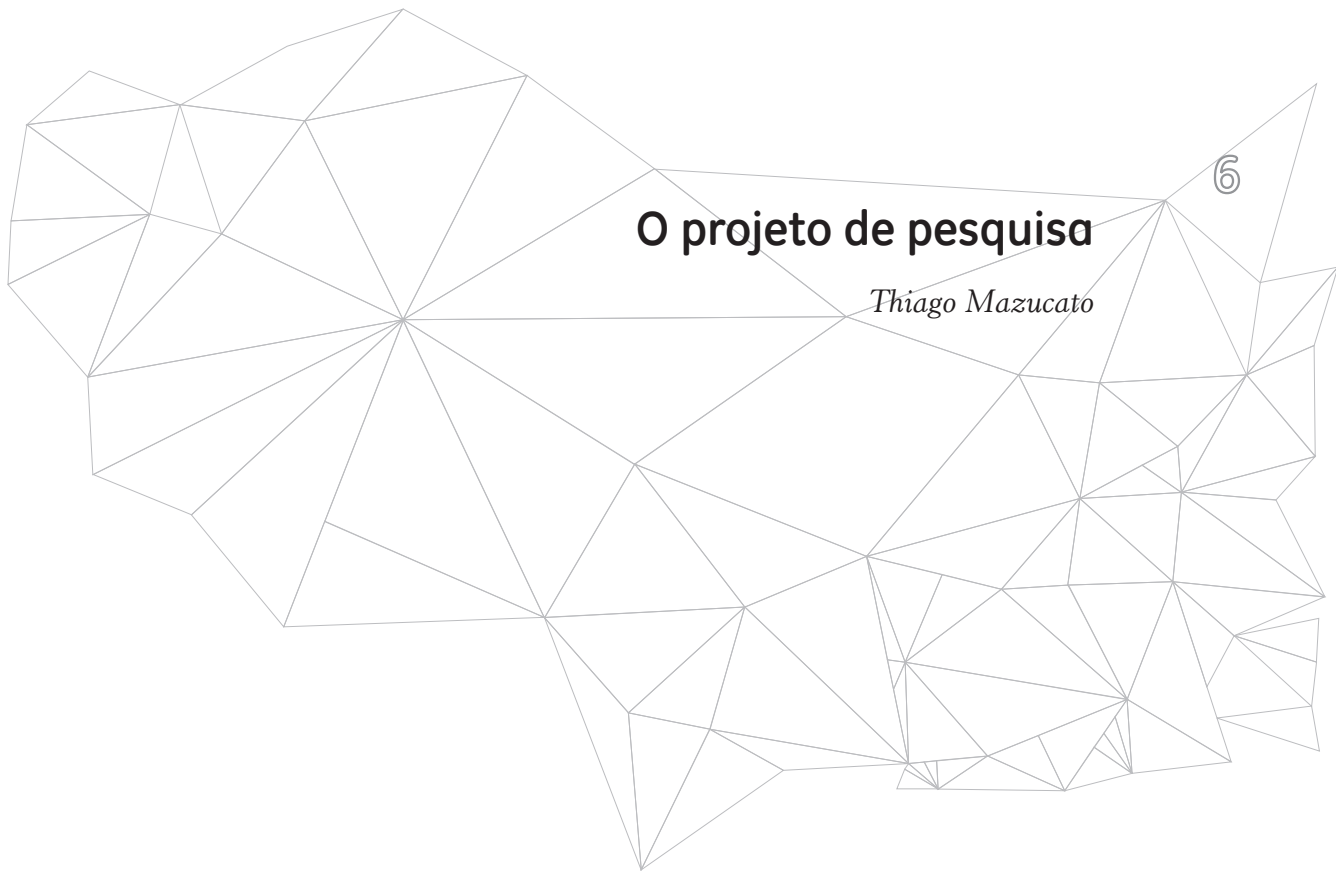
Um objeto não precisa, como já afirmado, necessariamente ser um lugar físico (uma escola) ou um conjunto de obras já publicadas (textos). Um objeto pode ser um processo, um fenômeno, um fato que poderá ser analisado durante a pesquisa. Continuando no exemplo anterior, imaginemos que tenha ocorrido uma tragédia numa determinada escola. O estudante poderia escolher este fato (a tragédia) como objeto de estudo para verificar a hipótese (relação entre as duas variáveis “grau de escolaridade” e “classe social” através de um estudo de caso específico).

Delimitação do Objeto

Em diversas ocasiões, os objetos indicados pelos estudantes apresentam-se de modo bastante genérico. Suponhamos um novo exemplo, em que um estudante tenha se colocado como questão de pesquisa “a existência de preconceito nas sentenças judiciais”. Esta questão de pesquisa precisa de uma hipótese, a qual, como já vimos, consiste na relação entre variáveis. Suponhamos que este estudante tenha levantado como variáveis o gênero, a etnia e a cor da pele. Como hipótese, tal estudante afirmou que “nas sentenças penais existe uma taxa maior de condenação de mulheres, negros e pobres”. Informou também que pretende analisar os dados das sentenças de uma determinada vara criminal (apontou, portanto, qual o objeto de sua pesquisa).

Contudo, este objeto, se pensado mais detidamente, possui uma quantidade de informações muito amplas para serem analisadas pelo estudante, digamos, durante uma pesquisa de iniciação científica ou uma monografia de conclusão de curso. O procedimento recomendado é que se faça uma delimitação deste objeto, por exemplo, procedendo a um recorte do período a ser analisado (para ilustrar, durante os anos de 2010 a 2017). Caso o estudante não faça este recorte, fica pressuposto que analisará a totalidade das sentenças desta vara criminal durante toda a sua existência (imaginemos, apenas para exemplificar, que esta vara criminal tenha surgido há 20 anos, e pensemos na quantidade de informações a serem analisadas, o que poderia tornar a pesquisa inexecutável).

Portanto, a delimitação do objeto é algo que deve ser feito pelo estudante já na elaboração do pré-projeto, pois indicará especificamente o que será pesquisado e, o que estiver fora desta delimitação, fica claro que não será pesquisado.



O projeto de pesquisa

Thiago Mazucato

O projeto de pesquisa consiste num instrumento essencial para qualquer pesquisador, pois serve de guia de orientação para a realização da pesquisa propriamente dita. Como o nome já diz, trata-se de um “projeto” e, portanto, de uma “intenção” de pesquisa. É, pois, um documento em que o pesquisador (estudante ou profissional) estabelece quais as diretrizes básicas que orientarão a pesquisa, caso o projeto venha a ser empreendido (define o objeto, expõe a teoria, justifica a sua relevância, esclarece os objetivos, apresenta a metodologia, propõe um cronograma de trabalho e apresenta as referências bibliográficas básicas já consultadas).

Por mais que se trate de um documento de orientação em que as diretrizes básicas são apresentadas, um projeto de pesquisa jamais deve ser encarado como algo inflexível, que não permita ser alterado no decorrer da própria pesquisa. Como afirma Elisa Pereira Gonsalves:

O projeto de pesquisa deve funcionar como um guia do pesquisador em relação aos passos a seguir. Apesar de ser um roteiro preestabelecido e rigorosamente elaborado, o projeto não é imutável, ao contrário, o caminho percorrido ao longo da pesquisa acaba por imprimir-lhe novas características, novos aspectos, colocando novas exigências para o investigador. (GONSALVES, 2011, p. 13).

Ao elaborar o projeto de pesquisa é importante levar em consideração a natureza das fontes que se deseja utilizar durante a realização da pesquisa, uma vez que isto terá reflexos em diversos itens do projeto (principalmente na metodologia, em que se apresentam os métodos e técnicas que se pretende utilizar para empreender a pesquisa). A maioria das pesquisas pode ser enquadrada majoritariamente em uma das categorias abaixo, de acordo com a natureza das fontes a serem utilizadas:

- **esquisa experimental** – utiliza-se da observação e da manipulação do próprio objeto de pesquisa (geralmente feita em laboratórios, em que selecionam-se as variáveis que deverão ser controladas e observadas nos experimentos);
- **pesquisa bibliográfica** – nesta modalidade as principais fontes para a realização da pesquisa são bibliográficas (livros, capítulos de livros, artigos científicos etc.);
- **pesquisa de campo** – neste tipo de pesquisa a fonte é um objeto que o pesquisador observa em seu ambiente natural (não ocorrendo a intervenção do pesquisador no ambiente, o que é característica da pesquisa experimental), e as informações observadas devem ser descritas da forma exata como ocorreram;
- **pesquisa documental** – é o tipo de pesquisa em que a fonte principal é constituída de documentos (*ver definição abaixo*).

De acordo com Chizzotti, a definição de *documento* inclui:

qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação etc. Quaisquer informações orais (diálogos, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material. (CHIZZOTTI, 1991, p. 109 *apud* GONSALVES, 2011, p. 34)

Não existe um modelo universal ou uma regra geral quanto aos itens de um projeto de pesquisa (RUDIO, 2015; COSTA & COSTA, 2015). O que é mais comum é que o projeto apresente os elementos que já faziam parte do pré-projeto (definição da questão de pesquisa, enunciação da hipótese, indicação do objeto e delimitação deste objeto), e que seja incluída uma discussão sobre a teoria já existente que trata sobre esta questão, que se exponha a justificativa (relevância) e o objetivo (meta) da pesquisa, que se detalhe a metodologia e se apresente um cronograma de execução (conforme espera-se executar as diversas etapas da pesquisa) e, se houver necessidade, que sejam indicados quais recursos são necessários (humanos, materiais, financeiros) e que se incluam as referências bibliográficas já utilizadas e que foram mencionadas ao longo do projeto. Dito isto, poderíamos indicar (apenas à título de exemplo) os seguintes itens que compõem um projeto de pesquisa¹:

- 1) Apresentação
- 2) Justificativa
- 3) Objetivos
- 4) Metodologia
- 5) Cronograma e Recursos
- 6) Referências Bibliográficas

¹ Conforme ressaltado, este não é um padrão universal. As agências de fomento (CNPq, CAPES, FAPESP etc.) possuem padrões diferentes de projetos de pesquisa, assim como as instituições de ensino superior possuem padrões diferentes de projetos para diversas ocasiões (trabalho de conclusão de curso, processos seletivos para pós-graduação etc.).

É preciso ficar atento para que as partes do projeto não entrem em contradição umas com as outras. O que se define na apresentação (os itens do pré-projeto: a questão de pesquisa, a hipótese e o objeto) não pode estar em contradição com o que se propõe nos “objetivos” ou com a “metodologia” (métodos e técnicas propostos precisam ser coerentes com a natureza do objeto e com a questão de pesquisa e a hipótese) – portanto, nenhuma parte do projeto pode estar em contradição com quaisquer outras partes do mesmo projeto.

Por exemplo, uma pesquisa que pretenda compreender a motivação de um fenômeno (a motivação do baixo rendimento escolar numa determinada escola, ou ainda a motivação da inadimplência de certo imposto municipal ou então a motivação da descrença de setores da população no poder judiciário ou com o poder político, apenas para mencionar algumas possibilidades) precisa, necessariamente, apontar na metodologia alguma técnica que consiga captar as “motivações” (as entrevistas, por exemplo, se enquadrariam neste caso).

Vale lembrar que, por mais coerente que sejam as partes entre si, o projeto como um todo precisa ser exequível (realizável) e, portanto, cabe uma atenção especial neste sentido (evitar apresentar uma questão de pesquisa e um objeto muito amplos ou ainda evitar propor objetivos dificilmente realizáveis no tempo disponível para a execução da pesquisa).

Para se evitar a contradição entre as partes de um projeto de pesquisa é importante ter-se em mente o tipo de dados que a pesquisa pretenda lidar, ou seja, quais os tipos de fontes, quais os procedimentos de coleta dos dados nestas fontes. Gonsalves (2011) apresenta o seguinte quadro informativo:

Quadro 01 – Tipos de Fontes e Tipos de Coletas de Dados

Tipos de pesquisas segundo os objetivos	Tipos de pesquisa segundo os procedimentos de coleta	Tipos de pesquisas segundo as fontes de informação	Tipos de pesquisas segundo a natureza dos dados
Exploratória Descritiva Experimental Explicativa	Experimento Levantamento Estudo de Caso Bibliográfica Documental Participativa	Campo Laboratório Bibliográfica Documental	Qualitativa Quantitativa

Fonte: Gonsalves (2011, p. 66).

Apresentação

A apresentação do projeto de pesquisa (que, muitas vezes, aparece sob a designação de “Introdução”) é o primeiro tópico do projeto. A ideia central do projeto deve ser apresentada, atentando-se para não deixar de constar:

- os elementos do pré-projeto (delimitação do tema, questão de pesquisa, hipótese, objeto, delimitação do objeto);
- o debate teórico já existente sobre o assunto (devem ser mencionadas as principais conclusões que os trabalhos já empreendidos obtiveram sobre a questão geral que se pretende pesquisar) ou mesmo as discussões teóricas sobre os conceitos que serão utilizados na pesquisa.

Todos os demais elementos introdutórios devem constar neste tópico de apresentação do projeto de pesquisa.

Justificativa

Na justificativa deve-se esclarecer quais são os motivos que tornam relevante a realização da pesquisa. Além dos motivos teóricos (contribuição para o avanço do conhecimento científico sobre determinada questão) também podem ser indicadas as finalidades (quando houver), ou seja, as possibilidades de aplicação dos conhecimentos que se pretende obter com a realização da pesquisa, pois entende-se que a aplicabilidade dos conhecimentos é um dos elementos que podem reforçar a justificativa para que uma pesquisa seja empreendida.

Objetivos

O objetivo de um projeto de pesquisa não deve ser confundido com prováveis finalidades (aplicações) de seus resultados. Uma finalidade diz respeito a um fim, a um possível uso dos resultados após a realização da pesquisa. O objetivo da pesquisa refere-se a estes resultados que se pretende alcançar ao empreender a pesquisa (uma fórmula simples consiste em tentar responder à pergunta: quais os conhecimentos que se deseja obter?). Portanto, o objetivo deve explicitar quais os conhecimentos que se deseja obter, quais aspectos, fenômenos, características, processos relacionados ao objeto que a pesquisa visa compreender e/ou explicar.

Segue um exemplo simples para ilustrar esta diferença. Numa determinada pesquisa pretende-se compreender a motivação da inadimplência de certos impostos num dado município ao longo de um período específico. Poderíamos estabelecer, para este exemplo, que:

- o **objetivo** desta pesquisa está relacionado com a proposta de explicar as causas que levaram os munícipes a não realizarem o pagamento daqueles impostos durante o período em questão; compreender as motivações externas à gestão pública municipal que levaram à inadimplência; analisar as relações entre períodos de

crise econômica e taxa de inadimplência de impostos e tributos municipais neste período;

- a **finalidade** desta pesquisa está relacionada com a aplicação que os resultados acima mencionados poderiam adquirir, como, por exemplo, ajudar o poder público municipal a compreender a causa da inadimplência, contribuir para a elaboração de campanhas municipais sobre a importância do pagamento de impostos.

Os objetivos de uma pesquisa costumam ser enunciados em sentenças que se iniciam com verbos relacionados a conhecer algo a respeito do objeto que se pretende pesquisar (explicar, compreender, analisar etc.). Antonio Raimundo dos Santos (SANTOS, 1999, pp. 61-2 *apud* GONSALVES, 2011, pp. 58-9) apresenta uma seleção destes verbos de acordo com o estágio da pesquisa:

- **Estágio de conhecimento** – Se expressa em verbos como *apontar, citar, classificar, conhecer, definir, descrever, identificar, reconhecer, relatar*.
- **Estágio de compreensão** – Em verbos como *compreender, concluir, deduzir, demonstrar, determinar, diferenciar, discutir, interpretar, localizar, reafirmar*.
- **Estágio de aplicação** – Em verbos como *aplicar, desenvolver, empregar, estruturar, operar, organizar, praticar, selecionar, traçar*.
- **Estágio de análise** – Em verbos como *analisar, comparar, criticar, debater, diferenciar, discriminar, examinar, investigar, provar*.
- **Estágio de síntese** – Em verbos como *compor, construir, documentar, especificar, esquematizar, formular, produzir, propor, reunir, sintetizar*.
- **Estágio de avaliação** – Em verbos como *argumentar, avaliar, contrastar, decidir, escolher, estimar, julgar, medir, selecionar*.

Metodologia

Neste tópico do projeto é preciso esclarecer quais os recursos metodológicos o estudante pretende utilizar na pesquisa (compreendendo os métodos e as técnicas). Como existem diversos métodos e técnicas à disposição do pesquisador, e uma mesma pesquisa pode comportar mais de um deles, no projeto deve-se esclarecer qual a opção foi feita em relação à utilização de alguns, deixando os demais de fora da pesquisa (é preciso esclarecer os motivos desta escolha).

Ou seja, além de indicar quais métodos e técnicas pretende-se utilizar na pesquisa, deve-se também evidenciar os motivos pelos quais os mesmos foram escolhidos em função do objeto e da questão de pesquisa (novamente, fica a ressalva de que é preciso manter a coerência entre as diversas partes do projeto).

Recomendamos a leitura do *Capítulo 7 (Métodos)* e do *Capítulo 8 (Técnicas)*, em que os principais métodos e técnicas de pesquisa são apresentados, para a elaboração deste tópico do projeto de pesquisa.

Cronograma e Recursos

Muitas vezes o tópico “cronograma” e o tópico “recursos” costumam aparecer juntos (ainda que, eventualmente, possam ser apresentados em tópicos separados).

Quanto ao cronograma, devem ser apontadas e descritas as diversas etapas que serão contempladas no desenvolvimento da pesquisa, levando-se em consideração o tempo máximo disponível para a realização de toda a pesquisa (tente responder à questão: quantos meses/semestres tenho à disposição para realizar esta pesquisa? – a resposta a esta questão remete ao tempo total de que se dispõe para a realização da pesquisa).

As diversas etapas da pesquisa devem ser distribuídas dentro deste tempo total disponível. Geralmente, existem as seguintes etapas (às quais podem ser acrescentadas outras, de acordo com a necessidade e especificidade da pesquisa):

- abordagem preliminar (faz-se a revisão da bibliografia);
- coleta de dados;
- análise/sistematização dos dados coletados;
- preparação do trabalho final.

É muito útil que, além da exposição e descrição minuciosa de cada etapa, o conjunto de todas as etapas seja apresentado em forma de gráfico, com a distribuição de tempo para cada uma delas. Segue um exemplo de gráfico que pode ser utilizado (apenas para ilustrar, de acordo com as etapas apresentadas acima):

	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Revisão Bibliográfica	X	X								
Coleta de Dados		X	X	X	X					
Análise dos Dados						X	X	X		
Preparação do Trabalho Final									X	X

Vale a pena ressaltar que outras etapas podem ser inseridas no cronograma, de acordo com a necessidade do projeto, com a metodologia, e que, inclusive, as etapas podem ser descritas mais minuciosamente (exemplo: ao invés de inserir uma única etapa como “coleta de dados” pode-se dividir esta em outras duas etapas, como “coleta de dados estatísticos e documentais” e “aplicação de entrevistas”). Isto reforça a ideia de que o pesquisador não precisa se restringir aos itens apresentados acima.

Quanto aos recursos (materiais, humanos, financeiros), deve ser apontado no projeto tudo o que for necessário para a realização da pesquisa. Para os trabalhos de conclusão de curso sem bolsa de financiamento é recomendável que fique claro qual será a fonte dos recursos, quando houver necessidade dos mesmos (se será o próprio estudante/pesquisador que arcará com as despesas ou se pretende que a instituição arque com as despesas – neste último caso, é necessária a aprovação da instituição, uma vez que, em pesquisas sem bolsas de agências de financiamento, não é comum que a instituição arque com as

despesas, devendo o estudante/pesquisador consultar o orientador se a instituição dispõe de recursos para esta finalidade).

Referências bibliográficas

Neste tópico do projeto deverão ser inseridas todas as referências bibliográficas que foram mencionadas no projeto, respeitando-se a regra da ordem alfabética por sobrenome dos autores e, caso se tenha mais de uma referência de um mesmo autor, deverá prevalecer a ordem cronológica (títulos mais antigos do mesmo autor devem ser mencionados primeiramente).

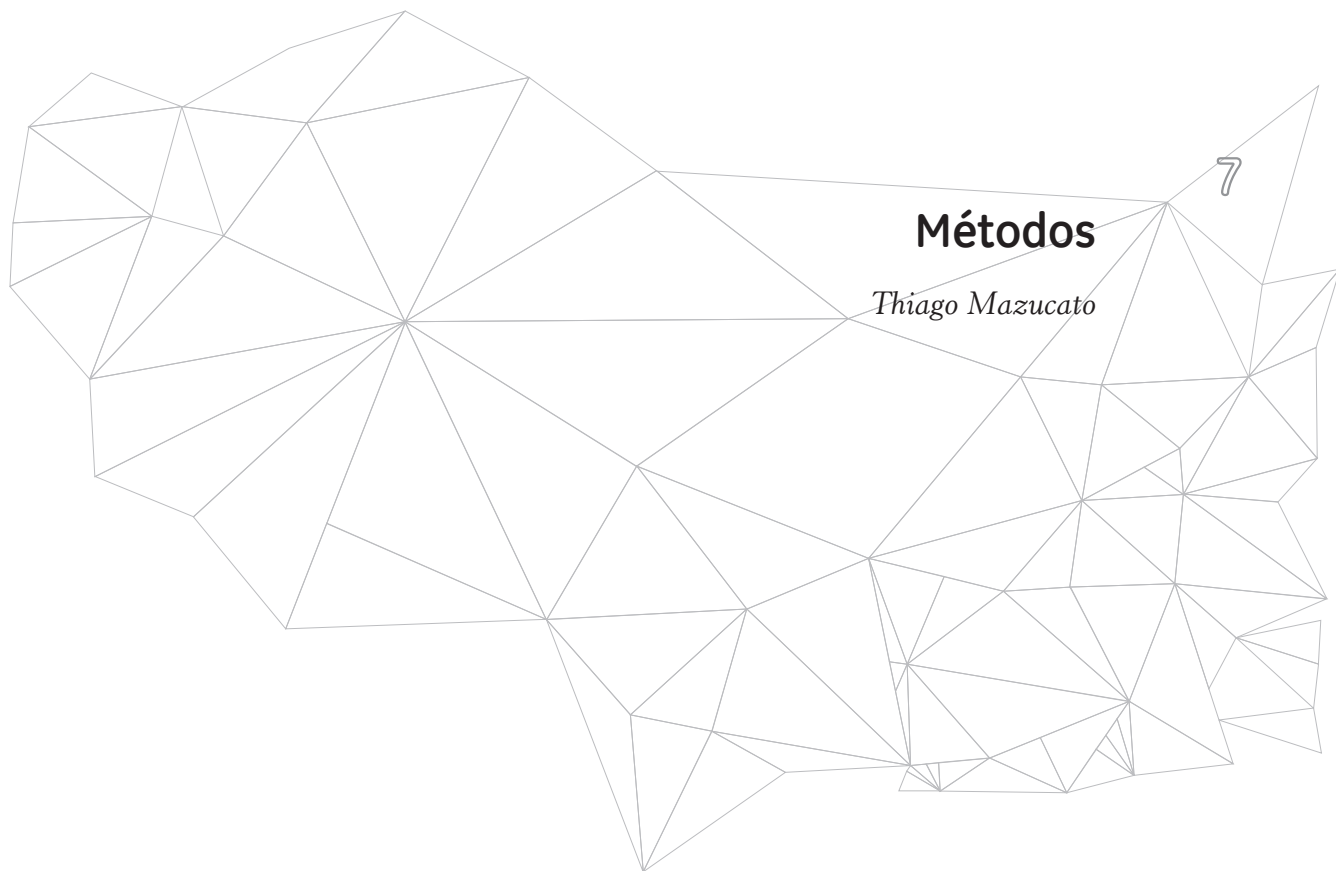
Para consultar as regras, consultar o capítulo 10 (*Referências*).

Referências bibliográficas

COSTA, Marco Antonio F. & COSTA, Maria de Fátima Barrozo. *Projeto de Pesquisa: entenda e faça*. Petrópolis: Vozes, 2015).

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica*. Campinas: Alínea, 2011.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. Petrópolis: Vozes, 2015.



O método é um dos pilares do conhecimento científico. Para que qualquer conhecimento seja considerado científico é obrigatório que, no processo de sua produção, o método tenha orientado com rigor todas as suas etapas. O método significa “um caminho” a ser seguido durante as pesquisas:

Qualquer atividade por mais simples que seja necessita de um método para ser realizada. Método é um conjunto de processos para atingir determinados resultados. Emprega-se em qualquer domínio para se alcançar determinado fim ou fins. Na Grécia Antiga *methodos* significava “caminho para chegar a um fim”. Com o passar do tempo o termo generalizou-se passando a ser empregado para expressar outras coisas como “maneira de agir”, “tratado elementar”, “processo de ensino” etc. (LEÃO, 2016, p. 20)

De acordo com a questão de pesquisa, com o objeto e com os objetivos da pesquisa, um método será mais útil do que os demais durante as diversas etapas da pesquisa. O método escolhido também delimitará quais técnicas serão possíveis de se empregar numa determinada pesquisa (algumas técnicas serão estudadas no próximo capítulo). É possível afirmar que o método estabelece o caminho que a pesquisa deve percorrer, enquanto que a técnica (ou as técnicas) determinam como a mesma será operacionalizada na prática. Lourdes Meireles Leão define a relação entre método e técnica da seguinte maneira:

O método é a estratégia da ação, indica *o que fazer*. A técnica é a tática da ação, indica *como fazer*. O método é mais amplo, mais geral, estabelece o caminho correto para chegar ao fim. A técnica assegura a instrumentação específica da ação. Por conseguinte um mesmo método permite a utilização de diferen-

tes técnicas, porém, entre eles haverá uma mais adequada do que as outras. (LEÃO, 2016, p. 21)

Vejam, inicialmente, dois métodos mais amplos (método indutivo e método dedutivo), para, em seguida, conhecermos outros métodos (hipotético-dedutivo, dialético, estatístico, etnográfico, comparativo, histórico).

Método Indutivo

O método indutivo indica que o caminho que a pesquisa deverá percorrer passará pela seguinte trajetória: a partir da constatação ou levantamento de informações particulares, a pesquisa buscará chegar a um conhecimento mais generalizado. A partir da observação de um conjunto razoável de fenômenos semelhantes, o estudante tentará descobrir uma relação existente entre estes fenômenos e elaborar uma explicação mais generalizante que abarque todos os fenômenos observados (e, também, que possa ser aplicada aos fenômenos semelhantes ainda não observados).

Apenas para mencionar um exemplo bastante simples: imaginemos uma pesquisa que procure compreender a motivação para o aprendizado, dos estudantes de ensino médio, numa determinada cidade. A partir da observação de um número razoável de estudantes pode-se chegar ao conhecimento de alguma relação existente entre os diversos fenômenos observados individualmente e proceder-se a uma generalização sobre tais fenômenos. Ainda no exemplo mencionado, imaginemos que foram pesquisados estudantes de cinco escolas desta cidade:

- os estudantes da escola 1 sentem-se motivados com aulas que utilizam slides e datashow;
- os estudantes da escola 2 sentem-se motivados com aulas que utilizam livros, slides e datashow;
- os estudantes da escola 3 sentem-se motivados com aulas que utilizam a biblioteca, slides e datashow;
- os estudantes da escola 4 sentem-se motivados com aulas que utilizam laboratórios, slides e datawhow;
- os estudantes da escola 5 sentem-se motivados com aulas que utilizam vídeos, lousa, slides e datashow.

Ao constatar os dados, é possível verificar uma informação que pode ser generalizada: o uso de slides e datashow é um fator de motivação para o aprendizado dos estudantes de ensino médio desta cidade.

Percebe-se que o exemplo acima não resume toda a pesquisa, mas somente o processo de levantamento de uma informação (dados) bastante específica: o uso de recursos digitais durante as aulas como uma variável (dentre outras, que muito provavelmente a pes-

quisa analisaria), que influenciam a compreensão do fenômeno estudado (a motivação para o aprendizado de estudantes de ensino médio de uma determinada cidade).

No exemplo acima foram observados vários fenômenos particulares (estudantes das escolas 1, 2, 3, 4 e 5) e descobriu-se que havia uma relação significativa entre a presença ou a ausência de aulas com o uso de datashow que poderia ter influência na compreensão da motivação para o aprendizado por parte dos estudantes analisados, o que permitiu que se elaborasse uma generalização (afirmação válida para todos os estudantes de ensino médio daquela cidade): a motivação para o aprendizado está relacionada com a ausência ou presença do uso do datashow nas aulas.

Método Dedutivo

O método dedutivo indica que a pesquisa seguirá o seguinte trajeto: partindo de constatações mais gerais (dados, informações, relações já existentes e conhecidas), examinam-se casos particulares para verificar se o mesmo se enquadra nestas constatações mais gerais. A explicação, no caso de se utilizar o método dedutivo, não é mais generalizante do que aquilo que já se conhecia anteriormente, apenas enquadra um objeto que se estuda dentro de uma categoria ou constatação já conhecida.

Utilizemos o mesmo exemplo anterior, sobre os estudantes de ensino médio de uma determinada cidade. Suponhamos que já se tenha uma constatação mais generalizante: a diminuição da carga horária em atividades culturais favorece o aumento da violência entre estes estudantes (neste caso, imaginemos que alguma pesquisa já tenha sido feita e que a mesma chegou a estas conclusões). Analisa-se, agora, a situação de uma escola específica (ou ainda, de um conjunto específico de estudantes de várias escolas) e, caso a constatação genérica esteja correta, será verificada uma das duas possibilidades abaixo:

- **Possibilidade 1:** (a) temos a constatação de que a diminuição da carga horária em atividades culturais favorece o aumento da violência entre os estudantes do ensino médio daquela cidade; (b) uma determinada escola diminuiu a carga horária em atividades culturais; (c) verificou-se uma tendência ao aumento de violência entre os estudantes de ensino médio desta escola.
- **Possibilidade 2:** (a) temos a constatação de que a diminuição da carga horária em atividades culturais favorece o aumento da violência entre os estudantes de ensino médio daquela cidade; (b) uma determinada escola aumentou a carga horária em atividades culturais; (c) verificou-se uma tendência à diminuição da violência entre os estudantes de ensino médio daquela escola

Nas duas possibilidades ilustradas acima pode-se notar que a conclusão não apresenta um conhecimento novo sobre o aumento ou a diminuição da violência entre os estudantes de ensino médio daquela cidade, mas sim, uma constatação sobre casos particulares

(de uma determinada escola, ou de um determinado conjunto de estudantes de todas as escolas daquela cidade), confirmando a afirmação geral que já se possuía previamente.

Por outro lado, caso não se verifique uma das possibilidades acima, que confirmariam a constatação geral prévia, então, neste caso, o resultado que a pesquisa chegaria, utilizando o método dedutivo, seria colocar sob “suspeição” a própria afirmação prévia geral.

Método Hipotético-Dedutivo e Método Dialético

Markoni & Lakatos (2016) distinguem *métodos de abordagem* (mais amplos) e *métodos de procedimento* (mais específicos). Dentre os métodos de abordagem, além do método indutivo e do método dedutivo, também se encontram o método hipotético-dedutivo e o método dialético. Cada um deles possui uma especificidade:

- a) método indutivo – cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente);
- b) método dedutivo – que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente);
- c) método hipotético-dedutivo – que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de influência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese;
- d) método dialético – que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. (MARCONI & LAKATOS, 2016, p. 88)

Método Estatístico

O método estatístico consiste basicamente em quantificar dados sobre fenômenos, processos, fatos, para que possam ser analisados. Ao utilizar o método estatístico, a pesquisa pode conseguir analisar as relações que diferentes fenômenos, processos e fatos possuem entre si.

Ao se pesquisar, por exemplo, a motivação da taxa de inadimplência de impostos e tributos municipais num determinado período, existem diversos fatos que podem ser considerados. É possível fazer um levantamento de dados por sexo, escolaridade, profissão, dentre outros. Feito este levantamento, pode-se verificar as relações existentes entre estes diversos fatos (a relação entre sexo e inadimplência de impostos e tributos municipais naquele período, a relação entre escolaridade e inadimplência de impostos e tributos municipais naquele período etc.).

Outro exemplo em que seria possível a utilização do método estatístico consiste numa pesquisa em que se procura compreender a distinção social nos processos penais. Poderiam ser feitos levantamentos de dados qualitativos referentes às sentenças de processos penais numa determinada cidade, por um determinado período para, em seguida, proceder-se à quantificação destes dados, obtendo-se informações estatísticas sobre a correlação entre determinadas condenações para um mesmo delito penal com relação à renda, escolaridade, sexo, dados étnico-raciais. São apenas alguns exemplos, dentro de uma infinidade de possibilidades.

Método Etnográfico

O método etnográfico pode ser utilizado quando o objeto da pesquisa referir-se a fenômenos ou grupos sociais que permitam uma observação direta destes fenômenos ou grupos, para que se identifique e descreva as suas características (coleta de dados) e que se compreenda a questão de pesquisa suscitada sobre este objeto que se estuda.

É um método bastante eficiente quando se procura compreender a dinâmica de grupos sociais e precisa-se de informações qualitativas para poder proceder à análise e interpretação destas informações, com vistas à esclarecer aspectos levantados pela questão de pesquisa e, eventualmente, pelas hipóteses previamente estabelecidas.

Apenas para ilustrar, quando se busca compreender, por exemplo, a natureza de conflitos entre estudantes de uma determinada escola, ou a motivação de determinados moradores de um bairro para a violência, ou ainda os interesses que movem as ações de grupos políticos (os exemplos seriam muitos para ilustrar a aplicabilidade deste método), o método etnográfico pode ser de grande valia para a pesquisa, pois permite uma imersão do estudante na realidade a ser pesquisada para que possa observá-la e coletar dados diretamente de onde ocorrem os fatos, fenômenos, processos sociais.

Método Comparativo

Quando o objeto e a questão de pesquisa lidam com mais de um grupo de fenômeno da mesma natureza é possível empregar o método comparativo para analisar semelhanças e/ou diferenças entre estes fenômenos.

Para permanecer nos exemplos anteriores, pode-se analisar a taxa de inadimplência de impostos e tributos municipais em mais de uma cidade, comparando-se os dados levantados; pode-se também observar a existência (ou não) de distinções sociais nos processos penais em mais de uma vara judicial ou em mais de uma cidade; pode-se compreender a existência de conflitos entre estudantes em mais de uma escola, analisando-se comparativamente os dados levantados em cada escola. Em todos estes exemplos, em que dados sobre fenômenos semelhantes serão comparados, utiliza-se o método comparativo.

Método Histórico

Quando a questão de pesquisa remete à análise e compreensão da trajetória de um determinado fenômeno, pode ser empregado o método histórico. Com este método, busca-se compreender as “origens” ou as “raízes” de um determinado fenômeno, o que permite explicar o motivo pelo qual o mesmo se desenvolveu, ao longo do tempo, de um modo específico.

Utilizando, ainda, os exemplos mencionados anteriormente, seria possível empregar o método histórico para compreender a origem dos conflitos entre estudantes numa determinada escola, ou ainda a trajetória da distinção social nos processos penais de uma determinada cidade, e mesmo para se compreender a trajetória da inadimplência de tributos e impostos municipais em uma determinada cidade ao longo de um período, por exemplo, de duas décadas.

Note que, para utilizar o método histórico, é importante que a questão de pesquisa remeta à necessidade de se compreender as origens ou de entender a trajetória de um determinado fenômeno, como fonte de explicação do mesmo no momento atual.

Método Experimental

Quando, para se obter informações sobre um determinado fato, fenômeno ou processo, torna-se necessário manipulá-lo, controlando algumas variáveis, para se verificar como o mesmo se ocorrerá em situações diferentes, utiliza-se o método experimental.

Em ciências humanas é pouquíssimo utilizado, pois envolve questões éticas que precisam ser amplamente explicadas e debatidas com o orientador, e aprovadas por comitês de ética em pesquisa das instituições em que a pesquisa ocorre. Nas ciências biológicas ocorre com maior frequência, mesmo também sendo necessária a aprovação por comitês de ética das instituições. Já nas ciências exatas, ocorre com bastante frequência, uma vez que a própria natureza dos seus objetos requer a utilização deste método com mais frequência, e também porque há poucas questões éticas envolvidas na maioria dos experimentos.

Referências bibliográficas

LEÃO, Lourdes Meireles. *Metodologia do Estudo e da Pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2016.



Introdução

Como, de modo operacional, desenvolver uma pesquisa? Quais os caminhos concretos que precisamos percorrer e quais as ferramentas que devemos abrir mão para fazer uma pesquisa e angariar os resultados oriundos de um processo denso de investigação? Sabemos que a atividade de pesquisar vincula-se à necessidade de realizar uma inquirição sistematizada almejando a aquisição de conhecimentos a respeito de um dado assunto, tema e/ou objeto. Nesse sentido, deve-se ficar claro que aquilo que orienta a realização de uma pesquisa, por meio de pressupostos e noções básicas, é o método e/ou a metodologia adotada¹. No entanto, o que conduz operacionalmente/concretamente a realização de um trabalho científico são as técnicas de pesquisa que, por sua vez, representam um conjunto de procedimentos ou de processos intrínsecos a uma determinada área do conhecimento científico.

Tanto a metodologia adotada, como as técnicas de pesquisa que delas derivam, devem estar coadunadas às características da pesquisa realizada, aos objetivos esperados, ao campo científico ao qual se vincula o trabalho desenvolvido e à tipologia da pesquisa. Ou seja, não há fórmulas técnico-metodológicas prontas! Nesse sentido, observa-se que é a particularidade da pesquisa que determina a metodologia que será adotada e as técnicas que serão empregadas em sua execução. Por exemplo, há tipos de metodologias e

¹ De modo geral, a construção de uma pesquisa objetiva ao estabelecimento de uma resposta ou solução para um determinado problema (teórico-conceitual ou prático-concreto); para efetivar essa atividade é necessária a utilização de um o método científico empregado pelo pesquisador após o mesmo edificar uma avaliação crítica sobre o leque de possibilidades de “modos de fazer” um trabalho científico. As discussões acerca desse “leque” se enquadram no campo da epistemologia que, dentre outras coisas, tem a finalidade de avaliar e estabelecer as capacidades, potencialidades, limitações ou distorções ligadas ao emprego de determinado método. Ou seja, uma investigação crítica em relação aos vários pressupostos metodológicos atrelados a um campo científico e acerca das implicações do seu uso. O que não podemos esquecer é que no interior de cada método há o estabelecimento de técnicas que “dão vida” à sua execução, passando, assim, do campo das orientações metodológicas para o espaço da ação prática do pesquisador. E é exatamente sobre tais técnicas que nos debruçaremos neste capítulo.

de técnicas de pesquisa mais afetas: 1) a abordagens quantitativas e a qualitativas²; 2) a amplitude dos objetos pesquisados, como é, por exemplo, a peculiaridade dos estudos de caso muitas vezes empregados na confecção de trabalhos de conclusão de curso/monografias e em artigos científicos³; 3) os desígnios da atividade desenvolvida, ou seja, se a pesquisa é exploratória, descritiva ou analítica, por exemplo⁴.

Toda a pesquisa se ancora em uma documentação e, por sua vez, ao seu término, também produz uma. Por exemplo, fichamentos, resenhas, relatórios, pareceres, trabalhos de conclusão de curso, artigos, monografias, dissertações, teses, manuscritos, livros, entre outros, são, ao mesmo tempo, produtos/resultados finais de etapas específicas de nossas atividades científicas e documentos facilmente qualificáveis como fontes de dados e informações amplamente pertinentes ao desenvolvimento de outros trabalhos científicos. Nesse sentido, as pesquisas possuem uma relação muito estreita e densa com um conjunto de materiais que facilmente pode ser identificado/classificado, considerando uma percepção dilatada, como documentos.

Dessa forma, nota-se que as técnicas de pesquisas podem atuar sobre certos documentos – esse é o caso das pesquisas bibliográficas que se ancoram em livros, artigos, monografias, teses, etc. – ou agir na confecção dos mesmos – esse é o caso dos trabalhos em laboratórios, das entrevistas e dos questionários que geram relatórios preliminares, públicos ou sigilosos, que ao serem analisados oferecerão os resultados de uma determinada atividade científica. Por conta de sua importância trataremos a seguir do entendimento da noção de documentação.

Documentação e documentos

Não falaremos aqui dos documentos de identificação, como é o caso das identidades, carteiras de trabalhos, títulos eleitorais e passaportes. Trataremos do documento como uma série de escritos e imagens que reproduz um acontecimento, uma situação e uma circunstância. Nessa perspectiva os documentos, antes de tudo, registram um fato de-

2 A abordagem quantitativa atrela-se à formulação de hipóteses, definição de variáveis, quantificação na coleta de dados e de informações e ao uso de tratamentos estatísticos. Nesse sentido, esse modelo estabelece hipóteses que exigem uma relação entre causa e efeito e que apoia suas conclusões em dados estatísticos, comprovações e testes. Os critérios de cientificidade são a verificação, a demonstração, os testes e a lógica matemática. Já a abordagem qualitativa não emprega instrumentos estatísticos como base para a análise. Ela é utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema – não envolvendo manipulação de variáveis ou estudos experimentais. Ela contrapõe-se à abordagem quantitativa uma vez que busca levar em consideração todos os componentes de uma situação e suas interações e influências recíprocas considerando uma visão/perspectiva holística.

3 O estudo de caso é um tipo de pesquisa que busca aprofundar uma unidade individual e pontual. Dessa forma, ele ajuda a estabelecer respostas para fenômenos mais localizados e específicos. É uma forma de pesquisa muito usada para compreender, por exemplo, as motivações que levaram a dada decisão ou acontecimento. Este tipo de investigação intenta, geralmente, à orientação de decisões a serem tomadas.

4 As pesquisas exploratórias buscam estabelecer informações preliminares sobre um dado assunto estudado. Já as investigações descritivas possuem o objetivo de descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado considerando aspectos da formulação das perguntas que norteiam a pesquisa. Por fim, as pesquisas analíticas almejam, através de um viés crítico, produzir novas teorias que irão problematizar o seu objeto, ou ainda, construir ou desenvolver inéditas perspectivas que irão ser confrontadas com as teorias que já existiam, proporcionando avanços ao conhecimento.

terminado⁵. De maneira geral, eles funcionam como receptáculos materiais de uma dada informação. Por exemplo, a linguagem se materializa de modo escrito em uma carta, ou ainda, uma certa música se registra materialmente em uma gravação guardada em um CD, fita cassete ou em um arquivo digital de MP3.

Com o avanço da informatização do mundo as percepções que temos sobre os documentos foram alteradas. Até o século XX, qualquer meio físico susceptível ao registro de uma dada situação poderia ser considerado um documento, no entanto, nos dias atuais, um arquivo digital – um texto, uma imagem, um som, uma animação ou um vídeo – apto de ser visualizado ou compartilhado através de um computador também pode ser considerado um artefato documental. De modo geral, os documentos podem ser classificados por origem, valor, grau de sigilo e gênero/tipologia. Considerando essa informação, a seguir, entenderemos essas qualificações.

Origem

A origem de um documento pode ser pública ou privada. Os primeiros são, geralmente, emitidos por autoridades públicas ou mediante procuração de autoridades públicas (não esqueçamos que editoras e revistas acadêmicas são, no sentido aqui empregado – veiculação do conhecimento, de fatos, de informações e acontecimentos –, entidades públicas). Os segundos são levados ao público por particulares/indivíduos (pessoas físicas), ou por autoridades públicas ausentes ou distanciadas de suas atribuições, competências e funções.

Valor

Em termos de valor comunicacional e funcional, os documentos se dividem em:

- *Documentos administrativos*: que registram os atos presentes e futuros de determinadas instituições públicas ou privadas;
- *Documentos fiscais*: que comprovam as operações financeiras ou fiscais de instituições públicas e privadas;
- *Documentos informativos*: que possuem valor pelas informações neles contidas, independentemente de seu valor probatório;
- *Documentos legais*: que resguardam valor jurídico perante a lei, comprovando um fato, constituindo ou destituindo assim, direitos;
- *Permanente*: que é arquivado por conta de seu valor probatório, informativo ou histórico em relação a um dado fato.

Grau de sigilo

Em relação a sua variação de sigilo temos, no Brasil, uma subdivisão dos documentos entre ostensivos e sigilosos. No primeiro caso, podemos afirmar que eles não possuem

⁵ Por documentos, aliás, deve-se empreender uma visão dilatada que compreende determinados elementos arquitetônicos, produções artísticas, obras literárias, panfletos políticos, ferramentas, tratados religiosos, estudos filosóficos, registros escritos e/ou imagéticos e artefatos tecnológicos: “A raridade documental convive com a heterogeneidade dos documentos: são inscrições, documentos escritos – literários e não-literários –, e documentos materiais – moedas, cerâmica, estatuetas, construções. Eles exigem uma reflexão diferenciada, que respeite suas peculiaridades” (VENTURINI, 2010, p. 16).

nenhuma interdição de sigilo, resguardam livre veiculação e o seu acesso não coloca em risco direitos individuais ou coletivos. Já os documentos sigilosos têm veiculação e acesso limitados justamente porque podem oferecer riscos aos direitos individuais ou coletivos de uma dada comunidade e, sobretudo, colocar em perigo a soberania nacional de um país. De modo geral, os documentos sigilosos podem ser divididos em reservados, secretos e ultrassecretos. Sendo assim, os reservados possuem veiculação restrita somente por cinco anos. Já os documentos secretos resguardam acesso restrito por até quinze anos. Por fim, os documentos ultrassecretos poderão ser classificados como sigilosos por até vinte e cinco anos, exceto no caso de seu acesso ou divulgação oferecer risco e ameaça externa à soberania nacional, à integridade do território nacional e às relações internacionais do país. No acometimento de graves riscos ao país, a classificação no grau de sigilo “ultrassecreto” poderá ser prorrogada pelas instituições internas de controle de uma nação.

Não podemos esquecer que muitas pesquisas acadêmicas e seus respectivos resultados, que interferem diretamente na vida em sociedade, entraram nessa classificação de documentos reservados – secretos e ultrassecretos – ao longo da História da Humanidade, almejando, em muitos casos, o não acometimento de: 1) convulsões sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas; 2) riscos à soberania da nação; 3) manutenção de uma inédita propriedade intelectual à comunidade científica do país que a produziu. Os estudos sobre o genoma humano e a clonagem demoraram cerca de vinte e cinco anos, após a seu início, para se tornarem de conhecimento notório da sociedade como um todo; os primeiros trabalhos sobre fissão e fusão nucleares – fontes para a construção de bombas atômicas e inovadores tratamentos de saúde – também tiveram seus resultados mantidos em segredo durante um determinado período de tempo. De qualquer forma, esses dois exemplos demonstram que a restrição de dadas informações, por vezes, se faz necessária para a manutenção de uma saudável relação entre ética, produção de saberes e veiculação do conhecimento

Gênero e tipologia

Em termos de gênero e tipologia, os documentos podem ser divididos entre:

- *Textuais*: documentos impressos e manuscritos (cartas, papiros, livros, revistas, jornais, manuscritos, tratados e artigos científicos, por exemplo);
- *Cartográficos*: documentos com representações geográficas (mapas, coordenadas fluviais e cartas marítimas, por exemplo);
- *Iconográficos*: documentos que contêm imagens estáticas (fotos, pinturas, estátuas, artefatos arquitetônicos e de vestuários, por exemplo);
- *Filmográficos*: documento audiovisual (filmes, por exemplo);
- *Sonoros*: documentos contendo registros fonográficos (músicas e entrevistas gravadas antes de serem transcritas, por exemplo);
- *Micrográficos*: microfilme e microficha.
- *Informáticos*: HD, disquete, CD, MP4, MP3, entre outros.

Observação

A observação é uma grande etapa do processo de produção do conhecimento. É por meio dessa técnica – que pode ser treinada e orientada de diversas formas (de acordo com o pressuposto metodológico resguardado pelo sujeito do conhecimento) – que o pesquisador desenvolverá suas atividades nos mais variados campos científicos. Observar atrela-se ao estabelecimento de uma percepção atenta; ou seja, não é apenas ver e ouvir, mas também em examinar detalhadamente os fatos ou os objetos que se deseja estudar. Nessa direção, com a observação eficaz e bem adestrada temos a possibilidade de identificar e alcançar provas a respeito daquilo que ainda é desconhecido.

Na investigação científica são empregadas várias modalidades de observação que, certamente, variam de acordo com as circunstâncias e as peculiaridades da pesquisa realizada. De acordo com os meios empregados, temos a observação não estruturada e a observação estruturada. Sobre a primeira, vemos que ela se edifica com a ausência de planejamento, muitas vezes por conta da ocorrência de fenômenos que surgem de maneira imprevista (por exemplo, os climatólogos, geógrafos, biólogos e ambientalistas, diante de um desastre natural, não possuem espaço temporal suficiente para estudar o acontecimento ocorrido resguardando uma observação sistematicamente orientada e planejada). Já a segunda é edificada em condições controladas com a finalidade de dar respostas a determinados objetivos anteriormente definidos. Nesse sentido, ela requer e considera um planejamento rigoroso e necessita de procedimentos particulares para a obtenção de sucesso em seu desenvolvimento.

Considerando o número de observadores, temos as observações individuais e por equipe. A individual, como o nome já diz, é a técnica de observação realizada por um único pesquisador que, nesse caso, precisa fazer um exercício denso de amplitude e relativização, afinal, sua visão pode se tornar unívoca e limitadora em relação ao objeto ou ao fenômeno estudado. A observação em equipe, segundo alguns estudiosos, é a mais aconselhável, justamente porque em grupo se tem a possibilidade de observar uma mesma ocorrência através de diferentes ângulos, perspectivas e visões que, ao serem comparadas, levam a resultados mais amplos, precisos e coerentes. Por fim, a observação pode ser segmentada entre a participante e a não participante e, por conta de relevância dessa subdivisão, trabalharemos nela em tópicos específicos.

Observação participante

A observação participante vincula-se com uma participação real/direta/sem mediação do pesquisador com o objeto, a comunidade ou o grupo estudado. Dentro desta, temos duas tipologias: a natural e a artificial. Em relação à primeira verificamos que o observador pertence à mesma comunidade que investiga, requisitando assim, um exercício constante de afastamento e de exterioridade no processo de construção de dados, registros e descrições, afinal, seu olhar pode ser facilmente influenciado pela experiência anterior que resguarda junto ao agrupamento social que agora está estudando. Já na se-

gunda modalidade, nota-se que o sujeito do conhecimento é externo ao grupo estudado e se integra a ele com a finalidade de obter informações.

Reconhecendo a multiplicidade de ideias e autores ligados à Antropologia que tratam da observação participante, podemos recorrer às expoentes teorizações de Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942) em obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia* (1918). Malinowski foi um dos autores que primeiramente enfatizou a ideia de observação participante. Pertencente à Escola Britânica de Antropologia (denominada de estrutural-funcionalista), Malinowski constantemente enfatizava que a pesquisa “*in loco*” é de fundamental relevância para se construir um conhecimento mais objetivo e mais profundo do grupo estudado⁶. Considerando a sua visão, observamos que o saber olhar, ouvir, descrever, interagir e compreender uma determinada situação requer um esforço mental muito grande. Manter um olhar relativizador e sem preconceitos em relação àquilo que se apresenta como novo, demanda um difícil exercício de alteridade, mas necessário aos produtores do conhecimento interessados na construção de um saber “de fato científico”.

Isso se potencializa ao passo que o pesquisador está inserido no meio social que vai estudar, afinal, as suas experiências muitas vezes podem atravessar ou interferir no exercício de relativização, já que o fato de pertencer a determinado grupo faz dele um “conhecedor” que possui respostas “prontas” para explicar questões existentes em determinado ambiente. Fazer uma observação participante não é apenas estar presente diante de uma situação referente ao seu objeto de pesquisa, mas sim manter o espírito atento, curioso, perspicaz, questionador e preparado para abordar a realidade que se deseja compreender de maneira profícua.

Observação não participante

Já a observação não participante atrela-se à percepção de que o observador toma contato com o grupo ou com a realidade a ser estudada, mas sem integrar-se a eles; ou seja, o sujeito do conhecimento estabelece um distanciamento e permanece de fora dessa comunidade. Nesse sentido, esse tipo de observação configura-se como uma técnica de coleta de dados para conseguir informações⁷. A observação não participante procura observar e inquirir considerando fontes não levantadas⁸, necessariamente, pelo pesquisador que desenvolve a pesquisa (que faz as análises, estipula os resultados e redige o texto final).

6 Com as palavras de Malinowski, temos a possibilidade de verificar que: “É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes através dos quais ele satisfaz às aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem” (MALINOWSKI, 1978, p. 34).

7 Por exemplo, durante muitos anos os estudiosos europeus fizeram uma Antropologia de Gabinete que, por sua vez, consistia no estudo antropológico de determinadas comunidades populacionais não europeias por meio dos relatos, memórias, cartas e escrituras de viajantes que estavam desbravando outras regiões do mundo. Ou seja, realizavam desse modo, pesquisas indiretas calcadas em dados, informações, percepções, perspectivas, pressupostos e visões levantadas por “terceiros”.

8 Por fontes podemos considerar documentos, constructos, materiais, artefatos, espaços, pessoas e grupos dos quais podemos obter dados e informações (subsídios indispensáveis à realização de qualquer tipo de pesquisa científico-acadêmica) (AURÉLIO, 2008, p. 252).

Pesquisa de laboratório

As pesquisas laboratoriais são muitas vezes associadas, exclusiva e equivocadamente, com pesquisas experimentais; ou seja, os laboratórios são entendidos somente como lugares para a realização de experiências e testes. De fato, é sabido que os laboratórios são espaços privilegiados para a feitura de experiências. Todavia, muitas áreas das ciências humanas usam estes lugares para o desenvolvimento de estudos e atividades não experimentais (como a Sociologia e a Psicologia Social). O que define o laboratório como locus especificado de produção do conhecimento é a sua potencialidade no oferecimento de condições para ocorrência de situações controladas, orientadas, monitoradas e desenvolvidas com a utilização de instrumentos específicos e precisos que facilitem e ofereçam condições de trabalho aos pesquisadores. Independentemente da pesquisa que se quer realizar em um laboratório – ou seja, em ambientes artificiais ou reais – é necessário que o espaço esteja adequadamente estruturado/equipado de acordo com o tipo de atividades científicas que ali serão realizadas (especialmente por medidas de segurança ambiental, por determinações de segurança pessoal – do pesquisador e da comunidade –, ou ainda, por questões éticas).

Pesquisa de campo

Quando o processo de coleta de dados se dá no local de onde ele emerge estamos diante daquilo que denominamos de pesquisa de campo. É o processo no qual o pesquisador está diretamente articulado com o espaço (fonte) do qual decorrem as suas informações. Nesse sentido, há uma “relação direta entre aquilo que se deseja conhecer e o espaço (delimitado pelo pesquisador) de suas manifestações” (MELLO & SILVA, 2006, p. 60). Por conta da necessidade de levantar dados precisos em relação ao objeto estudado, o pesquisador acaba por passar muito tempo em “sua comunidade de destino”.

No caso de pesquisas antropológicas, ligadas à compreensão das especificidades de outras culturas e agrupamentos sociais, muitos estudiosos passam a morar provisoriamente com os sujeitos estudados, buscando assim, um conhecimento mais apurado do grupo pesquisado através da convivência e da interação diretas com os costumes e crenças dos mesmos, apreendendo, dessa maneira, “as convenções que regem o grupo estudado” (GIL, 1999, p. 53). De maneira geral, as pesquisas de campo podem ser empreendidas tanto dentro de “uma abordagem qualitativa” quanto “quantitativa e de pesquisas de comportamento” (MELLO & SILVA, 2006, p. 61). A Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, Psicologia da Educação, Pedagogia, Ciência Política e Serviço Social usam, com muita frequência, este tipo de pesquisa com a finalidade de compreender indivíduos, grupos, comunidades e instituições, para dessa maneira, analisar as distintas nuances de uma realidade determinada.

Para a execução de uma pesquisa de campo é necessário fazer um planejamento e, como qualquer outro tipo de atividade científico-acadêmica, o levantamento bibliográfico sobre a temática e o objeto investigados se coloca como um imperativo e integra esse

planejamento. Soma-se a isso a eleição das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição dos procedimentos que serão empregados para o registro e para a análise das informações levantadas em campo. A classificação de uma pesquisa de campo em qualitativa ou quantitativa vai depender invariavelmente das técnicas de coleta, análise e interpretação das informações. Nesse sentido, a seguir analisaremos um conjunto amplo de técnicas de pesquisa atreladas ao levantamento de informações. Começaremos pela pesquisa bibliográfica e documental pois, como já afirmamos, elas são elementares, primordiais e antecedem, em especial a bibliográfica, a execução de qualquer trabalho científico⁹.

Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica vincula-se à leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses, monografias, etc. (ou seja, na maioria das vezes, dos produtos que condensam a confecção do trabalho científico). Não por acaso, esse tipo de pesquisa também exige planejamento e, após uma análise da literatura disponível sobre o tema estudado, o material angariado deve ser triado, estabelecendo-se assim, um plano de leitura do mesmo. Nesse caso, espera-se uma leitura atenta e sistematizada acompanhada de resenhas, anotações e fichamentos que, por sua vez, servirão de subsídios e de fundamentação teórica para a feitura da pesquisa¹⁰. Segundo Mello e Silva, “a pesquisa bibliográfica lida com o caminho teórico e documental já trilhado por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica definida com os propósitos da atividade de pesquisa, de modo geral” (MELLO & SILVA, 2006, p. 61). De acordo com Gil (1999, p. 59-60), a pesquisa bibliográfica deve conter os seguintes procedimentos: a) levantamento bibliográfico preliminar; b) busca das fontes; c) leitura do material; d) redação do texto. Considerando a fundamental importância da pesquisa bibliográfica em relação à feitura das mais variadas atividades científicas e acadêmicas buscaremos, tipificadamente, logo abaixo, o entendimento destas quatro etapas.

Levantamento bibliográfico preliminar

Durante o levantamento bibliográfico nos deparamos com as fontes primárias que, por sua vez, corresponde à bibliografia básica sobre o assunto que se pretende compreender, ou seja, elas “servem de apoio para o assunto estudado” (FACHIN, 2006, p. 122).

⁹ Sabemos que a pesquisa bibliográfica é a principal forma de investigação e obtenção de conhecimento que nos acompanha em toda a nossa trajetória educacional e acadêmica, afinal, estamos sempre entrando em contato com ideias de diferentes autores durante nossa formação (em nível básico, superior e de pós-graduação) por meio dos textos produzidos por eles. Segundo Fachin, a pesquisa bibliográfica “se fundamenta em vários procedimentos metodológicos, desde a leitura até como selecionar; achar, organizar, arquivar, resumir o texto; ela é a base para as demais pesquisas”. Para esta mesma autora a pesquisa está dividida em duas fontes: primária e secundária” (FACHIN, 2006, p. 120).

¹⁰ Por ser basilar na formação educacional de qualquer indivíduo, a pesquisa bibliográfica deve se rotinizar tanto na vida profissional de professores e de pesquisadores, quanto na de estudantes. Essa rotinização se faz necessária pois esse conjunto amplo de indivíduos possui o interesse de conhecer as mais variadas, plurais e distintas contribuições científicas disponíveis sobre um determinado tema. É a pesquisa bibliográfica que oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final.

Na maioria das vezes estas fontes são elencadas no levantamento bibliográfico preliminar que, por sua vez, resguarda o desígnio de dar aos pesquisadores o conhecimento e a interação com as pesquisas já realizadas acerca do seu tema, oferecendo assim, uma maior habituação dos mesmos à área, aos conceitos, às teorias e às noções que englobam a sua temática de estudo.

Já as fontes bibliográficas secundárias são buscadas após o contato do pesquisador com aquilo que primeiramente foi levantado. Nesse sentido, ele considera as potencialidades e os déficits desse primeiro material e “vai atrás” de novos subsídios teórico-conceituais que auxiliem na execução de suas tarefas científicas. Por exemplo, os textos anteriormente lidos não oferecem respostas metodológicas ao meu problema de pesquisa, sendo assim, se faz necessário procurar outros estudos que concedam retornos e recursos metodológicos mais coadunados ao meu trabalho; ou ainda, determinado texto utiliza o conceito de “classes sociais” de modo sucinto e restrito e o mesmo é potencialmente atrelável às minhas atividades científicas, nesse sentido, buscarei estudos específicos que tratem deste conceito de modo mais profundo, amplo e dilatado. Essa nova busca pode ser denominada de secundária e as fontes bibliográficas que dela emergem também podem ser assim adjetivadas¹¹.

As fontes de busca

Os mais comuns repositórios e fontes para a realização de estudos bibliográficos são as bibliotecas (físicas e virtuais). Contudo, atualmente, muitos levantamentos bibliográficos preliminares são efetuados pela internet em sites e plataformas de busca, requisitando assim, por parte do pesquisador/estudioso interessado, uma grande atenção em relação à veracidade das informações angariadas e à qualidade das fontes, para dessa maneira, estabelecer a fuga de situações que comprometam a qualidade da pesquisa.

De modo geral, as fontes bibliográficas podem ser encontradas, por exemplo, em: 1) portais de pesquisa (CNPq, Scielo, Capes, etc.); 2) periódicos; 3) índices com resumos, teses e dissertações; 4) catálogos de bibliotecas; 5) livrarias. Após a busca das fontes é importante o desenvolvimento de uma leitura bastante proveitosa, afinal, o pesquisador/estudioso precisa considerar que há inúmeros materiais a serem lidos. Sendo assim, acreditamos que há um modo mais completo e comprometido de se debruçar pelo pensamento produzido por outro pesquisador e a seguir trataremos dele.

Leitura do material

Qual é o tipo de tratamento que devemos dedicar às produções por nós lidas, analisadas, interpretadas e, por vezes, comparadas durante a realização de uma pesquisa? Ou seja, qual o tipo de leitura que poderíamos realizar sobre os materiais levantados que garantiria uma melhor interpretação acerca das ideias dos autores que os produziram? É

¹¹ É quase impossível a feitura de pesquisa sem a utilização de buscas bibliográficas secundárias; a manipulação de ideias, conceitos e teorias é uma constante em qualquer atividade científica e isso, mais uma vez, coloca evidência a potencialidade e a centralidade dos estudos bibliográficos.

extremamente complexa a tarefa de assimilar um determinado conteúdo de modo preciso e transmiti-lo para o outro (leitor/interlocutor); em fato, isso requer algumas preocupações que tem como pano de fundo o tipo de leitura que se faz de um texto, afinal, é ela que garante um maior domínio acerca das ideias que se quer transmitir. Segundo Paulo Salles de Oliveira na “Apresentação” da obra denominada Metodologia das Ciências Sociais temos a possibilidade de notar que:

É fundamental o trabalho de reconstruir com nossa imaginação o itinerário de construção do pensamento do outro, tratando de não o desfigurar. É um encaminhamento de trabalho que respeita a integridade do todo e que, portanto, relativiza o pinçar fragmentado de partes, a compreensão apressada ou mesmo a leitura exterior, que pede ao texto categorias e desenvolvimento que ele nunca poderia ter, pois jamais fizeram parte dos horizontes do autor que o concebeu (OLIVEIRA, 1998, p. 26).

Reconstituir o pensamento do outro de modo a assimilá-lo profundamente:

Supõe ultrapassar muitas práticas enviesadas, tais como: ler de modo exterior, sem se importar em distinguir as particularidades do texto em si; ler pinçando o que interessa, segundo a conveniência do (muito descuidado) leitor; ler de maneira fragmentária, sem recompor o encadeamento das idéias pelas quais um autor constrói seu pensar; ler um texto usando lentes e referenciais estranhos ao autor que o concebeu (OLIVEIRA, 1998, p. 25).

Respeitar as produções científicas existentes está ligado a não as moldar na forma de perspectivas individuais, ou ainda, não as desconfigurar, implantando informações que ali não estão presentes. O que se pretende, com isso, é colocar ao máximo em evidência as ideias originalmente existentes nesses constructos do conhecimento científico. Essa perspectiva fica mais nítida quando lemos as palavras de Marilena Chauí (citadas por Paulo de Salles Oliveira): “‘Ler’ – prossegue ela em outra formulação – ‘é aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro. Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão’” (CHAUÍ apud OLIVEIRA, 1998, p. 25)¹².

¹² Essa preocupação acerca da não implantação de ideias (cobrar do texto categorias e desenvolvimentos que ele nunca poderia ter justamente porque eles jamais compuseram o escopo e os horizontes do autor que o concebeu) por parte do leitor é uma questão de extrema relevância. Sobre isso, acreditamos que as palavras de Paulo Salles de Oliveira já se apresentam como um bom caminho a ser seguido na realização de trabalhos que necessitam de análises bibliográficas densas e dinamizadas pela necessidade de engendrar contribuições intelectuais de outros produtores do conhecimento a emergentes saberes produzidos por novos pesquisadores. Sendo assim, para que consigamos realizar pesquisas efetivamente respeitadas para com o pensamento do outro, acreditamos em uma postura de pesquisador na qual ele tem que realizar o grande esforço de: “se assumir como artesão pertinaz, paciente, atento, sensível e, ao mesmo tempo, desprezioso, zelador do consórcio entre teoria e prática, reservando exemplos probantes a cada movimento importante de sua reflexão” (OLIVEIRA, 1988, p. 20).

Redação do texto

Os textos lidos precisam se transformar em produtos que facilitem a operacionalização dos mesmos em oportunidades futuras (por exemplo, na confecção das fundamentações teóricas e das justificativas de monografias, dissertações, artigos e teses). Sendo assim, é necessária a feitura de resumos, resenhas e fichamentos que futuramente poderão ser acessados pelo pesquisador e empregados na elaboração de algum constructo/produto científico-intelectual (em relação a estes procedimentos temos o capítulo primeiro desse livro, intitulado “Leituras, Fichamentos, Resumos e Resenhas”).

Pesquisa documental

As pesquisas que envolvem o manuseio de determinados documentos possuem como primordial característica, ao se considerar a fonte do trabalho científico, a utilização de artefatos/materiais/subsídios históricos, institucionais, associativos, públicos, privados, oficiais ou extraoficiais; são exemplos destes: regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários, leis, manuscritos, projetos de leis, relatórios técnicos, minutas, autobiografias, jornais, revistas, registros audiovisuais diversos, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, estatísticas, arquivos escolares, etc.

Por vezes, a utilização de documentos no processo de pesquisa atrela-se à particularidade e às nuances do objeto e da temática pesquisados¹³; ou então, à necessidade de angariar de modo efetivo um conjunto de “pistas”, informações e dados mais “materiais”, “concretos” e “diferenciados” acerca da temática e do escopo pesquisado pelo sujeito do conhecimento¹⁴. Comumente são os museus, os arquivos públicos, os arquivos privados, os cartórios, as grandes bibliotecas (nacionais e internacionais), dentre outras instituições, que se configuram como os grandes receptáculos de documentos históricos muitas vezes acessados por sujeitos do conhecimento durante a confecção de suas atividades de pesquisa.

Etnografia

Ao fixar nossa atenção em relação às técnicas de observação, nos debruçaremos sobre uma das mais relevantes formas de pesquisa ligadas às Ciências Humanas: a etnografia. De maneira geral, observamos que a etnografia é o estudo descritivo da cultura de um dado povo; ou seja, de sua língua, raça, religião, hábitos e, somado a isso, das produções materiais decorrentes de suas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais. Em sentido literal, essa técnica pode ser compreendida como a Ciência das Etnias – ou seja, do grego *ethos* (cultura) + *graphe* (escrita). Sendo assim, os estudos etnográficos atrelam-se à necessidade de observar, evidenciar e analisar os costumes, as crenças e as tradições

13 Por exemplo, um pesquisador que vai estudar a história e a construção dos direitos e das leis trabalhistas de um determinado país.

14 Por exemplo, o caso de um historiador que almeja, considerando novas fontes de pesquisa, recontar um determinado acontecimento histórico já estudado, promovendo assim, uma inflexão nos trabalhos e nas proposições existentes sobre uma dada temática.

de uma sociedade que são transmitidas de geração em geração e que permitem a continuidade de uma determinada cultura ou de um sistema social¹⁵.

Ordinariamente a realização de uma etnografia baseia-se na observação participante e no levantamento de hipóteses que, em grande medida, auxiliam o pesquisador na feitura de seu trabalho científico no campo pesquisado; dessa forma, a pesquisa *in loco* é indispensável. É comum, nessa técnica de pesquisa, a necessidade de o investigador assumir o papel ativo em dadas atividades da comunidade pesquisada, visando assim, ampliar suas percepções sobre a cultura do outro.

Na realização de etnografias o sujeito do conhecimento não deve manter uma visão/perspectiva etnocêntrica¹⁶ atrelada ao processo de compreensão dos comportamentos e das especificidades da comunidade por ele analisada, garantindo dessa forma, a representatividade, a lisura e a ética de suas atividades científicas. Além da observação participante e direta, uma etnografia pode ser complementada com a realização de entrevistas. Aliás, é sobre essa outra técnica que, nos tópicos seguintes deste texto, voltaremos a nossa atenção.

Entrevistas

A realização de entrevistas é importante para a angariação de dados e informações diretamente atreladas ao público investigado ou à população pesquisada. As entrevistas, em geral, podem ser divididas entre estruturadas, não estruturadas, painéis, semiestruturadas e histórias orais. A estruturada vincula-se a utilização, por parte do pesquisador, de um roteiro previamente estabelecido seguido por ele. Sendo assim, não é permitida a realização de adaptações ou mudanças na ordem das perguntas. Esse tipo de entrevista é amplamente compatível com a mensuração estatística dos dados.

No caso das entrevistas não estruturadas, os entrevistados resguardam a liberdade para desenvolver respostas e argumentações amplas, ou seja, em qualquer sentido que considere adequada em relação à arguição ou ao estímulo feito pelo pesquisador. Dessa forma, o entrevistador possui mais liberdade para conduzir a entrevista, permitindo assim, uma exploração mais ampla de um determinado tema emergente no diálogo entre o sujeito do conhecimento e o informante que, por vezes, pode possuir vínculos profícuos com o objeto de pesquisa estudado. Nessa técnica de pesquisa o entrevistador está em contato direto com a pessoa entrevistada, uma vez que estão presentes no momento em

15 A Etnografia, enquanto técnica de pesquisa, funciona como componente indissociável da Etnologia que, por sua vez, vincula-se ao entendimento descritivo, classificatório e comparativo da cultura material existente em diferentes culturas e agrupamentos sociais

16 O etnocentrismo é um fenômeno generalizado em todas as sociedades que expressa a tendência de um indivíduo ou de um determinado grupo humano em pautar suas visões e seus entendimentos o mundo a partir do seu local de origem, de sua existência particular, de seu ponto de vista, do seu centro ou de suas referências educacionais, religiosas, políticas, sociais, econômicas, culturais e simbólicas. Apesar de distintos, ambos processos são violentos, problemáticos e geram déficits ao processo de compreender o mundo de um modo mais amplo, dinâmico e complexo. Para Costa: “Essa iniciativa, de fato, deu suporte à afirmação da suposta superioridade física, econômica, religiosa e social dos grupos étnicos europeus perante os outros grupos étnicos. A negação do passado científico e tecnológico dos povos africanos e a exacerbação do seu caráter lúdico foi uma das principais façanhas do eurocentrismo e que ainda hoje abala fortemente a autoestima da população africana e da diáspora, pois os métodos, conceitos e muitos cientistas europeus deram a impressão ao restante do mundo, de que as populações africanas não tiveram uma contribuição relevante para a construção do conhecimento universal. Isso fica bastante evidente em vários trabalhos de pesquisas empreendidos por cientistas preconceituosos que descreveram a África como um continente eternamente pré-histórico, bárbaro, cujos habitantes, no geral, se apresentam como seres bestiais, incapazes de construir ou transmitir conhecimentos relevantes” (COSTA, 2015, p. 5).

que as perguntas são apresentadas e respondidas. Isso possibilita uma maior flexibilidade na busca por informações. Além disso, “o entrevistador tem oportunidade para observar a pessoa e a situação total a que responde” (SELLTIZ, 1975, p. 267). As perguntas feitas em entrevistas não estruturadas devem ser abertas, permitindo assim, uma livre resposta, não limitada por alternativas apresentadas. Sendo livre a resposta, deve-se destacar, os entrevistados possuem total liberdade para questionar as perguntas, a finalidade das mesmas, o desígnio da pesquisa e os motivos de o entrevistado estar indagando sobre alguns temas e questões específicas. A escolha dessa abordagem se dá, na maioria das vezes, justamente porque o indivíduo pesquisado tem a oportunidade de responder de acordo com o que realmente pensa e com os referenciais que possui (SELLTIZ, 2005, p. 288). Dessa forma, espera-se que o entrevistado fale livremente e expresse de forma mais eficaz o que deseja transmitir ao entrevistador (SELLTIZ, 2005, p. 288).

As entrevistas nos formatos de painel vinculam-se à repetição de questionamentos, de tempo em tempo, aos mesmos entrevistados, com a intenção de analisar a evolução de dadas opiniões em curtos períodos de tempo.

Por conta de seu uso mais amplo e recorrente, destacamos aqui as entrevistas denominadas de semiestruturadas que, por sua vez, oferecem mais flexibilidade ao pesquisador. Nessa direção, o entrevistador pode: 1) refazer questões; 2) reformular de modo distinto as questões caso o entrevistado não as compreenda; 3) certificar que foi devidamente entendido. Esse formato de pesquisa viabiliza tanto a obtenção de dados quantificáveis de modo estatístico, quanto, em viés qualitativo, no formato de relatórios, falas e observações/pontuações do pesquisador. Segundo Gil, as entrevistas semiestruturadas são guiadas “por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” e além do mais devem ser realizadas considerando duas etapas sendo elas “...a especificação dos dados que se pretendem obter e a escolha e formulação das perguntas”. Assim, nas entrevistas semiestruturadas, temos a possibilidade de, por meio das respostas dos entrevistados, estimulá-los a uma resposta que não seja apenas um “sim” ou “não” de formulário (GIL, 2002).

História Oral

Outra forma bastante produtora de se realizar entrevistas vinculadas a uma abordagem qualitativa é a denominada de história oral que, por sua vez, ganhou bastante notoriedade na década de 1970, nos Estados Unidos e na Europa. De maneira geral, a história oral é multidisciplinar e muito usada na construção de dados distantes dos registros e das fontes documentais oficiais, além disso, eles só podem ser fornecidos por pessoas. No Brasil, sabemos que foram as ideias de Ecléa Bosi, presente no livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, que deram à história oral o status de técnica de pesquisa altamente representativa em nosso país.

Da mesma maneira que os livros e os documentos oficiais são registros particulares ou apenas “uma visão do acontecido”, aquilo que é dito pelo entrevistado durante a narração

de sua história apresenta-se como merecedor de atenção, ou seja, aquilo que é revelado pela memória dos narradores torna-se também um novo registro válido de determinados acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos; segundo a pensadora: “Nosso interesse está *no que foi lembrado*, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida” (BOSI, 1995, p. 37).

A relação que a autora estabelece com seus informantes é muito singular; não se encaixa, de modo algum, nos parâmetros científicos altamente representativos estabelecidos pelas ciências naturais na realização de uma pesquisa desse tipo; parâmetros segundo os quais é necessário um distanciamento entre sujeito e objeto (levando à neutralidade, assegurando assim, uma pesquisa mais objetiva); nessa direção, a autora afirma que: “O principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores” (BOSI, 1995, p. 37).

Uma eficiente pesquisa para Ecléa Bosi ocorre por outra relação, não a de distanciamento, mas sim de interação, de compartilhamento entre sujeito e objeto (importante pressuposto metodológico intrínseco à realização de entrevistas ligadas à perspectiva das histórias orais). Não há regras científicas que regulem a relação estabelecida entre o pesquisador e o pesquisado; ou seja, para a autora, não há nada que os separem do processo criador do trabalho realizado¹⁷. O que se constata, aliás, é a construção de uma ligação profunda entre os dois: “Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observador, mas participar de sua vida” (BOSI, 1995, p. 38)¹⁸.

17 De acordo com Ecléa Bosi, verificamos que: “Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças” (BOSI, 1995, p. 38)”

18 Esta proposta de Ecléa Bosi estabelece um vínculo íntimo e profundo entre sujeito e objeto da pesquisa, tal relação é fundamental, pois garante um conhecimento grandioso daquilo que será estudado, algo que modifica irreversivelmente o pesquisador: “Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados” (BOSI, 1995, p. 38). Podemos ainda evidenciar que a autora, na tentativa de melhor compreender seu objeto e por não acreditar em neutralidade científica, revela que a profundidade e o bom conhecimento de uma pesquisa ligam-se à ideia de “alternância” entre o pesquisado e o pesquisador: “a expressão ‘objeto da pesquisa’ pode repugnar aos que trabalham com ciências humanas, se essa objetividade é entendida como tratar o sujeito à maneira de coisa, como redução de suas qualidades individuais para torná-lo objeto compatível com o método experimental. O termo alternância, deve-se ficar claro, foi cunhado por Paulo Salles de Oliveira que é utilizado pelo autor para explicar o estudo íntimo entre pesquisador e pesquisado (OLIVEIRA, 1999, p. 54-56).

Medidas e cuidados na realização de entrevistas

No geral, todas as entrevistas exigem:

- 1) planejamento;
- 2) conhecimento prévio do público entrevistado;
- 3) oportunidade da entrevista;
- 4) condições favoráveis;
- 5) contato com líderes, caso houver essa dinâmica em relação no processo de realização das mesmas;
- 6) conhecimento preliminar do campo;
- 7) preparação específica;
- 8) autorização, quando necessária, de comitês de ética intrínsecos às instituições nas quais os pesquisadores estão alocados (universidade e centros de pesquisas, por exemplo).

Já na realização de entrevistas é necessário:

- 1) o estabelecimento de um contato inicial em clima amistoso;
- 2) a formulação das perguntas de acordo com o perfil de entrevistado;
- 3) a feitura de perguntas de modo compassado (ou seja, um questionamento de cada vez);
- 4) primeiramente fazer inquirições que resguardem pouca probabilidade de serem recusadas/não respondidas pelos entrevistados;
- 5) evitar perguntas sugestivas ou induzentes;
- 6) registrar as respostas (anotação simultânea e gravador, caso o entrevistado concorde);
- 7) terminar a entrevista em clima de cordialidade e agradecimento;
- 8) e, em casos determinados, solicitar dos respondentes a assinatura de termos ou de declarações que autorizem o uso das informações concedidas.

Principais problemas com a utilização de entrevistas

Com a feitura de entrevistas o pesquisador pode se deparar com:

- 1) a falta de motivação do entrevistado;
- 2) a não compreensão do significado das perguntas por parte dos sujeitos pesquisados;
- 3) o fornecimento de respostas falsas;
- 4) a inabilidade do entrevistado para responder.

Todas essas questões podem, em grande medida, comprometer os resultados de uma pesquisa e é por isso que o entrevistador deve se preparar ao máximo para a realização de seu trabalho empírico.

Questionários

Os questionários são instrumentos de coleta de dados constituídos por uma série sistematicamente estipulada de questões que, por sua vez, devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Sendo assim, as perguntas presentes neles são, na maioria das vezes, fechadas e predispostas a tabulações e tratamentos estatísticos. Por conta de sua praticidade, os questionários são adequados à feitura de pesquisas com grandes populações e/ou amostras.

Na atualidade, observamos que muitas pesquisas podem ser feitas virtualmente por meio de questionários digitais – enviados através de links – que são respondidos de maneira online (o Google possui, por exemplo, versões gratuitas de programas que gerenciam questionários virtuais que após serem desenvolvidos, enviados e respondidos, sistematizam automaticamente os dados levantados e fazem, inclusive, alguns tipos mais simples tratamentos/cruzamentos estatísticos).

A confecção de questionários exige: 1) um conhecimento do assunto e da temática investigados; 2) um cuidado na seleção das questões; 3) uma limitação em extensão e finalidade; 4) a forja de codificações para facilitar a tabulação dos dados; 5) a indicação da entidade organizadora, quando houver; 6) a construção de um conjunto de instruções para o uso do mesmo; 7) uma apresentação estética agradável e facilitadora de seu manuseio/ acesso (layout apropriado); 8) o fornecimento de dinamicidade em termos da sua utilização; 9) a realização de pré-testes¹⁹; 10) autorização, quando necessária, de comitês de ética intrínsecos às instituições nas quais os pesquisadores estão alocados.

Em termos de potencialidades, os questionários resguardam uma predisposição: 1) à economia de tempo e à flexibilidade de horários; 2) à dinamicidade em termos de locali-

¹⁹ Os pré-testes buscam estabelecer, caso detectado: 1) a inconsistência ou complexidade das questões; 2) ambiguidades ou linguagem inacessível; 3) perguntas supérfluas, sugestivas ou que causem embaraço ao informante; 4) questões que obedeçam a uma determinada ordem; 5) número excessivo de questionamentos; 6) palavras e formulações ambivalentes; 7) desconexão entre as perguntas e as especificidades do agrupamento investigado.

zação geográfica; 3) à amplitude da amostra e da população investigada; 4) à possibilidade de um maior acesso simultâneo aos entrevistados; 5) à abrangência de uma maior área geográfica; 6) à economia em custos operacionais, em especial com pessoal que, por sua vez, exige treinamento e trabalho de campo; 7) à obtenção de respostas mais rápidas; 8) ao anonimato e, conseqüentemente, a uma maior veracidade nas respostas; 9) à formulação de questionamentos mais diretos, simples e precisos; 10) à elaboração de perguntas mais concatenadas às peculiaridades do público pesquisado (principalmente em termos de linguagem e particularidades comunicacionais).

Os questionários podem conter questões abertas e fechadas. Em relação às primeiras não temos o estabelecimento de categorias preestabelecidas. Sendo assim, o entrevistado pode responder de forma dinâmica e espontânea considerando um léxico de entendimento propriamente seu. Essas questões viabilizam uma resposta livre do informante, que abre mão assim, de uma linguagem própria na emissão de suas representações, visões e opiniões. As questões abertas são de difícil tabulação e mensuração, exigindo assim, um trabalho maior e, conseqüentemente, mais demorado no processo de análise de suas respostas.

As questões fechadas oferecem categorias diferenciadas e pré-definidas; são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre outras opções já estabelecidas. Este tipo de pergunta, embora restrinja a liberdade das respostas, facilita o trabalho do pesquisador e também a tabulação dos dados, afinal, as respostas são mais objetivas, segmentadas, especificadas e preliminarmente organizadas.

As respostas intrínsecas às questões fechadas podem ser divididas em alternativas: 1) de múltipla escolha; 2) de escala; 3) e mista. Nesse sentido, as alternativas de múltipla escolha apresentam possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto, em relação às quais o entrevistado deve realizar uma escolha. A técnica da escolha múltipla é de fácil tabulação e proporciona uma exploração em profundidade, segundo alguns pesquisadores, quase tão boa quanto a de perguntas abertas. As respostas em escalas instituem uma representação numérica para aquilo que é indagado (por exemplo, uma escala de 1 a 5 na qual em 1 o entrevistado concorda totalmente e em 5 ele discorda totalmente). Por fim, nas alternativas mistas temos a combinação de respostas de múltiplas escolhas e a sequenciada vinculação de uma dada pergunta ou requisição (são aquelas questões que requerem uma complementação, por exemplo: “caso tenha assinalado a alternativa ‘a’, justifique a sua resposta”).

Em termos de limitações, os questionários: 1) quando não aplicados pessoalmente – o que gera um custo operacional muito grande, em especial com pesquisas que resguardam grandes amostras – são facilmente rejeitados; 2) frequentemente retornam sem serem respondidos; 3) caso haja incompreensão por parte do informante, não há a possibilidade de sanar tal empecilho; 4) são devolvidos tardiamente, prejudicando o andamento e a execução da pesquisa; 5) são extremamente impessoais e ratificam, por vezes, uma relação utilitária entre o sujeito e o objeto da pesquisa.

Formulário

O formulário é um documento muito utilizado no processo de levantamento de informações particulares e/ou dados demográficos mais abrangentes que caracterizam uma determinada população, independente de sua extensão (por exemplo, eu posso desenvolver formulários que busquem identificar as características de uma população de todo um estado brasileiro como de uma população indígena específica residente no interior de uma localidade de nosso país). Esta técnica de pesquisa pode ser executada por meio de um autopreenchimento, ou ainda, através do preenchimento por inquirição (ou seja, feito por outra pessoa durante a realização de uma entrevista). Sendo assim, um formulário é, antes de tudo, um modelo que deve ser completado ou preenchido com certos dados e que permite a edificação de determinadas inferências, estipulações e caracterizações. Dessa forma, os dados a completar/preencher variam de acordo com o que se quer compreender, identificar e distinguir.

Grupos focais

Uma das técnicas de pesquisa mais atuais empregadas em trabalhos científicos no Brasil é a denominada de grupos focais. Esta, por sua vez, oferece uma avaliação qualitativa, não-diretiva, que angaria informações e dados através de intercâmbios grupais ao se debater um tema/assunto/tópico indicado pelo pesquisador. Os grupos focais ocupam, enquanto técnica, um caráter intermediário entre a observação participante e a entrevista. Nesse sentido, essa técnica também pode ser qualificada como um meio de compreensão do processo de edificação, transmissão e composição das percepções, atitudes e representações sociais vinculadas a certos agrupamentos sociais, comunidades e coletividades. Nesta técnica prioriza-se, efetivamente, a influência mútua e a interação construída entre os seus participantes.

Para o bom funcionamento dos grupos focais, se faz necessários: 1) a eleição de um facilitador bem treinado que não faça uma entrevista coletiva, mas sim articule discussões em grupo e saiba realizar anotações e observações; 2) definição do problema discutido ou avaliado, para que assim, o mesmo seja condizendo com a temática e os desígnios da pesquisa; 3) constituição de um grupo de composição homogênea (preservando certas características) ou heterogênea²⁰ (que privilegie a diversidade), variando com os intentos da pesquisa; 4) prezar pela formação de grupos com no mínimo seis e no máximo dez membros; 5) procurar formar e realizar a pesquisa como no mínimo quatro e no máximo doze grupos; 6) escolher locais para a reunião do grupo que favoreçam a interação entre os membros do mesmo e que seja de fácil acesso e acessibilidade; 7) utilizar, mediante autorização e pacto de sigilo informacional, equipamentos para registrar os encontros (gravadores de áudios e filmadoras, por exemplo); 8) sempre, ao iniciar as reuniões, abrir um espaço inicial, antes das perguntas e dos estímulos, para os membros do grupos fazer comentários gerais sobre o tema, além de um apresentação pessoal; 9) proceder o plane-

²⁰ Nesse caso, é necessário angariar pessoas com distintos perfis econômicos, profissionais, sociais, culturais, religiosos e políticos, almejando dessa maneira, uma maior representatividade de opiniões e visões de mundo de diferentes setores da sociedade.

jamento da realizações dos grupos focais à autorização, quando necessária, dos comitês de éticas inerentes às instituições nas quais os sujeitos do conhecimento estão lotados.

Na análise dos dados oriundos dos grupos focais se coloca como um imperativo a elaboração de um plano descritivo das falas que sintetiza as ideias expostas e, que por sua, se mostraram conflituosas, controversas, discordantes e dissociadas. Após uma análise das várias reuniões e das respectivas falas/discussões delas decorrentes, o pesquisador deve criar categorias capazes de identificar recorrência, distanciamentos e concordâncias entre os diferentes sujeitos, extraindo dessa maneira, tudo aquilo que está potencialmente articulado com a temática e os desígnios da pesquisa.

Vantajosamente, os grupos focais oferecem: 1) um clima, na maioria das vezes, mais brando, controlado e convidativo para a constituição de debates, trocas de ideias e discussões; 2) segurança aos participantes na atividade de expressar e veicular suas opiniões e posições; 3) uma participação ativa do pesquisado; 4) o angariamento de dados distantes de anteriores compreensões e julgamentos dos avaliadores; 5) a forja de informações de alta representatividade e qualificação.

Em termos de dificuldades/desvantagem, observamos que: 1) é extremamente complicada a tarefa de arregimentar participantes, dos mais variados perfis – especialmente quando os critérios são muito específicos –, para a feitura de reuniões (também com horários e espaços previamente delimitados); 2) observa-se que há vários níveis de imprevisibilidade na feitura das reuniões (a ausência de participantes é comum e a dificuldade de ingerência de alguns dos participantes é frequente); 3) o advento de polêmicas e oposições pode, por vezes, distanciar o foco da temática pesquisada e gerar mais conflitos do que debates e discussões proveitosos aos desígnios da pesquisa.

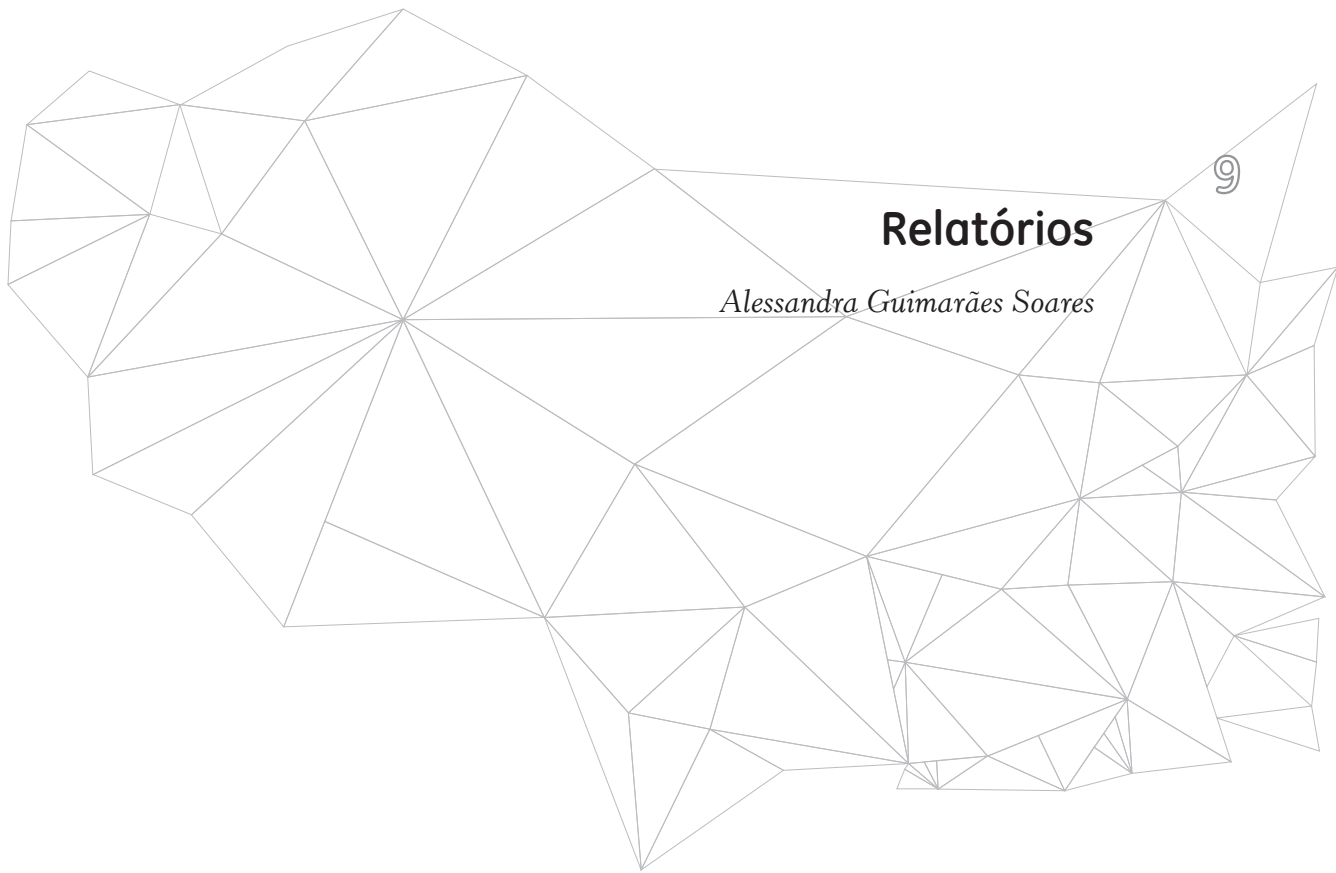
Conclusões

Neste texto tivemos a oportunidade de observar e analisar determinadas técnicas de pesquisa que são indispensáveis à execução do processo de produção do conhecimento científico. Muitas vezes, tais técnicas, por serem associadas a dinâmicas mais práticas e pragmáticas de certas atividades científico-intelectuais, são menosprezadas e ocupam pouco espaços nos manuais de metodologia. No entanto, aqui nos deparamos com várias provas e muitos exemplos de que o desenvolvimento da ciência se ancora, certamente, na proposição de orientações metodológicas, mas, também, na ação operacionalizada de atividades de pesquisa que colocam em movimento os postulados metodológicos assumidos por nós, pesquisadores.

Referências bibliográficas

BOSI, E. Introdução e Tempo de Lembrar. In: _____. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- COSTA, Sérgio. *Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, São Paulo, fev. 2006.
- FACHIN, Odília. *Fundamentos da Metodologia*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERRAREZI JR., Celso. *Guia do trabalho científico – do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologia qualitativa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LÜDKE, Menga et al.. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 2003.
- MALONOWSKI, Bronislaw. Introdução: Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: _____. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MELLO, Ana Gláucia C. *Metodologia de Pesquisa*. Palhoça: Unisul, 2006.
- OLIVEIRA, P.S. Sujeitos Criadores. In: _____. *Vidas Compartilhadas: Cultura e coeducação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Gildenir Carolino. *Percursos científicos: guia prático para elaboração da normalização científica e orientação metodológica*. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.
- SANTOS, I. & CLOS, A. C. Pesquisa quantitativa e metodologia. In: GAUTHIER, J.H.M. et al.. *Pesquisa em enfermagem: novas metodologias aplicadas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
- SELLTIZ, C. et al.. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU; EdUSP, 1975.
- TANAKA, Oswaldo Y. & MELO, Cristina. *Roteiro de exposição baseado em “Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente um modo de fazer”*. São Paulo: Edusp, 2001.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Metodologia da Pesquisa*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.
- TURATO, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. Instrumentos de pesquisa. In: _____ (Org.). *História Antiga I: Fontes e Métodos*. Maringá: EdUEM, 2010.
- YIN, Roberto K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookmam, 2001.



Relatórios

Alessandra Guimarães Soares

Os relatórios acadêmicos são documentos técnico-científicos elaborados com o propósito de descrever como foi realizada uma pesquisa. Além dos relatórios acadêmicos, existem também outros tipos de relatórios, são eles: profissional, de viagem, estágio, visita, administrativos e para fins especiais (LEITE, 1990).

À título de exemplo, mencionemos os relatórios profissionais. Vale destacar que, da mesma forma que o acadêmico, o relatório profissional tem por objetivo apresentar, de forma escrita, como ocorreu o desenvolvimento do trabalho e quais foram os resultados verificados. Nesse sentido, pode-se dizer que a elaboração de relatórios, acadêmicos ou não, auxiliam na organização do próprio trabalho, contribuindo, especialmente, para uma autorreflexão crítica sobre o desenvolvimento do trabalho, já que é possível verificar o que foi proposto, o que foi efetivamente realizado e, que tipos de resultados, levando em conta as variáveis empregadas, foram encontrados.

O relatório de pesquisa, assim como um artigo de periódico, ou qualquer outro trabalho acadêmico, desde um pôster apresentado em congresso científico até uma tese de doutorado, deve ser escrito com embasamento na literatura sobre o tema objeto da pesquisa. O que isso significa? Que em ciência, toda e qualquer afirmação precisa estar apoiada na teoria, ou nos dados apresentados, que devem ser analisados pelas lentes teóricas pertinentes, seja para refutar, corroborar ou apresentar um novo olhar em relação ao objeto pesquisado. Ou seja, não há espaço para a emissão de opiniões e afirmações não fundamentadas (GONÇALVES, 2005). Logo, uma etapa fundamental na execução do relatório é a descrição do referencial teórico e metodológico empregado na pesquisa, pois ele dará o caráter científico à pesquisa e conseqüentemente ao relatório.

Uma das etapas fundamentais para elaboração do relatório acadêmico é a retomada dos objetivos, referencial teórico e metodológico constantes no projeto de pesquisa. Seja para demonstrar que houve a manutenção daquilo que foi proposto, seja para justificar

qualquer mudança, de ordem teórica, metodológica ou relacionada ao próprio objeto de pesquisa e objetivos indicados. Importa salientar que a construção de um projeto de pesquisa bem estruturado facilita e muito na elaboração dessa etapa.

O relatório deve ser dividido em seções. Essa divisão auxilia na organização do autor e também facilita a leitura, pois permite ao leitor encontrar de forma mais fácil e ágil as informações que procura. De forma simplificada, o relatório deve conter as seguintes seções: introdução, revisão da literatura, metodologia, resultados, conclusões, referências, anexos e apêndices, esses dois últimos são opcionais, vão depender do tipo de pesquisa. Essa estrutura não é fixa. Isto é, nada impede que outras seções sejam acrescentadas para melhor compreensão do que foi realizado durante a pesquisa. Quando elaborados para dar cumprimento às exigências das agências de fomento à pesquisa¹, nele devem constar também, obrigatoriamente, as realizações referentes aos trabalhos técnicos e científicos (palestras, publicações, participação em eventos acadêmicos, etc.) desenvolvidos durante a pesquisa.

Algumas agências de fomento à pesquisa e programas de pós-graduação *stricto sensu* podem exigir tanto a elaboração de um relatório final, onde devem constar os itens acima descritos, quanto de relatórios anuais. Nesses casos, os relatórios anuais/parciais devem conter o desenvolvimento da pesquisa até o momento e a descrição das próximas etapas que serão realizadas (plano de atividade)².

Sobre as regras gerais para formatação do relatório, elas devem obedecer ao disposto na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), por isso antes de iniciar a formatação analise a regra vigente à época da elaboração do relatório. Atualmente vigoram as seguintes regras:

- **Margens**

- Superior e esquerda 3cm
- Inferior e direita 2cm

- **Numeração de páginas**

- Começa na folha de rosto, mas a numeração aparece apenas a partir da introdução no canto superior direito.

- **Títulos, textos e espaçamento**

- Fontes: Arial ou Times New Roman³
- Tamanho da fonte: 12
- Espaçamento entre linhas: 1,5cm

¹ CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), entre outras

² No plano de atividade devem constar, basicamente, os eventos científicos que pretende participar (nacionais e internacionais), as próximas etapas da pesquisa, se pretende publicar artigos em revistas científicas, ou capítulos de livros, apresentar palestras, minicursos, entre outros.

³ A fonte deve ser a mesma em todo o relatório, portanto, se a opção for por Arial, essa será a fonte empregada em todo e qualquer texto do trabalho, incluindo títulos, subtítulos e referências.

- **Notas de rodapé**

- Tamanho da fonte: 10, espaçamento entrelinhas simples.

- **Citação direta**

- Menos de 3 linhas: corpo do texto com aspas duplas
- Mais de 3 linhas:
 - recuo de 4cm em relação ao texto;
 - sem destaque e sem aspas;
 - tamanho da fonte 11, sem espaçamento.

Para estruturar o relatório deve-se levar em conta que ele é, necessariamente, composto por três partes: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Cada um desses elementos são parte integrante do relatório. Os elementos pré-textuais antecedem a exposição da pesquisa em si e têm como itens obrigatórios capa, folha de rosto, resumo, listas e sumário. E, como opcionais: errata, dedicatória, agradecimentos e epígrafe (MORETTI, 2017).

Elementos Pré-Textuais do Relatório – itens obrigatórios

- **Capa** – deve constar: nome da instituição, curso, autor, título do trabalho (subtítulo, se houver), cidade e ano.
 - Fonte: Arial/Times New Roman
 - Tamanho da fonte: 12
 - Caixa alta
 - Centralizado
 - Espaçamento simples entre linhas
 - Negrito: Apenas o título do trabalho.
- **Folha de rosto** – nome do autor, título do trabalho (subtítulo, se houver), cidade, ano e nota descritiva que deve explicitar o tipo de relatório (ex. trabalho de conclusão de curso), o curso e instituição em que foi realizado e o nome do orientador.
 - Fonte: Arial/Times New Roman
 - Tamanho da fonte: 12
 - Caixa alta e centralizado:
 - Nome do autor;
 - título e subtítulo;
 - cidade
 - ano
 - Espaçamento simples entre linhas
 - Negrito: Apenas o título do trabalho.

- Nota descritiva
 - Alinhamento justificado;
 - Tamanho da fonte: 11;
 - Caixa baixa;
 - Recuo entre 7 a 8cm.

- **Resumo** – O resumo é a última etapa do trabalho e só deve ser escrito após finalizada a pesquisa, pois ele visa sintetizar, em um único parágrafo, o que foi feito e os resultados obtidos. Resumo e palavras-chave devem ser escritos na língua vernácula e traduzidos para a língua estrangeira.
 - Deve ter entre 150 a 500 palavras;
 - Fonte Arial/Times New Roman;
 - Tamanho da fonte: 12;
 - Espaçamento simples entre linhas;
 - Alinhamento justificado e caixa baixa
 - Termo **RESUMO** deve ser em caixa alta, centralizado e em negrito.
 - Palavras-chave (dispostas abaixo do texto do resumo)⁴
 - Número mínimo de três palavras e máximo de cinco.
 - Fonte Arial/Times New Roman;
 - Tamanho da fonte: 12
 - Caixa baixa e sem negrito
 - Termo **Palavras-Chaves** deve ser em caixa baixa, justificado e em negrito.

- **Listas** – indicando as figuras, tabelas, abreviaturas, símbolos e siglas, com respectivos títulos e número da página onde se encontra.
 - Fonte Arial/Times New Roman;
 - Tamanho da fonte: 12;
 - Espaçamento 1,5cm entre linhas;
 - Títulos das figuras em caixa baixa, sem negrito;
 - Termo **LISTA DE FIGURAS** deve ser em caixa alta, centralizado e em negrito.

- **Sumário** – apresenta as seções do trabalho e respectivas enumerações das páginas. Ele pode ser criado automaticamente no Word.
 - Fonte Arial/Times New Roman;
 - Tamanho da fonte: 12;
 - Espaçamento 1,5cm entre linhas;
 - Termo **SUMÁRIO** em negrito, caixa alta, centralizado;
 - Itens do sumário (Introdução, referencial teórico, metodologia, etc), em negrito e caixa alta; As subdivisões dentro dos itens do sumário, denominados subtítu-

⁴ As palavras-chave não podem ser aleatórias, elas devem constar no texto do próprio resumo.

los devem ser em negrito e caixa baixa. (ex. **METODOLOGIA, Análise dos dados**);

- Somente a numeração das páginas não é em negrito.

Vistos os elementos pré-textuais e a formatação pertinente a cada um deles, o próximo passo são os elementos textuais, os quais podem ser divididos em três partes gerais introdução, desenvolvimento e conclusão/considerações finais.

Elementos Textuais do Relatório

A introdução serve para apresentar o que foi realizado na pesquisa. Ela contextualiza o por que, como, com base em que referenciais teóricos e metodológicos o estudo foi elaborado. Ela deve ser capaz de sintetizar os principais elementos da pesquisa deixando claro os seguintes aspectos:

- **Objeto de estudo** – tema central do trabalho, isto é, o que foi investigado na pesquisa;
- **Problema de pesquisa** – a questão que o projeto vai buscar responder. Deve ser feito em formato de pergunta.
- **Objetivo geral** – o que se pretende analisar, qual o propósito do trabalho, sua finalidade. Ação a ser feita para compreender o problema de pesquisa. É sempre uma ação, por isso os verbos são sempre no infinito: fazer, analisar, compreender, comparar, verificar, etc.
- **Delimitação da pesquisa** – extensão temporal (período de anos), espacial (local) e material (que/qual aspecto do tema de pesquisa será analisado);
- **Objetivos específicos** – relacionam-se ao objetivo geral, são um desdobramento dele. Eles auxiliam a responder o objetivo geral, são as etapas que precisam ser realizadas para chegar ao resultado concreto do objetivo geral. Também são ações, caracterizam-se pelos verbos no infinitivo;
- **Justificativa** – explicitar o porquê escolheu o tema, forma de análise, importância para o campo científico, possível contribuição social, entre outros que demonstrem a necessidade e relevância de estudar o tema proposto.
- **Fundamentação teórica central do trabalho** – quais foram os autores utilizados para compreensão do objeto de pesquisa. Parte essencial de qualquer trabalho científico, também auxilia na análise dos dados coletados em caso de pesquisa empírica;
- **Metodologia** – descrever os meios como cada etapa do projeto será realizada, por exemplo o método de coleta de dados, ou seja, de que forma foram coletados e analisados (procedimentos utilizados);
- A ordem e conteúdo, resumido, de cada um dos capítulos da pesquisa.

Desenvolvimento

O desenvolvimento é a coluna dorsal do trabalho, ele é a base para elaboração do resumo, introdução e das considerações finais da pesquisa. Geralmente é dividido em várias seções (capítulos, subcapítulos, etc.), que tem como objetivo trazer o referencial teórico, a metodologia, os dados (nos casos em que a pesquisa não é apenas bibliográfica), os resultados e a discussão. Aqui deve-se ter cuidado para manter a coesão e coerência entre as diferentes seções, elas devem ser interligadas por um fio condutor lógico.

A seção dedicada aos resultados pode ser a mesma da discussão, ou seja, nela podem ser apresentados os dados, com tabelas, gráficos, etc. (em caso de pesquisa empírica), bem como a análise deles com base no referencial teórico. Esse é o momento para apresentar e interpretar os resultados, enfatizando os achados mais significativos, contrapondo-os com a literatura e trabalhos anteriores relacionados ao tema. Também é o espaço para propor novos entendimentos sobre aspectos teóricos e metodológicos, indicar as limitações do estudo e os possíveis desdobramentos para pesquisas futuras. Aqui é importante verificar se todos os objetivos propostos foram devidamente contemplados e se a questão de pesquisa foi respondida.

Conclusão/considerações finais

Etapa onde o problema de pesquisa é retomado a partir dos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa. Não é o momento de trazer nenhum dado ou elemento novo. Todas as informações constantes na conclusão devem estar explicitadas no desenvolvimento. Assim como na introdução a conclusão deve trazer uma síntese do trabalho, porém o foco, nesse momento, não é apresentar a pesquisa, mas sim os resultados dela decorrentes, especialmente as limitações, contribuições e indicações para futuras pesquisas.

Por fim, temos os elementos pós-textuais, que veem logo após a conclusão, são eles: referências⁵, apêndice e anexo. Desses o único obrigatório é a referência. Nas referências devem ser listadas apenas as obras que foram citadas (direta ou indiretamente) na pesquisa. As obras que foram apenas consultadas não podem fazer parte das referências. A lista deve ser em ordem alfabética, fonte Arial/Times New Roman e tamanho da fonte 12. O espaçamento é simples. Para saber como inserir cada uma das fontes analisadas durante a pesquisa (livros, artigos científicos, leis, etc.) consulte as normas vigentes à época na ABNT. Para facilitar essa etapa, sempre que for citar qualquer referência deixe um documento no editor de texto Word aberto com o título “referências” e coloque a referência completa nele, depois basta ordenar por ordem alfabética e inserir na pesquisa finalizada. Outra dica, verifique se o artigo científico está indexado na base de dados Scielo, se ele estiver basta clicar na aba “como citar esse artigo” que aparece uma outra aba com três tipos diferentes de formatos bibliográficos, sendo um deles o da ABNT.

⁵ A nomenclatura “referências bibliográficas” só deve ser empregada quando a pesquisa não contiver dados documentais, de sítios na internet ou outras mídias.

O apêndice, quando necessário seu uso, vem logo após as referências. Ele é utilizado para inserir informações, textos, tabelas, questionários aplicados, transcrições de entrevistas e demais materiais produzidos, ao longo da pesquisa, pelo próprio autor. Ou seja, aqui entram apenas os materiais produzidos pelo pesquisador. Já o anexo, também opcional, contém materiais de fontes secundárias e terciárias e não de autoria do próprio pesquisador. Sua finalidade é complementar e fundamentar a argumentação exposta no trabalho. O anexo vem logo após o apêndice, quando esse existir. Os dois precisam ser acrescentados ao sumário.

Como visto, o relatório, a depender do caso, é um documento que tem por finalidade expor os processos e resultados desenvolvidos em um determinado período temporal. Como ele pode ser utilizado para diferentes finalidades, o relatório adquire variadas formas no meio acadêmico que vão desde a elaboração de um artigo sintético, a ser enviado a um periódico, até a produção de relatório anual ou final para uma agência de fomento à pesquisa. Eles também são empregados para produzir trabalhos acadêmicos com distintos graus de complexidade, como trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado. Esse capítulo não busca esgotar essa temática sobre elaboração de relatórios científicos, ele apenas aborda os principais elementos que compõem os relatórios no intuito de nortear aqueles que se enveredam no campo científico.

Referências bibliográficas

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Avercamp, 2005.

LEITE, Pedro Sisnando. *A prática de elaboração de relatórios*. Fortaleza: BNB; ETENE, 1990.

MORETTI, Isabella. *Regras da ABNT para TCC: conheça as principais normas*. 2017. Disponível em: <<https://viacarreira.com/regras-da-abnt-para-tcc-conheca-principais-normas>>. Acesso em: 30/01/2018.



Tarefa essencial em todo trabalho acadêmico (seja um projeto, relatório, artigo, monografia) consiste nas referências bibliográficas, inseridas ao final do trabalho, em que devem ser indicadas as referências de todas as obras mencionadas no corpo do trabalho. Existem regras específicas para fazer estas referências, como, por exemplo, seguir rigorosamente a ordem alfabética dos sobrenomes dos autores e utilizar espaçamento entrelinhas simples.

O sobrenome do autor é sempre escrito todo em caixa alta (maiúscula), seguido por vírgula, após isto insere-se o nome do autor (por extenso e somente com as iniciais em maiúscula, ou então mencionam-se somente as iniciais seguidas de ponto final).

Exemplo de como inserir sobrenome e nome de autores

MAZUCATO, Thiago Pereira da Silva.

ou

MAZUCATO, T. P. S.

O título da obra deve ser destacado em relação aos demais elementos, o que pode ser feito utilizando-se, somente no título, a grafia em itálico ou negrito (escolher apenas uma das opções, ou itálico, ou negrito, e aplicar a opção escolhida em todas as referências - lembre-se: é preciso padronizar).

Referências de Livros

As referências de livros devem seguir rigorosamente um mesmo padrão, mantendo a ordem apresentada abaixo:

SOBRENOME, Nome. *Título*. Cidade: Editora, ano.

Exemplo de referência de livro com um autor

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ou

ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

Quando a obra mencionada tiver **dois autores**, as referências de ambos devem ser inseridas. Após o sobrenome e nome do primeiro autor insere-se o carácter “&” e, em seguida o sobrenome e nome do segundo autor. Os demais elementos (título, cidade, editora, ano) seguem o padrão básico.

Exemplo de referência de livro com dois autores

BERGER, Peter & ZIJDERVELD, Anton. *Em favor da dúvida: como ter convicções sem se tornar um fanático*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Quando a obra mencionada tiver **três ou mais autores**, menciona-se apenas o primeiro autor (sobrenome e nome) e insere-se em seguida a expressão “et al.” (que significa “e outros”). Os demais elementos (título, cidade, editora, ano) seguem o padrão básico.

No exemplo abaixo temos um livro que foi organizado por três autores (significa que os autores de cada capítulo não são os mesmos autores que organizaram o livro – usualmente designamos este tipo de livro como *obra coletiva*). Quando isto ocorre, logo após a menção do sobrenome e nome do(s) organizador(es) do livro insere-se entre parênteses a abreviatura “org.” (quando se tratar de um único organizador) ou “orgs.” (quando se tratar de mais de um organizador).

Exemplo de referência de livro com três autores

GIDDENS, Anthony et al. (orgs.). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 2012.

Há casos em que não é mencionado um livro inteiro, mas apenas um **capítulo** contido no livro (que pode ser do mesmo autor do livro ou pode ser de um autor diferente, em caso de obra coletiva).

Quando isto ocorrer, faz-se primeiro a referência ao autor do capítulo mencionado (sobrenome e nome), seguido de ponto final. Insere-se, a seguir, o título do capítulo (nesse caso, o título do capítulo não é grafado em itálico ou negrito), seguido de ponto final. Após isto, insere-se a palavra “In” (com inicial em maiúscula) seguida por dois pontos e faz-se, então, a referência padrão da obra em que o capítulo utilizado faz parte.

Exemplo de referência de capítulo de livro

GIDDENS, Anthony. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony et al. (orgs.). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 2012.

Pode ocorrer, também, de ser utilizada **mais de uma obra do mesmo autor** no mesmo trabalho. Neste caso, nas referências bibliográficas, apenas ao mencionar a primeira obra insere-se o sobrenome e nome do autor, nas demais referências, que devem constar logo em seguida, utiliza-se, no lugar do sobrenome e nome dez traços de *underline* (seguido de ponto final).

Exemplo de referência de mais de uma obra do mesmo autor

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

_____. *Mudanças Sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2008.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

Quando for mencionada mais de uma obra do mesmo autor que foram publicadas no mesmo ano, logo após a indicação do ano, na referência, insere-se uma letra minúscula (em ordem alfabética).

Exemplo de referência de mais de uma obra do mesmo autor publicadas no mesmo ano

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972a.
 _____. *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*. São Paulo: Jou, 1972b.

Referências de Periódicos

A forma de fazer referência de autor(es) em periódicos é a mesma utilizada para livros (sobrenome, nome). No caso de periódicos, as referências também devem seguir rigorosamente um mesmo padrão, de acordo com a ordem apresentada abaixo:

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. *Título do Periódico*, Cidade, Volume, Número, Intervalo de páginas, Ano.

Quando inexistir alguma das informações (alguns periódicos, por exemplo, possuem apenas número e não possuem volume), faz-se a referência apenas às informações existentes, mantendo a ordem sequencial do esquema acima.

Exemplo de referência de um artigo impresso

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo, n. 29, pp. 26-33, 1996.

Quando o artigo não possuir autor, ou quando a autoria for desconhecida, seguir as mesmas orientações acima, porém, iniciando a referência com o título do artigo, com a primeira palavra toda em caixa alta (maiúscula). A mesma orientação é válida para artigo de periódico online e para artigos de jornais.

Quando o artigo for retirado de periódico online ou de sites da internet, após a referência padrão para periódicos acrescenta-se a expressão “Disponível em:” e insere-se o link para acesso. Após o link escreve-se a expressão “Acesso em:” seguida pela data em

que foi feito o acesso ao site (o dia é indicado em algarismo romano, o mês é abreviado apenas com as três primeiras letras, e o ano, seguido de ponto final).

Exemplo de referência de artigo online

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo, n. 29, pp. 26-33, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25608/27350>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Exemplo de referência de artigo de jornal

ESTARQUE, Marina. Cresce apoio à descriminalização do aborto, aponta pesquisa Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 dez. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1947128-cresce-apoio-a-descriminalizacao-do-aborto-aponta-pesquisa-datafolha.shtml>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Quando o artigo tiver sido publicado num caderno especial ou em suplementos de jornais, na referência esta indicação deve aparecer logo após a referência padrão e antes da informação “Disponível em:” conforme exemplo abaixo.

Exemplo de referência de artigo de cadernos especiais ou suplementos de jornal

ESTARQUE, Marina. ‘Game of Thrones’ é a série mais pirateada do ano... de novo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 dez. 2017. Caderno Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/12/1946846-game-of-thrones-e-a-serie-mais-pirateada-do-ano-de-novo.shtml>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Referências de Monografias, Dissertações e Teses

Para fazer a referência a este tipo específico de trabalhos acadêmicos, utiliza-se o seguinte padrão:

SOBRENOME, Nome. *Título*. Cidade, Tipo (Área) – Instituição, Ano.

Exemplo de referência de Monografias, Dissertações e Teses

MAZUCATO, Thiago. *Democracia e Política na obra de Florestan Fernandes: o momento de interpretação do Brasil (1960-1975)*. São Carlos, Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2016.

Referências de Trabalhos Publicados em Anais de Eventos

É bastante comum que trabalhos publicados em anais de eventos levem algum tempo até que sejam aceitos para publicação (e sejam publicados) em revistas e periódicos científicos. Caso seja necessário utilizar de alguma citação de trabalhos publicados em anais de eventos, ao fazer a referência deve-se seguir o padrão abaixo:

SOBRENOME, Nome. *Título*. Nome do Evento, Ano, Cidade. Anais do Evento. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo de referência de trabalho publicado em anais de eventos

MAZUCATO, Thiago & CEPÊDA, Vera Alves. *Florestan Fernandes e a Consolidação das Ciências Sociais no Brasil*. IV Encontro Internacional de Ciências Sociais, 2014, Pelotas. Anais do IV Encontro Internacional de Ciências Sociais. Pelotas: EICS, 2014.

Referência de Legislação

Quando se fizer a menção a legislação (federal, estadual ou municipal), deve-se seguir o seguinte padrão para a referência:

PAÍS (ou ESTADO ou MUNICÍPIO). Lei, Data. Descritivo. Disponível em: <<http://www...>>. Acesso em: Data.

Exemplo de referência de legislação

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 31 dez. 2017.

Referência de Sites

Para fazer-se a referência a materiais retirados sites, e que foram mencionados durante o trabalho, utiliza-se o seguinte padrão:

SOBRENOME, Nome. Título. *Site*, Data, Ano. Disponível em: <<http://www...>>. Acesso em: Data.

Exemplo de referência de material consultado de sites

SAKAMOTO, Leonardo. Ao contrário do prometido, Reforma Trabalhista precariza sem criar vagas. *Blog do Sakamoto*, 27 dez. 2017. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogsfera.uol.com.br/2017/12/27/ao-contrario-do-prometido-reforma-trabalhista-precariza-sem-criar-vagas/>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

Referência a materiais de órgãos de governo

Em muitas ocasiões é necessário fazer a citação, no trabalho, de alguns documentos oficiais de órgãos governamentais, mas que não se constituem em legislação. Neste caso, utiliza-se o padrão abaixo:

PAÍS (ou ESTADO ou MUNICÍPIO). Órgão. *Título do Documento*. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo de referência de materiais de órgãos governamentais

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. *Educação como exercício da diversidade*. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2007.

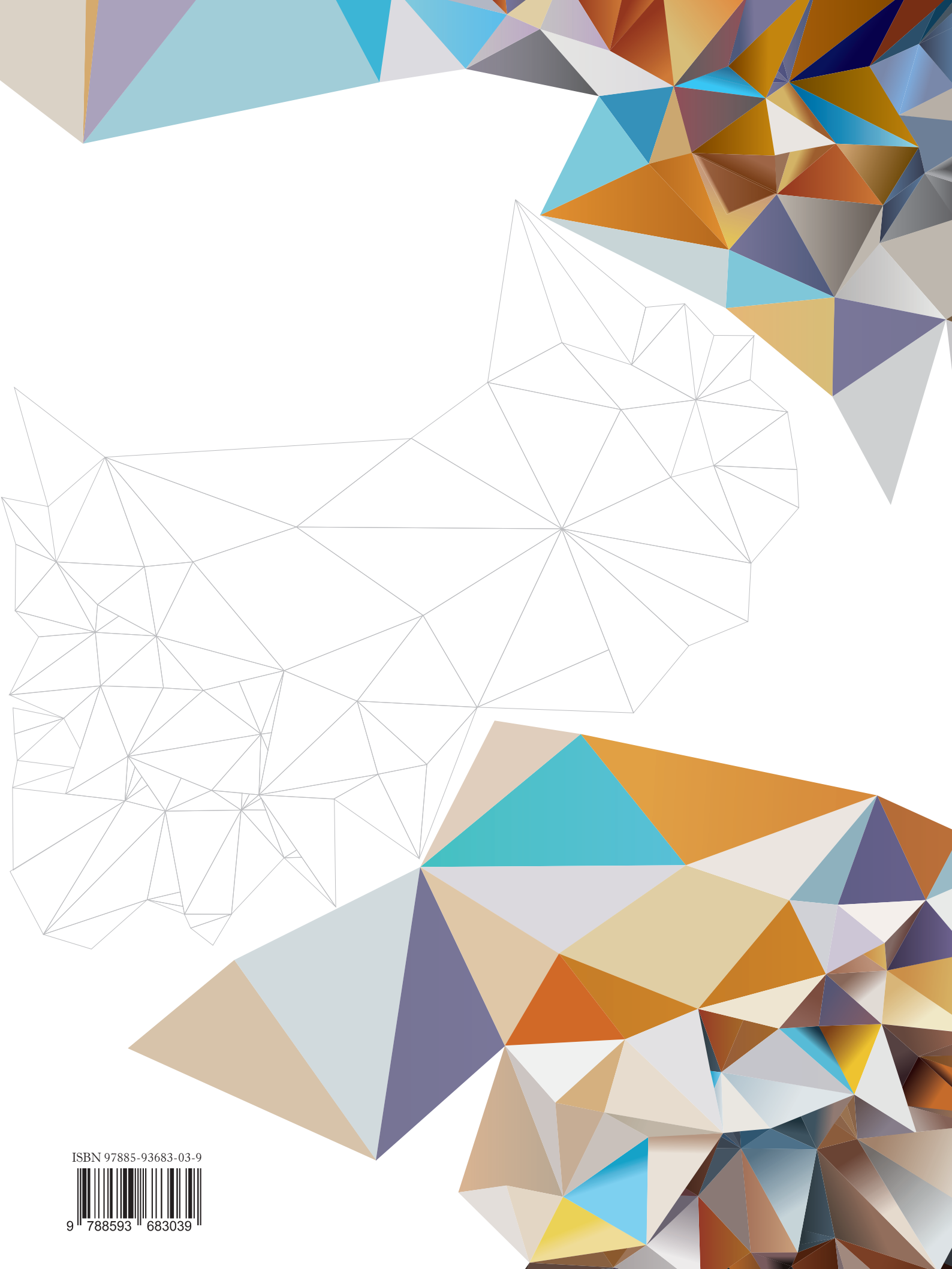
Referência de materiais de Associações, Instituições, Empresas e Similares

Pode ocorrer de haver a necessidade de citar um documento de alguma associação, instituição ou empresa que não sejam governamentais. Neste caso, segue-se o seguinte padrão:

ENTIDADE. Unidade (se houver). *Título do Documento*. Cidade, Ano. Disponível em: <<http://www...>>. Acesso em: Data.

Exemplo de referência de materiais de associações, instituições, empresas e similares

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Orçamento de CT&I para 2018: tragédia anunciada!*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/manifesto-da-sbpc-orcamento-de-cti-para-2018-tragedia-anunciada-recebe-dezenas-de-assinaturas-e-e-destaque-em-imprensa-internacional/>>. Acesso em: 31 dez. 2017.



ISBN 97885-93683-03-9



9 788593 683039